



AVALIAÇÃO DO PAM



World Food Programme

SAVING
LIVES
CHANGING
LIVES

Avaliação das actividades de assistência técnica do PAM e apoio aos refugiados em Angola: 2017-2022

Relatório de Avaliação Descentralizada Volume II

Escritório do PAM em Angola

DE/AOCO/2019/029

Dezembro de 2024

Equipa Técnica

Escritório do Programa Alimentar Mundial (PAM) em Angola

Maria-Ana Tati , Co-Gestora da Avaliação

Jennifer Sakwiya, Co-Gestora da Avaliação

Jean Providence Nzabonimpa, Unidade de Avaliação Regional, Garantia de Qualidade Interna de Segundo Nível

Lindiwe Kwidini, Unidade de Avaliação Regional, Garantia de Qualidade Interna de Segundo Nível

Equipa de Avaliação Externa

Dr. Edgar Cossa, Chefe de Equipa Sénior

Dra. Ioanna Wagner Tsoni, perita em Avaliação e Garantia de Qualidade

Nelson Bernabé, Especialista Nacional em Segurança Alimentar e Nutricional

Samba Canga, Avaliador Nacional de Júniores

Agnaldo Nhangumele, Especialista em Avaliação

Agradecimentos

A equipa de avaliação da Forcier Consulting PLC expressa sua gratidão pela assistência prestada pelas gestoras de avaliação (Sra. Maria Ana Tati e Sra. Jennifer Sakwiya), ao Sr. Jean Providence Nzabonimpa, Sra. Lindiwe Kwidini e Sra. Mayibongwe Manyoba do Gabinete Regional do PAM para a África do Sul pela sua orientação e análise de qualidade, ao Sr. José Ferrão, ao Sr. Andrea Scimone, ao Sr. António Paulo e a muitos colegas do Gabinete Regional do PAM em Joanesburgo e ao Escritório do PAM em Angola pelo seu apoio inestimável à equipa de avaliação no planeamento e no acesso a informações relevantes.

Agradecemos também a contribuição dos participantes que generosamente disponibilizaram o seu tempo durante o processo de avaliação. A equipa de avaliação deseja agradecer especialmente aos parceiros do PAM, aos beneficiários do projecto e às comunidades locais pela sua cooperação e pela partilha das suas ideias e experiências.

Aviso

As opiniões expressas neste relatório são as da equipa de avaliação e não reflectem, necessariamente, as do PAM. A responsabilidade pelas opiniões expressas neste relatório cabe exclusivamente aos seus autores. A publicação deste documento não implica a aprovação pelo PAM das opiniões expressas.

A designação utilizada e a apresentação do material nos mapas não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do PAM relativamente ao estatuto jurídico ou constitucional de qualquer país, território ou zona marítima ou relativa à delimitação de fronteiras.

Foto de capa: PAM/Biblioteca Fotográfica

Table of Contents

Anexo 1. Resumo de Termos de Referência.....	1
Anexo 2. Calendário de Avaliação Actualizado.....	6
Anexo 3. Abordagem de avaliação, metodologia e considerações éticas	8
Anexo 3. Matriz de Avaliação.....	22
Anexo 4. Ferramentas de recolha de dados.....	42
Anexo 5. Agenda do trabalho de campo.....	63
Anexo 6. Visão geral dos informadores-chave.....	66
Anexo 7. Bibliografia.....	68
Anexo 8. Considerações éticas, riscos e salvaguardas.....	73
Anexo 9. Actualização dos membros do grupo de referência para a avaliação	77
Anexo 10. Plano de Comunicação e Gestão do Conhecimento	80
Anexo 11. Análise das partes interessadas	90
Anexo 12. Angola Contexto pormenorizado do país.....	96
Anexo 13. Resultados estratégicos e resultados de produção	106
Anexo 14. Beneficiários do programa para refugiados, por sexo e grupo etário.....	108
Anexo 15. Acrónimos.....	111

Lista de Figuras

Figura 1: Critérios de avaliação da OCDE.....	11
Figura 2: O Modelo de avaliação em 4 níveis de Kirkpatrick	13
Figura 3: A abordagem de seis fases da avaliação.....	13
Figura 4: Incidência da pobreza multidimensional em Angola por município (%).....	98
Figura 5: Evolução e projecção do ODS 2: Erradicação da fome.....	99
Figura 6 : Classificação da desnutrição aguda no Sudeste de Angola.....	101

Lista de Tabelas

Tabela 1: Oportunidades de Avaliação.....	8
Tabela 2: Critérios de avaliação e respectivas perguntas de avaliação.....	11
Tabela 3: Métodos de recolha de dados primários e secundários e dimensão da amostra.....	15
Tabela 4: Trabalho de campo qualitativo: Calendário, objectivos e resultados.....	16
Tabela 5: Duração, tarefas e resultados esperados da recolha de dados qualitativos.....	16
Tabela 6: Discussões em grupo com refugiados	17
Tabela 7: Locais de investigação e respectivas operações/programas do PAM avaliados.....	18
Tabela 8: Plano de Comunicação Interna e Gestão do Conhecimento	81
Tabela 9: Plano de comunicação externa e de gestão dos conhecimentos	85
Tabela 10: Análise das partes interessadas.....	90
Tabela 11: Visualização da análise do poder/interesse das partes interessadas	94
Tabela 12: Índice de Pobreza de Angola	97
Tabela 13: Principais indicadores de nutrição em Angola	100
Tabela 14: Beneficiários por sexo e grupo etário (previsto/real) (2017-2022)	108

Anexo 1. Resumo de Termos de Referência

Assunto e foco da avaliação

1. Estes termos de referência (TdR) fornecem informações chave sobre a avaliação descentralizada encomendada pelo Escritório do WFP em Angola. A avaliação foca nas actividades de assistência técnica e apoio aos refugiados em Angola, abrangendo o período de Junho de 2017 a Junho de 2022. O Escritório do WFP em Angola implementou diversas intervenções, incluindo assistência técnica ao Governo de Angola, suporte de segurança alimentar e nutrição para refugiados e populações afectadas pela seca, e fortalecimento de capacidades institucionais para ministérios.
2. WFP aumentou sua assistência em resposta à seca e oferece suporte às populações vulneráveis por meio de diversas intervenções, incluindo distribuições de vales, serviços de nutrição e alimentação escolar.
3. A avaliação abrange várias áreas temáticas, incluindo:
 - **Assistência técnica ao Governo de Angola:** Isso envolve apoiar o desenvolvimento de um plano de alimentação escolar, a gestão comunitária da desnutrição aguda, o fortalecimento da rede de análise de segurança alimentar e o fortalecimento de capacidades para a preparação para resposta a emergências.
 - **Segurança alimentar e suporte nutricional para refugiados e populações afectadas pela seca:** Isso inclui distribuição geral de alimentos em colaboração com outras organizações, gestão comunitária da desnutrição aguda em províncias específicas e outras intervenções relacionadas.
4. A avaliação adoptará os critérios padrão da UNEG e da OECD/DAC, a saber, coerência, relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade.

Objetivos e partes interessadas da avaliação

5. A avaliação visa identificar sucessos, desafios, lições aprendidas e áreas de melhoria das abordagens de assistência técnica e humanitária empregadas pelo WFP em Angola, para informar o design do Plano Estratégico Nacional (PEP). Além disso, em linha com o compromisso com a integração de género, o propósito e os objectivos da avaliação serão ainda mais fortalecidos para integrar de maneira abrangente as considerações de género, a fim de examinar o impacto dos programas nas dinâmicas de género, avaliar sua eficácia em avançar com a equidade de género e identificar barreiras e oportunidades específicas de género. Assim, a avaliação contribuirá para uma compreensão mais inclusiva dos resultados dos programas e fornecerá recomendações para melhorias nos programas com foco em género.
6. A avaliação está sendo encomendada por várias razões, conforme descrito no documento:
 - **Actividades em andamento e concluídas:** Houve actividades de fortalecimento de capacitação e resposta a refugiados realizadas em Angola como parte do PEIP (2020—2022). Essas intervenções não foram avaliadas para determinar seu valor agregado.
 - **Tomada de decisão e ampliação:** A avaliação visa revisar crítica e objectivamente a experiência de implementação da assistência técnica fornecida ao governo, gestão comunitária da desnutrição aguda (CMAM) e actividades de segurança alimentar relacionadas à resposta a refugiados. Os resultados contribuirão para a tomada de decisão sobre a ampliação dessas actividades e identificarão factores de sucesso e impacto aumentado.

- **Aperfeiçoamento e ajustes:** Os resultados da avaliação serão usados para aprimorar ou ajustar as actividades em andamento, garantindo que o apoio do PAM ao governo seja baseado em evidências.
- **Design de novas actividades:** A avaliação informará o design de novas actividades e ajudará a introduzi-las em diferentes contextos. Avaliará a relevância, eficácia e eficiência das actividades implementadas em diversos contextos, identificando semelhanças e diferenças.
- **Oficina de visão do PEP:** Os resultados da avaliação contribuirão para o design do segundo PEP e orientarão o apoio do WFP ao governo para melhorar os meios de subsistência da população de Angola.
- **Discussões sobre políticas nacionais e estratégias de capacidade institucional:** Lições aprendidas das operações de refugiados e das intervenções de CMAM informarão as discussões sobre políticas nacionais e estratégias para fortalecer a capacidade institucional. Os resultados da avaliação guiarão o direccionamento dos beneficiários para os programas de segurança alimentar e decisões relacionadas à ampliação das intervenções de CMAM.

7. A avaliação serve aos dois objectivos de **responsabilidade e aprendizado:**

- **Responsabilidade:** A avaliação avaliará e relatará o desempenho e os resultados das actividades de fortalecimento de capacidades e apoio à assistência a refugiados, proporcionando responsabilidade para as partes interessadas.
- **Aprendizado:** A avaliação determinará as razões para a ocorrência ou não de certos resultados, extrairá lições, derivará boas práticas e fornecerá achados baseados em evidências para a tomada de decisões operacionais e estratégicas. Os achados serão activamente disseminados e as lições serão incorporadas em sistemas relevantes de compartilhamento de lições.

8. Foi realizada uma análise das partes interessadas para identificar as partes-chave envolvidas no processo de avaliação, incluindo partes internas dentro do PAM (escritório de Angola, escritórios de campo, escritório regional, divisões da sede do WFP, Escritório de Avaliação e Conselho Executivo) e partes externas (beneficiários, ministérios do governo, equipe do país da ONU, ONGs, doadores e World Vision International).

Escopo da Avaliação

- A avaliação cobrirá actividades específicas relacionadas à assistência técnica e apoio a refugiados em Angola.
- O período da avaliação incluirá actividades implementadas de Junho de 2017 a Junho de 2022.
- A colecta de dados para a avaliação ocorrerá de Março a meados de Abril de 2023.
- O relatório da avaliação deverá ser finalizado em Maio de 2023.

Questões de Avaliação e Critérios

9. A questão central para esta avaliação é: **Até que ponto a assistência técnica do WFP ao governo e o apoio aos refugiados alcançaram seus objectivos pretendidos e que lições podem informar o apoio do WFP daqui em diante?"**

10. A avaliação abordará um conjunto de questões principais e sub-questões relacionadas, conforme segue:

Relevância / Apropriação

11. **Questão 1:** Como os beneficiários das intervenções de segurança alimentar, como a resposta a refugiados e actividades nutricionais, são direccionados para as intervenções?
12. **Questão 2:** Como o WFP pode aprimorar seu direccionamento de beneficiários de segurança alimentar para as intervenções de resposta a refugiados e nutrição em Angola?
13. **Questão 3:** Em que medida as intervenções de segurança alimentar, como a resposta a refugiados e nutrição, são relevantes para as necessidades dos grupos mais vulneráveis (homens e mulheres, meninos e meninas) e dos grupos marginalizados e com deficiência em Angola?
14. **Questão 4:** Em que medida as estratégias usadas para fornecer assistência técnica ao governo são relevantes para as necessidades do Governo angolano?
15. **Questão 5:** As intervenções de segurança alimentar, como a resposta a refugiados e intervenções de nutrição, foram baseadas em uma análise de género sólida?
16. **Questão 6:** Em que medida o design e a implementação das intervenções foram sensíveis ao género, ou seja, consideraram questões de igualdade de género e empoderamento das mulheres?

Coerência

17. **Questão 7:** Em que medida as intervenções de segurança alimentar, nutrição, assistência técnica e apoio a refugiados do WFP foram coerentes com as políticas e programas do Governo de Angola?
18. **Questão 8:** Em que medida o design e a entrega das diversas intervenções de segurança alimentar, nutrição, assistência técnica e apoio a refugiados estavam alinhados com os princípios humanitários?
19. **Questão 9:** Quais foram as sinergias entre as diferentes intervenções de assistência técnica avaliadas?

Efectividade

20. **Questão 10:** Em que medida a assistência técnica do WFP ao governo contribui para a realização do ODS 2 e ODS 17?
21. **Questão 11:** Em que medida os resultados esperados e estratégicos da assistência técnica ao governo foram alcançados?
22. **Questão 12:** Em que medida os resultados esperados e estratégicos da gestão comunitária da desnutrição aguda foram alcançados?
23. **Questão 13:** Quais foram os principais factores (internos e externos) que influenciaram o alcance e não alcance dos objectivos da intervenção CMAM e quais desafios foram enfrentados no programa?
24. **Questão 14:** Quais foram os principais factores (internos e externos) que influenciaram o alcance e não alcance dos objectivos da assistência técnica ao governo e quais desafios foram enfrentados na intervenção?

Eficiência

25. **Questão 15:** Quais lições sobre garantir o valor pelo dinheiro surgiram das experiências de direccionamento de beneficiários nas intervenções de segurança alimentar e abordagens diferentes?
26. **Questão 16:** A assistência técnica ao governo foi implementada de forma eficiente (especificamente em termos de custo/effectividade)?

Sustentabilidade/Escalabilidade

27. **Questão 17:** Em que medida os benefícios dos programas de assistência técnica do WFP são sustentáveis, ou seja, continuarão ou têm grande chance de continuar após a cessação das intervenções do WFP?

28. **Questão 18:** Em que medida o apoio do PAM fortaleceu as capacidades das instituições governamentais nacionais e locais, comunidades e outros parceiros?
29. **Questão 19:** Em que medida e como a iniciativa CMAM pode ser replicada em outros lugares?
30. **Questão 20:** Quais seriam as condições prévias necessárias para expandir a intervenção CMAM para cobrir outras áreas?
31. **Questão 21:** Quais lições podem ser aprendidas com a implementação das intervenções de resposta a refugiados, CMAM e assistência técnica, com vista à ampliação das intervenções para alcançar um maior número de beneficiários no contexto de Angola?
32. **Questão 22:** Dado o afastamento do foco de emergência do plano estratégico do WFP para o país, que ajustes estratégicos, com e em apoio ao Governo angolano, o PAM deve fazer para transformações rurais sustentáveis no enfrentamento da insegurança alimentar?

Impacto

33. **Questão 23:** Qual diferença real os programas na área temática de segurança alimentar fizeram para os beneficiários visados (incluindo especificamente os grupos mais vulneráveis e marginalizados)? Para suas famílias? Como o programa mudou suas vidas e meios de subsistência?
34. **Questão 24:** Houve impactos específicos de género? As intervenções de segurança alimentar e CMAM influenciaram o contexto de género?
35. **Questão 25:** Em que medida a assistência técnica ao Governo de Angola impactou tanto as instituições públicas quanto privadas?
36. As questões serão mais detalhadas e adaptadas pela equipe de avaliação durante a fase inicial.

Metodologia e considerações éticas

37. A metodologia será desenhada pela equipe de avaliação durante a fase inicial, levando em consideração os critérios de avaliação e desafios relacionados à disponibilidade de dados. A metodologia deve garantir a confiabilidade, validade e credibilidade dos achados da avaliação. Será usada uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa) para garantir a triangulação das informações. A igualdade de género e o empoderamento das mulheres (GEWE), equidade e inclusão serão integrados em toda a avaliação.
38. A colecta de dados deve ser sensível ao género e buscar abordar as perspectivas e vozes de diversos grupos. A equipe de avaliação deve colectar dados de mulheres e homens de maneira sensível ao género e equidade. A equipe utilizará ferramentas de avaliação de fortalecimento de capacidades e considerará a abordagem do WFP para protecção e responsabilidade para com as populações afectadas.
39. Os resultados, conclusões e recomendações da avaliação devem reflectir a análise de género e equidade.
40. A avaliação está em conformidade com as directrizes éticas do PAM e UNEG de 2020. Isso inclui, mas não se limita a, garantir consentimento informado, proteger a privacidade, confidencialidade e anonimato dos participantes, garantir sensibilidade cultural, respeitar a autonomia dos participantes, garantir recrutamento justo de participantes (incluindo mulheres e grupos socialmente excluídos) e garantir que os resultados da avaliação não causem danos aos participantes ou suas comunidades.

Funções e Responsabilidades

41. **EQUIPE DE AVALIAÇÃO:** A equipe de avaliação será composta por uma mistura de avaliadores internacionais e nacionais com expertise em fortalecimento de capacidades governamentais, segurança

alimentar e análise quantitativa e qualitativa. Na medida do possível, a avaliação será conduzida por uma equipe equilibrada em termos de género e culturalmente diversa, com habilidades apropriadas para avaliar as dimensões de género do assunto.

42. **PRESIDENTE DA AVALIAÇÃO:** A avaliação será presidida por José Ferrao, Diretor Nacional, que nomeará o gerente da avaliação, aprovará todos os entregáveis da avaliação, garantirá a independência e imparcialidade da avaliação em todas as etapas, participará das discussões com a equipe de avaliação, supervisionará a disseminação e o processo de acompanhamento, incluindo a resposta da gestão.

43. **GERENTE DA AVALIAÇÃO:** A avaliação será co-gerida por Maria Tati, Associada de Programa, VAM/M&E, WFP Angola, e Jennifer Sakwiya, Oficial de Avaliação com base no escritório regional. Os co-EMs serão os principais interlocutores entre a equipe de avaliação, representada pelo líder da equipe, e os contrapartes do WFP, para garantir um processo de implementação suave e conformidade com os padrões de qualidade do processo e conteúdo. O suporte será fornecido pela Unidade Regional de Avaliação ao longo do processo de avaliação.

44. **GRUPO DE REFERÊNCIA DA AVALIAÇÃO:** Grupo consultivo composto por uma seção transversal de *stakeholders* internos do PAM e partes externas relevantes. Ele fornece conselhos e *feedback* em momentos-chave do processo de avaliação, sendo guiado pelos princípios de transparência, apropriação e uso e precisão.

45. **PARTES INTERESSADAS:** Espera-se que as partes-chave do PAM se envolvam ao longo do processo de avaliação para garantir um alto grau de utilidade e transparência. Partes externas, como beneficiários, governo, doadores, parceiros implementadores e outras agências da ONU, serão consultadas durante o processo de avaliação.

Cronograma e Marcos Importantes

46. **Fase de início:** Final de Março de 2022 a início de Maio de 2023. Inclui consultas com partes interessadas, matriz de avaliação, ferramentas de colecta de dados, cronograma de campo e elaboração do relatório de início. O Relatório de Início explicará como a equipe pretende realizar o trabalho, com ênfase nos aspectos metodológicos e de planeamento.

47. **Coleta de dados:** Maio-Junho de 2023. O trabalho de campo se estenderá por quatro semanas e incluirá visitas aos distritos de intervenção seleccionados e colecta de dados primários e secundários. Uma apresentação preliminar dos achados será realizada.

48. **Análise de dados e relatório:** Julho de 2023–Setembro de 2023. O relatório de avaliação apresentará os achados, conclusões e recomendações. Um workshop com partes interessadas será realizado em Setembro de 2023 para garantir um processo de avaliação transparente e promover a apropriação dos achados e recomendações preliminares pelas partes interessadas.

49. **Disseminação e acompanhamento:** Meados de Setembro de 2023–Novembro de 2023. Os achados serão activamente disseminados, e o relatório final de avaliação será disponibilizado publicamente no site do WFP. Uma resposta da gestão às recomendações da avaliação será desenvolvida e publicada, além de outros produtos de disseminação conforme necessário.

Os Termos de Referência completos estão disponíveis em Angola, Avaliação das [Actividades de Assistência Técnica do PAM e apoio aos refugiados de 2017 a 2022](#) | [Programa Mundial de Alimentos](#).

Anexo 2. Calendário de avaliação atualizado

Fase 4 – Relatórios		Até 11 semanas
ET	Abordar todas as DEQS pendentes e comentários dos stakeholders internos e produzir o rascunho 3 do ER	7 Set 2024
Co-EMs REU	Verificação final de como a ET abordou todos os comentários pendentes no Rascunho 3 (pode ser necessária outra iteração do ER pela ET dependendo do resultado desta avaliação)	12-18 Set 2024
ET	Traduzir o rascunho 3 do inglês para o português e enviar para os co-EMs	8 - 19 Set 2024
EM/CO ET	CO (4 dias) para revisar a versão em português do rascunho 2 e ET fazer ajustes finais com base no <i>feedback</i> do CO.	20 - 25 Set 2024
ET, ERG	Com apoio do REO e Co-EM do RB, apresentar o rascunho 3 (em português) ao escritório do país e <i>stakeholders</i> locais para comentários diretos. A equipe do RBJ apoiará na organização da reunião. Nota: Circular a versão em português do Rascunho 3 do ER até 1º de outubro de 2024 e realizar uma chamada virtual em 3 de outubro de 2024 para a ET apresentar o ER e obter comentários e <i>feedbacks</i> diretos	3 Out 2024
Co-EMs	Consolidar os comentários recebidos e compartilhar com o líder da equipe de avaliação.	4 - 7 Out 2024
ET	Revisar o ER com base no <i>feedback</i> recebido e submeter o rascunho 3/ER revisado. Observando que podem ser necessárias mais iterações do ER dependendo de como os comentários dos <i>stakeholders</i> foram totalmente abordados.	8 - 15 Out 2024
Co-EMs	Revisar o rascunho 3 revisado do ER verificando como a ET abordou os comentários dos <i>stakeholders</i> locais no Rascunho 3, observando que todos os comentários foram abordados, e para aqueles não abordados, uma justificativa é fornecida e compartilhar quaisquer comentários pendentes com a equipe de avaliação para finalização.	16 - 21 Out 2024
ET	Revisar o ER (versões em inglês e português) com base nos comentários pendentes e submeter o Rascunho 4 (ER final) (versões em inglês e português) e um resumo de 4-6 páginas (Resumo do Relatório de Avaliação somente em inglês), incluindo principais achados, conclusões, lições e recomendações para serem submetidos os co-gerentes de avaliação	22 - 29 Out 2024
Co-EMs	Revisão final das versões em inglês e português (relatório completo) e versão em inglês do SER) partilhar os comentários com a equipa técnica.	30 Out - 1 Nov 2024

ET	Revisar e enviar o ER final/rascunho 4 (português e inglês) e o resumo final de 4-6 páginas do relatório de avaliação aos co-gerentes de Avaliação	2 – 8 Nov 2024
EM (Escritório Angola)	Enviar o ER final (português e inglês) ao comitê de avaliação para aprovação	10 Nov 2024
Presidente da CE EM	Aprovar o relatório de avaliação final e partilhá-lo com as principais partes interessadas para informação	12 Nov 2024
Fase 5 – Divulgação e acompanhamento		Até 4 semanas
Co-Ems, CO, RB, Partes interessadas externas	<i>Workshop</i> de Disseminação com <i>stakeholders</i> (ET apresenta o relatório final aos stakeholders em Angola)	15 Nov 2024
Angola Chefe de Gabinete/Chefe de Programa apoiado pelo Co-Ems	<i>Workshop</i> do escritório do PAM em Angola para preparar a resposta de gestão (MR)	18–19 Nov 2024
Presidente do CE, Co-Ems, REU, RB	Rever a resposta da direcção (incluindo a revisão da RB, a aprovação do RM pelo escritório do PAM em Angola e a aprovação final do RM pela direcção da RB)	20 Nov–19 Dez 2024
EM	Partilhar o relatório final de avaliação e a resposta da gestão com o REO e o OEV para publicação e participar no convite à apresentação de lições aprendidas no final da avaliação	20 Dez 2024

Anexo 3. Abordagem de avaliação, metodologia e considerações éticas

50. Este anexo descreve o enquadramento, as metodologias e as directrizes éticas da avaliação. Começa com uma avaliação de viabilidade para determinar a viabilidade de avaliar os objectivos e resultados visados. Em seguida, o anexo descreve a abordagem metodológica, incluindo a recolha de dados e as estratégias de análise. O anexo especifica os tipos de métodos de recolha de dados a utilizar e explica como os dados serão tratados. As considerações éticas são realçadas para proteger os direitos e a privacidade dos participantes. Por último, aborda os riscos potenciais, os pressupostos do processo de avaliação e as medidas de garantia de qualidade para assegurar a credibilidade e a fiabilidade dos resultados da avaliação.

Avaliação da viabilidade

51. A viabilidade refere-se à capacidade de avaliar um programa de forma credível, dependendo dos dados pré-visita e dos condicionalismos no terreno. A avaliação do género é crucial, estando a maioria das áreas necessárias bem documentadas e estando em curso o intercâmbio de dados entre a equipa de avaliação e o gestor de avaliação. Os conjuntos de dados, especialmente no que respeita aos indicadores-chave, estão amplamente disponíveis nos relatórios anuais.

52. A ET foi informada sobre o DEQAS do PAM, que prescreve padrões de qualidade e processos de garantia baseados nas normas e padrões da UNEG. O DEQAS orienta as avaliações da assistência do PAM e do apoio aos refugiados em Angola, assegurando o cumprimento das boas práticas. A análise dos dados foi orientada pela prioridade da desagregação dos dados por género.

53. Os desafios que afectam a viabilidade foram identificados durante a fase inicial, principalmente em torno da disponibilidade, qualidade e acessibilidade limitadas dos dados, que foram, no entanto, mitigados. A ToC e a matriz de avaliação no Anexo 4 no Volume II, juntamente com as informações sobre o contexto do país, indicam tanto os desafios como as oportunidades, com pormenores na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Oportunidades de Avaliação

Oportunidades de Avaliação	
Oportunidades	Comentários
Melhoria da eficácia do programa	A equipa de avaliação pode ter identificado áreas em que o programa apresenta resultados promissores ou potencial para impactos positivos. Isto pode representar oportunidades para melhorar certos aspectos do programa, a fim de obter resultados ainda melhores.
Inovações e boas práticas	Durante o desenvolvimento da ToC e a compreensão do contexto nacional, a equipa de avaliação pode deparar-se com abordagens inovadoras ou boas práticas que estejam a ser implementadas pelo programa. Estas podem ser vistas como oportunidades para aprender e replicar em contextos semelhantes.
Optimização de recursos	A identificação de áreas em que o programa utilizou eficazmente os seus recursos e obteve resultados significativos pode apresentar oportunidades para otimizar a atribuição de recursos e melhorar a relação custo-eficácia.
Colaboração e parcerias	Através do processo de avaliação, a equipa pode descobrir oportunidades de colaboração com outras organizações, instituições ou partes interessadas, o que pode aumentar o impacto e o alcance do programa.

Oportunidades de Avaliação	
Oportunidades	Comentários
Ampliação de intervenções bem-sucedidas	Se certas intervenções no âmbito do programa tiverem demonstrado resultados particularmente positivos, pode haver oportunidades de alargar estas intervenções bem-sucedidas para beneficiar mais beneficiários.
Política e defesa de interesses	A avaliação pode revelar provas ou conhecimentos que podem ser utilizados para a defesa de políticas ou influenciar a tomada de decisões a vários níveis, apresentando oportunidades para melhorar o contexto mais vasto em que o programa funciona.
Sustentabilidade a longo prazo	A descoberta de estratégias que contribuam para a sustentabilidade a longo prazo do programa pode criar oportunidades para reforçar a resiliência e garantir impactos positivos contínuos para além do ciclo de vida do programa.

Abordagem metodológica

54. A avaliação utilizou uma abordagem de métodos mistos, com ênfase na análise qualitativa, análises documentais e fontes secundárias. Começando com a análise de dados secundários, incorporou contributos qualitativos para melhorar as conclusões, seguindo o Modelo Kirkpatrick para uma avaliação objectiva. Este método tem em conta desafios como a integridade dos dados, os recursos e o calendário.

55. As considerações relativas à igualdade de género, ao empoderamento das mulheres e à idade/género/diversidade foram integradas, promovendo a inclusão de vozes marginalizadas através de métodos participativos e da desagregação de dados para avaliações informadas e equitativas. A ET cumpriu as normas de independência e responsabilização previstas nos TdR, em conformidade com as políticas humanitárias do PAM. Utilizando todos os seis critérios da OCDE-CAD, com a adição da escalabilidade, a avaliação examinou as actividades do PAM em Angola, concentrando-se na relevância, eficácia e sustentabilidade, com base em 14 sub-questões específicas.

56. Os resultados, incluindo os efeitos da igualdade de género, foram examinados em relação aos impactos pretendidos e não pretendidos. A avaliação visa fornecer informações, enfrentar desafios e sugerir medidas accionáveis para futuras intervenções equitativas e sensíveis ao género, avaliando as realizações em relação aos resultados esperados e integrando considerações de género e vulnerabilidade.

Abordagem de métodos mistos

57. Foi adoptada uma concepção de métodos mistos, em que os conjuntos de dados quantitativos do DAM e do PDM fornecidos pelo PAM foram primeiro analisados para identificar padrões, tendências e relações. A fase qualitativa explorou depois as questões de avaliação de forma mais aprofundada, recolhendo dados das partes interessadas, incluindo os beneficiários, através de KIIs e DGFs. Estes dados foram posteriormente integrados com as conclusões da análise documental e com as informações quantitativas. Esta abordagem retrospectiva assegurou que as conclusões se baseavam em experiências directas e opiniões de peritos, respeitando os princípios dos TdR de imparcialidade e redução de preconceitos, enquanto se abordavam potenciais restrições de dados, orçamento e calendário.

Igualdade de género e empoderamento das mulheres (GEWE) e abordagem sensível à idade, ao género e à diversidade (AGD)

58. A ET conduziu esta avaliação assegurando a participação sistemática de grupos diversos e sub-representados, em conformidade com a sensibilidade, a equidade e a inclusão da Igualdade de Género e do Empoderamento das Mulheres (GEWE), delineadas nos ToR e na política AGD do ACNUR. Na fase inicial da avaliação, foram concebidas com os peritos do PAM estratégias de recolha de dados sensíveis ao género e à equidade. Foi dada prioridade às metodologias participativas, à segurança dos participantes e à participação acessível. Os dados relativos à idade, género, deficiência e outros factores de diversidade

foram desagregados e analisados sempre que possível. A equipa certificou-se de que a avaliação comunicava os resultados pretendidos e não pretendidos em termos de igualdade e equidade de género. Todos os dados foram desagregados para compreender o impacto nas mulheres, homens, raparigas e rapazes. A avaliação também avaliou a eficácia dos mecanismos de integração da dimensão do género e da vulnerabilidade do PAM, incluindo o Programa de Transformação do Género e o marcador de género e idade.

59. Os princípios relacionados com o género foram integrados em todo o processo, assegurando que as diversas experiências fossem captadas para a tomada de decisões informadas e para a melhoria do programa. A equipa manteve uma abordagem sensível ao género, promovendo o equilíbrio entre os géneros na equipa de avaliação e considerando as normas e os papéis dos géneros nos resultados do programa. Foram seguidas as directrizes para a recolha de dados sensíveis ao género e à vulnerabilidade, com ênfase na privacidade, confidencialidade e consentimento informado, especialmente para informações sensíveis relacionadas com o género. A avaliação visava promover a igualdade de género e informar futuras concepções de programas de forma inclusiva e eficaz.

Integração da Vulnerabilidade

60. A equipa de avaliação conduziu a integração da vulnerabilidade ao longo desta avaliação, aplicando sistematicamente uma perspectiva de vulnerabilidade para abordar os diversos desafios enfrentados por indivíduos ou grupos com base em factores como o género, a idade, a deficiência, o estatuto socioeconómico e a etnia. Esta abordagem tinha como objectivo criar intervenções inclusivas, equitativas e adaptadas para satisfazer as necessidades específicas e aumentar a resiliência das populações vulneráveis.

Independência e Imparcialidade

61. A equipa de avaliação manteve a independência e a imparcialidade, cruciais para a percepção da qualidade do trabalho de avaliação e fundamentais para os princípios humanitários de Forcier. O cumprimento dos mecanismos de independência e imparcialidade previstos nos ToR foi assegurado durante toda a avaliação.

Protecção e responsabilização das populações afectadas

62. Durante a avaliação, a equipa assegurou a protecção de todos os participantes e manteve a responsabilidade perante as populações afectadas. Esta adesão estava em conformidade com a Política de Protecção Humanitária do PAM e com a estratégia do PAM em matéria de responsabilização perante as populações afectadas, tal como especificado nos TdR.

Critérios de avaliação, perguntas e sub-perguntas

63. A avaliação seguiu os critérios revistos da OCDE-CAD, avaliando a relevância, a coerência, a eficácia, a eficiência, o impacto e a sustentabilidade da ajuda humanitária do PAM em Angola (Figura 1), incluindo a assistência técnica ao Governo de Angola e a assistência aos refugiados e às populações afectadas pela seca, tal como previsto nos TdR.

Figura 1: Critérios de avaliação da OCDE



Fonte: OCDE (2021), *Applying Evaluation Criteria Thoughtfully*, OECD Publishing, Paris

64. A questão fundamental desta avaliação é a seguinte:

Em que medida a assistência técnica prestada pelo PAM ao Governo de Angola e o apoio do PAM aos refugiados atingiram os objectivos pretendidos e que conclusões podem orientar a futura direção da assistência do PAM no país e para além dele?

65. Esta questão foi aprofundada através de 14 sub-perguntas de avaliação apresentadas no **Error! Reference source not found.** abaixo. Para se alinhar com as instruções de revisão do DEQAS, a ET simplificou e consolidou as perguntas propostas nos TdR, resultando numa quantidade mais maneável. Anexo 4 apresenta a matriz de avaliação, que pormenoriza as perguntas de avaliação, os indicadores, os métodos de recolha de dados, as fontes de dados e os métodos de análise de dados, bem como a disponibilidade de provas.

Tabela 2: Critérios de avaliação e respectivas perguntas de avaliação

Critérios de avaliação	Sub-perguntas de avaliação
Relevância	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como é que o PAM abordou a orientação e a melhoria da relevância das intervenções de segurança alimentar, incluindo a resposta aos refugiados e as actividades de nutrição, para satisfazer as necessidades dos grupos vulneráveis em Angola? 2. Em que medida a igualdade entre os sexos, as questões relacionadas com o empoderamento das mulheres e as considerações relativas aos direitos humanos foram tidas em conta na concepção e execução das intervenções de segurança alimentar, nomeadamente nas actividades de resposta aos refugiados e de nutrição? 3. Em que medida as estratégias de prestação de assistência técnica ao GdA estão alinhadas com as suas prioridades e foram consideradas como respondendo efectivamente às necessidades de segurança alimentar do país?
Coerência	<ol style="list-style-type: none"> 4. Em que medida as intervenções do PAM nos domínios da segurança alimentar, da nutrição, da assistência técnica e do apoio aos refugiados foram coerentes com as políticas e os programas do Governo de Angola e respeitaram os princípios humanitários?

Critérios de avaliação	Sub-perguntas de avaliação
	5. Que sinergias foram observadas entre as várias intervenções de assistência técnica que estão a ser avaliadas nos domínios da segurança alimentar, da nutrição e do apoio aos refugiados?
Eficácia	6. Em que medida a prestação de AT do PAM ao GdA está a contribuir para a realização do ODS2 e do ODS 17? 7. Em que medida foram alcançados os objectivos, as realizações e os resultados estratégicos da assistência técnica ao GdA e à CMAM? 8. Quais foram os principais factores (internos e externos) que influenciaram a realização e a não realização das intervenções e dos objectivos de AT do PAM e que desafios foram enfrentados?
Eficiência	9. Que lições podem ser retiradas no que respeita à relação custo-benefício e à relação custo-eficácia das intervenções no domínio da segurança alimentar, incluindo a selecção dos beneficiários e a prestação de assistência técnica ao Governo de Angola?
Sustentabilidade/ Escalabilidade	10. Em que medida os benefícios dos programas de assistência técnica do PAM são sustentáveis e susceptíveis de continuar após a cessação das intervenções do PAM? 11. Em que medida é que o apoio do PAM fortificou capacidades das instituições governamentais nacionais e locais, das comunidades e de outros parceiros? 12. Que lições podem ser retiradas da implementação da resposta aos refugiados, da CMAM e das intervenções de assistência técnica com vista a aumentar ou reproduzir as intervenções para atingir um maior número de beneficiários no contexto de Angola e noutros locais?
Impacto	13. Que diferença fizeram os programas, no âmbito das áreas temáticas de segurança alimentar, nos beneficiários visados, incluindo especificamente os grupos mais vulneráveis e marginalizados e os seus agregados familiares? Como é que o programa alterou as suas vidas e meios de subsistência? Houve algum impacto específico em termos de género? 14. Em que medida a AT ao GdA teve impacto nas instituições públicas e privadas? Houve algum impacto específico em termos de género?

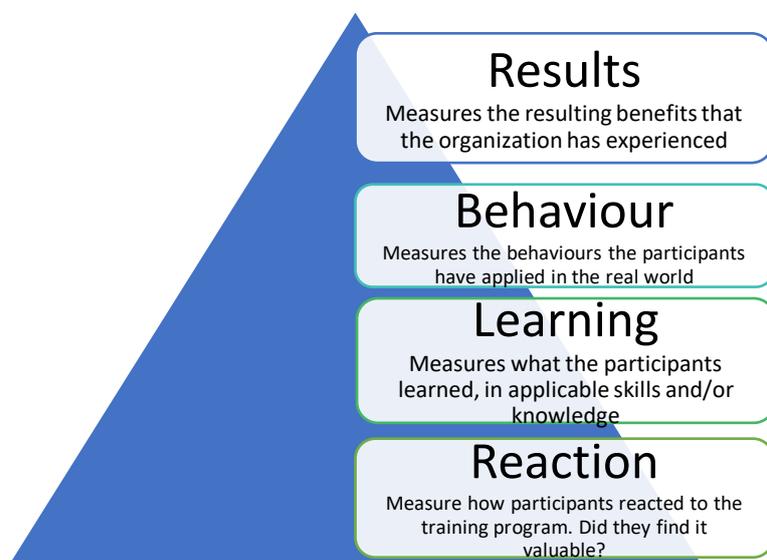
66. A avaliação analisou os impactos do programa em termos de género e de vulnerabilidade, examinando a capacidade de resposta às necessidades específicas de género, a influência das normas de género nos resultados e a eficácia das intervenções específicas. Esta abordagem tinha como objectivo reforçar a igualdade entre os sexos e criar programas mais inclusivos.

O Modelo Kirkpatrick de Avaliação

67. O Modelo Kirkpatrick (Figura 2), uma ferramenta para avaliar a eficácia da educação e da formação, foi aplicado para medir o impacto da AT nos ministérios do GdA. Este modelo progride através de quatro níveis: reacção, aprendizagem, comportamento e resultados. A avaliação avançou através destes níveis, utilizando dados qualitativos devido à falta de dados quantitativos. A equipa utilizou entrevistas e outros métodos qualitativos para extrair temas relevantes para todos os níveis. Os quatro níveis que foram examinados são os seguintes:

- **Nível 1: Reacção**
- **Nível 2: Aprendizagem**
- **Nível 3: Comportamento ou transferência**
- **Nível 4: Resultados**

Figura 2: O Modelo de avaliação em 4 níveis de Kirkpatrick



68. Este Modelo é particularmente adequado para avaliar os resultados da aprendizagem e aperfeiçoar os futuros programas de formação.

- **Durante os KIIs preliminares e a pilotagem da ferramenta:** para informar a concepção dos questionários finais para entrevistar os participantes na formação e os funcionários do GdA.
- **Durante as KIIs e FGDs finais** com o GdA e representantes das partes interessadas, para informar a análise final.

A Abordagem de Avaliação em Seis-Fases

69. A avaliação seguiu uma abordagem de métodos mistos, recolhendo e analisando material qualitativo obtido através da recolha de dados. A avaliação foi dividida em seis fases principais, ilustradas na abaixo. É importante referir que a ET não esteve envolvida na fase de planeamento, na qual o comissário da avaliação é totalmente responsável pelo planeamento da avaliação.

Figura 3: A abordagem de seis fases da avaliação



70. Ao longo da avaliação, a ET verificou a exactidão, a validade e a coerência de todos os dados recolhidos e reconheceu limitações adicionais para informar as conclusões ou a interpretação dos resultados.

Fase 2 - Preparação

71. A fase preparatória 2 foi concluída com a apresentação da proposta de avaliação. Esta fase consistiu na selecção da ET, na análise da documentação relevante, na exploração de hipóteses, na selecção da metodologia, em considerações orçamentais e operacionais e na apresentação da proposta.

Fase 3 - Início

72. Durante a fase inicial, que terminou com a apresentação e aprovação do relatório inicial, a equipa técnica desenvolveu indicadores para cada sub-questão, ajustou os métodos de recolha de dados e aperfeiçoou as ferramentas. No final da fase inicial, a ET completou a triangulação de evidências para captar as nuances da lógica da intervenção - especificamente no que diz respeito ao ToC.

Reunião de Lançamento

73. Após a contratação, a ET realizou uma reunião inicial com a equipa do PAM para (1) determinar as expectativas; (2) confirmar o quadro de avaliação planeado (plano de trabalho e metodologia), e (3) chegar a acordo sobre as comunicações e os prazos para o decurso do projecto. A ET analisou então a proposta com representantes do PAM, aperfeiçoando-a conforme necessário antes de avançar para a fase seguinte.

Avaliação da viabilidade, delimitação primária do âmbito e revisão dos ToC

74. A avaliação da viabilidade envolveu várias actividades, incluindo a revisão da documentação disponível, o mapeamento das partes interessadas, a identificação das populações vulneráveis, a avaliação da disponibilidade dos inquiridos e das potenciais resistências, a clarificação das questões de avaliação, a identificação das prioridades e dos temas de interesse, a abordagem das ameaças à independência e o desenvolvimento de um modelo lógico simplificado para a avaliação.

Análise documental e bibliográfica

75. A análise documental produziu uma análise aprofundada de:

- Esforços de fortalecimento de capacitações do PAM com o GdA e os seus ministérios (Educação, Interior, Saúde) de 2017 a 2022.
- As iniciativas do PAM em matéria de segurança alimentar e nutrição para os refugiados e as pessoas afectadas pela seca no mesmo período.
- Intervenções avaliadas, incluindo objectivos, resultados, relatórios, metas e planos de trabalho.
- Envolvimento das partes interessadas e dos parceiros nestas intervenções.
- Literatura académica e "cinzenta" pertinente, incluindo relatórios de organizações internacionais em Angola ou na região.
- Notícias relevantes e outros materiais.

76. A análise documental e bibliográfica continuou ao longo do período de avaliação, para garantir que a abordagem de avaliação fosse continuamente aperfeiçoada.

Desenvolvimento, pilotagem e validação de ferramentas qualitativas

77. A análise documental preliminar foi seguida do desenvolvimento de ferramentas qualitativas. O teste e a validação destas ferramentas tiveram lugar durante a formação presencial dos investigadores em Angola. A fase de elaboração das ferramentas envolveu o desenvolvimento de ferramentas de recolha de dados para a Fase 2, utilizando uma abordagem iterativa de métodos mistos. As ferramentas são apresentadas no 5 no Volume II. Todo o processo incluiu cinco etapas: desenvolvimento inicial das ferramentas, revisão e validação pelos pares do PAM, teste de validade e ajustamento das ferramentas durante a pilotagem no âmbito da formação e adaptação das ferramentas antes do lançamento do trabalho de campo.

78. A equipa desenvolveu ferramentas para obter experiências de grupo distintas, com destaque para as perspectivas de género relativamente ao acesso aos serviços, entre outras questões. Os entrevistadores foram treinados para sondar as percepções específicas de género em profundidade. Foi reunida uma equipa de entrevistadores com diversidade de género para encorajar uma participação equilibrada e evitar que uma única perspectiva prevalecesse. As respostas específicas de género foram categorizadas e aprofundadas para maior clareza e profundidade.

Seleção e formação de assistentes de investigação

79. A ET recrutou assistentes de investigação a partir do seu grupo de pessoal angolano qualificado, privilegiando a competência cultural, a sensibilidade ao género e à diversidade e a proficiência na língua

local. Os assistentes de investigação tinham formação superior e experiência significativa no terreno, complementada com competências em matéria de dados qualitativos. Receberam formação, incluindo em matéria de protecção.

80. O chefe de equipa instruiu os assistentes de investigação sobre metodologia, ferramentas, qualidade dos dados e protocolos. Os membros da ET participaram numa formação virtual de dois dias antes do trabalho de campo. A formação abrangeu o contexto do projecto, as ferramentas de avaliação, a estrutura organizacional, a qualidade dos dados, a conduta ética e a actualização da recolha electrónica de dados.

Pilotagem e validação de ferramentas

81. Na fase inicial, a equipa técnica realizou as primeiras entrevistas com peritos do PAM e discussões-piloto com os grupos de centragem para identificar as principais áreas de investigação e aperfeiçoar o quadro de avaliação. A ET também avaliou a disponibilidade e fiabilidade dos dados em relação aos quadros lógicos da intervenção.

Fase 4 - Recolha de dados

82. Esta fase incluiu a preparação da recolha de dados, a recolha de dados qualitativos e o acompanhamento. Os métodos de recolha de dados primários envolveram dados qualitativos, enquanto a recolha de dados secundários utilizou conjuntos de dados do PAM. **Error! Reference source not found.** abaixo descreve os métodos de recolha de dados, e os locais de investigação são especificados na secção seguinte.

Tabela 3: Métodos de recolha de dados primários e secundários e dimensão da amostra

Área temática	Método de recolha de dados	Amostra	Total de sessões	Total da amostra
Dados qualitativos				
AT 1: Assistência técnica ao Governo	KIIs com as partes interessadas	5 por província afectada pela crise/seca (Dundo, Cunene, Huíla) 5 na cidade de Luanda	20	20
AT 2: Gestão da desnutrição aguda com base na comunidade	KIIs com as partes interessadas	5 por província afectada pela crise/seca (Dundo, Cunene, Huíla) 5 na cidade de Luanda	20	20
AT 3: Apoio designado aos refugiados	DGFs com os beneficiários	2 com beneficiários refugiados (Dundo)	2	24
	KIIs com as partes interessadas	5 em Lunda Norte	5	5
Dados secundários				
AT 2 e AT 3: Gestão comunitária da desnutrição aguda e da segurança alimentar dos refugiados	Conjuntos de dados PDM e DAM	-	-	-

Dados Secundários

83. A fase de recolha de dados envolveu a análise de dados secundários, incluindo os conjuntos de dados remotos PDM e DAM do PAM. Esta análise foi vital devido à falta de estudos de base. A equipa utilizou estes conjuntos de dados para informar a estratégia de avaliação, aperfeiçoar as ferramentas, formular hipóteses sobre questões-chave e vulnerabilidades e contrastar estas ideias com os dados

primários. Analisaram os dados desagregados por género para avaliar o impacto, a eficiência e a eficácia em diferentes géneros e grupos etários, examinando papéis, recursos, participação, dinâmicas de poder e vulnerabilidades que informaram a sustentabilidade e a escalabilidade das intervenções.

Dados Qualitativos

84. A recolha de dados qualitativos incluiu os seguintes elementos:

- **entrevistas estruturadas** com especialistas sobre estes temas com representantes do PAM e de outras partes interessadas, bem como com peritos e académicos externos.¹
- **Grupos de discussão** com os beneficiários (refugiados).

85. **Error! Reference source not found.** abaixo resume a duração, os objectivos e os resultados da recolha de dados qualitativos:

Tabela 4: Trabalho de campo qualitativo: Calendário, objectivos e resultados

Recolha de dados qualitativos		
Duração	Objectivos	Saídas
Trabalho de campo 4 semanas	<ul style="list-style-type: none"> • Realização simultânea de trabalho de campo em todos os locais seleccionados • Recolha de dados qualitativos através de: • KIIs com representantes das partes interessadas • Discussões dos grupos de centragem com refugiados 	<ul style="list-style-type: none"> • Transcrições anónimas e traduções para inglês de: • 45 KIIs <ul style="list-style-type: none"> ○ DGFs

86. Assistentes de investigação formados realizaram DGFs e KIIs no Dundo, Cunene, Huíla e Cidade de Luanda, assegurando o equilíbrio de género. As respostas foram analisadas por género. Os tópicos adaptados para as KIIs e FGDs visavam captar informações sobre a eficácia, eficiência e impacto do projecto, tendo os peritos técnicos e o pessoal da Forcier desenvolvido ferramentas em colaboração com o PAM. Os dados primários foram recolhidos através de entrevistas e debates, tendo sido realizadas entrevistas virtuais sempre que necessário. O envolvimento das partes interessadas incluiu diversos grupos, em especial refugiados, com entrevistas com uma duração média de uma hora. A avaliação utilizou uma abordagem de amostragem qualitativa, dando prioridade à qualidade dos dados em detrimento da quantidade, recorrendo a uma amostragem intencional para atingir eficazmente a saturação dos dados. A amostragem intencional estratificada assegurou perspectivas diversas, incluindo uma representação proporcional das mulheres.

Tabela 5: Duração, tarefas e resultados esperados da recolha de dados qualitativos

Instrumentos de recolha de dados qualitativos	
Ferramenta de investigação	Outras indicações

¹ O [Anexo 8](#) apresenta uma panorâmica dos participantes nas entrevistas colectivas.

ICIs	Fornecer uma análise das percepções e do envolvimento de várias partes interessadas nas actividades de fortalecimento de capacitações em curso e concluídas e de assistência aos refugiados/população em resposta a crises realizadas em Angola
DGFs	Discussões de grupo entre os refugiados sobre as suas experiências, envolvimento e benefícios da programação do PAM. Esta abordagem ajudou a sondar as suas percepções, atitudes, crenças, opiniões e ideias sobre o impacto destas iniciativas nas comunidades.

87. **As KIIs** foram um aspecto fundamental da avaliação, informando a análise desde o início até ao pós-trabalho de campo. Estas entrevistas permitiram conhecer os pontos de vista institucionais sobre a qualidade e eficácia do programa para os refugiados, outras populações afectadas pela crise em Angola e crianças malnutridas. Após as entrevistas iniciais nas fases de arranque e piloto, a equipa realizou mais 15 entrevistas de uma hora durante o trabalho de campo. A selecção dos informadores, orientada pela consulta do PAM, baseou-se numa revisão da literatura e numa análise inicial dos dados, tendo os instrumentos de entrevista sido testados e aperfeiçoados pela equipa de avaliação. Os principais intervenientes incluíam representantes de vários sectores, identificados com a ajuda do PAM.

88. Os FGDs facilitaram a recolha de várias perspectivas, permitindo a exploração de prioridades individuais e de grupo. Conduzidas pelo ET com um guião aberto, estas discussões de 1,5 horas foram orientadas por assistentes de investigação fluentes nas línguas locais. Foram realizadas duas discussões de grupos de centragem com cerca de 12 participantes cada em Dundo, na província de Lunda Norte, tendo em conta a amostragem da AGD (**Error! Reference source not found.**). As discussões tiveram lugar em locais seguros e acessíveis, utilizando tópicos adaptados às diferentes categorias de inquiridos. A natureza participativa das discussões dos grupos de centragem teve como objectivo abordar as preocupações locais e orientar intervenções eficazes e sustentáveis.

Tabela 6: Discussões em grupo com refugiados

Grupo	Total
Beneficiários do PAM (refugiados)	2

89. Todas as entrevistas e discussões foram gravadas com a autorização dos inquiridos e armazenadas num servidor partilhado. A transcrição e a tradução das conversas foram efectuadas para análise. A análise qualitativa envolveu a identificação e codificação de temas emergentes, bem como de temas relevantes para os indicadores do quadro lógico.

Fase 5 - Análise e Relatórios

90. Na terceira fase, a ET analisou os dados, redigiu o relatório e incorporou o *feedback* dos peritos do PAM. Traduziram e codificaram os dados qualitativos das KIIs e DGF utilizando o Nvivo, combinando a codificação dedutiva—alinhada com temas predefinidos das perguntas e quadros de avaliação—com a codificação indutiva para captar novas ideias. A equipa assegurou que as perspectivas de género fossem reflectidas nas conclusões e recomendações, enquanto relatava os desafios da realização de uma avaliação sensível ao género.

91. Apesar da dispersão geográfica, a equipa coordenou-se eficazmente, utilizando plataformas online para colaboração e aderindo a protocolos de garantia de qualidade. Seguiram um quadro analítico que envolveu a familiarização com os dados, a transcrição, a revisão, a redução, a análise, a integração, a validação, a interpretação e a elaboração de relatórios. Esta abordagem sistemática incluiu análises temáticas e quantitativas, o desenvolvimento de um livro de códigos e a triangulação para garantir conclusões e recomendações exactas e ricas para o relatório final.

92. Durante a fase de elaboração dos relatórios, foi dada prioridade à integração da dimensão do género e da vulnerabilidade, a fim de garantir que as conclusões e as recomendações reflectissem uma perspectiva sensível ao género e à vulnerabilidade. As conclusões relacionadas com o género foram sistematicamente analisadas e apresentadas, em todos os critérios e questões da avaliação. Foram destacados os impactos diferenciais do programa, relacionados com os efeitos nos diferentes géneros, identificando desafios e oportunidades específicos de género e vulnerabilidade, e fornecendo recomendações accionáveis para promover a equidade de género. O relatório sublinha igualmente a importância da integração da dimensão do género e da vulnerabilidade na concepção, execução e práticas de acompanhamento e avaliação do programa.

Fase 6 - Divulgação e Acompanhamento

93. Após a conclusão do projecto, a ET trabalhou em estreita colaboração com o PAM, conforme necessário, para assegurar a divulgação eficaz e o acompanhamento das conclusões.

Recolha de Dados

Linha do tempo

94. O Chefe de Equipa, o Especialista em Segurança Alimentar e Nutricional e o avaliador deslocaram-se ao Dundo, Cunene, Huíla e à cidade de Luanda para efectuar a recolha de dados qualitativos e foram responsáveis pela realização das KIIs e DGFs necessárias durante um período de 20 dias.

Locais de investigação

95. A selecção dos locais de investigação ideais para esta avaliação teve em consideração os seguintes factores:

- Abordagem de todas as operações/programas prescritos do PAM em Angola, por local.
- Inclusão de locais de especial interesse para a programação do PAM.
- Dispersão geográfica de modo a assegurar a representação regional.
- Redes locais existentes e acessíveis e competências internas, tanto no âmbito da ET como no que respeita à presença do PAM no terreno.
- Limitações orçamentais e de duração do trabalho de campo.
- Factores logísticos e outros factores qualitativos, como a gravidade da crise na zona.

96. Como tal:

- **Dundo, na província de Lunda Norte**, foi a única opção para inquirir sobre o Apoio Designado aos Refugiados.
- **A cidade de Luanda** foi a única opção para a avaliação de: (1) DAM Luanda; (2) Resposta à COVID-19, e (3) Assistência técnica ao GdA, uma vez que se espera que a maioria das autoridades do GdA e dos inquiridos do KII estejam localizados nas proximidades de Luanda.
- A província **do Cunene**, em particular o município de Ombanja, foi seleccionada para a avaliação de: (1) plano de alimentação escolar, (2) fortalecimento de capacitações de protecção civil e gestão comunitária do DAM.
- **A província da Huíla foi acrescentada** para garantir a cobertura geográfica (nomeadamente o município de Quilengues).

97. Em cada um dos locais identificados para esta avaliação, foram seleccionadas no máximo duas áreas para realizar o trabalho de campo, com base na localização das maiores concentrações de potenciais participantes e, se relevante, na presença e acesso dos parceiros de implementação. A finalização da selecção dos locais de trabalho de campo foi feita em comunicação com o PAM (ver Tabela 7).

Tabela 7: Locais de investigação e respectivas operações/programas do PAM avaliados

Operações/Programa	Sugestão de local de trabalho de campo
Área temática 1 - Assistência técnica ao governo	

Operações/Programa	Sugestão de local de trabalho de campo
CMAM Luanda / COVID-19 Resposta do PAM à Nutrição Luanda	Cidade de Luanda
Plano de Alimentação Escolar, Política de alimentação escolar e saúde, Directrizes para a alimentação escolar caseira	Cunene (Município de Ombanja) & Huíla (município de Quilengues)
Reforço da análise da segurança alimentar - Assistência técnica ao departamento de segurança alimentar	Cidade de Luanda
Fortalecimento de capacitações da Protecção Civil e do MINAGRIP	Cunene
Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar	
Gestão da desnutrição aguda com base na comunidade	Cunene (Município de Ombanja) & Huila (município de Quilengues)
Área temática 3 - Apoio designado aos refugiados	
Resposta aos refugiados através da distribuição geral de alimentos (GFD)	Lunda Norte

Amostragem

98. A avaliação utilizou uma amostragem probabilística e não probabilística, tendo em conta a diversidade geográfica e demográfica para garantir resultados válidos, fiáveis e generalizáveis. A estratégia foi adaptada a cada contexto para evitar enviesamentos de amostragem. Os esforços incluíram uma representação diversificada nas discussões dos grupos de centragem, particularmente da comunidade de refugiados, tendo em conta o género, a idade e outros aspectos de diversidade e vulnerabilidade. O objectivo era ampliar as vozes sub-representadas e avaliar a resposta da programação a várias vulnerabilidades. Os critérios de amostragem para a amostragem intencional das discussões dos grupos de centragem incluíram o género, a idade, a diversidade geográfica, o estatuto de refugiado, o impacto da seca, o estatuto socioeconómico, a familiaridade com o tema da avaliação, a diversidade cultural, a participação nos programas do PAM e a interseccionalidade da vulnerabilidade. As KII envolveram o GdA e outras partes interessadas, escolhidas voluntariamente em coordenação com o PAM, tendo sido obtidas as autorizações necessárias. A amostragem das entrevistas com informantes-chave teve por objectivo captar um vasto leque de perspectivas, evitando a representação excessiva de determinadas organizações ou grupos.

Considerações éticas, limitações e desafios

99. A ET aderiu às [Directrizes Éticas do UNEG 2020](#), dando prioridade ao consentimento informado, à privacidade, à confidencialidade e à sensibilidade cultural. As práticas de inclusão e recrutamento justo, especialmente de mulheres e grupos marginalizados, foram enfatizadas, com medidas para evitar danos. A Forcier Consulting assegurou que estes padrões éticos fossem mantidos ao longo da avaliação, com considerações detalhadas e medidas de mitigação de risco documentadas no Anexo 0.

Considerações de género

100. A ET enfatizou o papel da sensibilização para o género e a vulnerabilidade na investigação, com o objectivo de promover a melhoria da programação, a equidade e a igualdade de género. A investigação centrou-se em práticas inclusivas e seguras, assegurando a representação de todos os grupos nos locais de

avaliação. O estudo foi conduzido por uma equipa de investigação equilibrada em termos de género, com investigadoras do sexo feminino a conduzir KIIs e DGFs com participantes do sexo feminino em ambientes seguros e privados.

Interseccionalidade

101. A interseccionalidade é crucial para uma compreensão mais profunda da forma como o género e outros factores como a idade, a etnia, o estatuto socioeconómico e a deficiência influenciam as vulnerabilidades individuais e o acesso aos recursos. A incorporação da análise interseccional na avaliação assegurou uma avaliação precisa dos efeitos do programa em diversos grupos, destacou as disparidades e apoiou intervenções mais adaptadas. Também responsabilizou a avaliação perante as comunidades marginalizadas, reconhecendo as suas experiências e necessidades. Nesta avaliação, a interseccionalidade revelou as vulnerabilidades em camadas que se cruzam com o género, especialmente entre os refugiados e as populações afectadas pela seca, com o objectivo de reflectir com precisão as suas experiências e desafios distintos.

Neutralidade

102. O ET manteve a neutralidade e a imparcialidade durante a recolha de dados, aceitando todas as respostas válidas sem preferências ou comentários pessoais. Foi dada igual consideração a todos os participantes e às suas contribuições.

Participação voluntária

103. A participação na investigação foi voluntária, com pleno respeito pelo direito dos participantes de recusarem perguntas. Os participantes receberam informações pormenorizadas sobre a investigação e devem dar o seu consentimento informado. Os investigadores protegeram o bem-estar dos participantes, evitando danos, e não obtiveram benefícios directos da avaliação.

Privacidade e confidencialidade

104. Os investigadores protegeram a privacidade dos participantes, assegurando que estes compreendiam o objectivo, os processos, os riscos e os benefícios do estudo. Os dados pessoais foram acedidos apenas por pessoal autorizado e tornados anónimos nos relatórios. Foi aplicado um tratamento de dados seguro, encriptado e protegido por palavra-passe.

Não prevaricação

105. A equipa de investigação comprometeu-se a reduzir quaisquer danos possíveis para os participantes e enquadrou cuidadosamente as actividades de investigação de modo a evitar perturbações. No início da investigação, foi também efectuada uma avaliação de riscos para abordar os riscos potenciais e os mecanismos de apoio.

Garantia de qualidade

106. O PAM desenvolveu um Sistema Descentralizado de Garantia da Qualidade da Avaliação (DEQAS) baseado nas normas e padrões do UNEG e nas boas práticas da comunidade internacional de avaliação (a Active Learning Network for Accountability and Performance (ALNAP) e a Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)). Os mapas do processo DEQAS, com as suas etapas incorporadas para a garantia da qualidade e modelos para os produtos de avaliação, e as listas de controlo para o *feedback* sobre a qualidade foram sistematicamente aplicados durante esta avaliação e os documentos relevantes foram fornecidos à ET.

107. A ET utilizou procedimentos rigorosos de garantia de qualidade e de trabalho no terreno, tirando partido da tecnologia móvel e da capacitação contínua do pessoal para uma recolha de dados de elevada qualidade. O ET conduziu ele próprio todas as entrevistas qualitativas, gravando-as em dispositivos Forcier e tomando notas pormenorizadas. Receberam formação para gerir as falhas dos dispositivos de gravação e para comunicar imediatamente quaisquer problemas para uma possível repetição da entrevista. Os guias de KII e DGF foram testados durante a fase inicial, e as ferramentas finais foram ajustadas com base no

piloto. O chefe da equipa e o coordenador da investigação deram *feedback* contínuo ao resto da equipa durante o trabalho de campo.

108. Os assistentes de investigação receberam formação completa sobre métodos qualitativos e guias de entrevista para compreenderem os objectivos da investigação e as intenções das perguntas. Todas as entrevistas foram transcritas e traduzidas, permitindo a identificação precoce e a atenuação de quaisquer problemas no processo. Cada assistente recebeu um *feedback* pormenorizado para melhorar a qualidade.

109. Os dados qualitativos foram carregados para armazenamento na nuvem, seguindo um plano de gestão de dados em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (RGPD). Os ficheiros foram transferidos dos dispositivos de gravação para computadores portáteis e depois para a nuvem, dependendo das condições da Internet. A equipa de Forcier efectuou verificações secundárias do áudio para garantir a qualidade dos dados, dando *feedback* atempado aos assistentes. As transcrições foram feitas na íntegra e traduzidas para inglês ou português para análise. A equipa reviu continuamente os ficheiros áudio e as transcrições para garantir a qualidade dos dados, corrigindo quaisquer discrepâncias ou esclarecendo respostas pouco claras.

Anexo 3. Matriz de Avaliação

Pergunta de avaliação 1: Em que medida os programas e as actividades de assistência técnica executados pelo PAM em Angola foram pertinentes e adequados para enfrentar os desafios da segurança alimentar e satisfazer as necessidades da população-alvo?					Disponibilidade/fiabilidade das provas	Área temática
Em que medida os programas e as actividades de assistência técnica se coadunaram com os desafios e as necessidades específicas de segurança alimentar da população-alvo em Angola?					Forte (bom)	
					Médio (satisfatório)	
					Pobre (semana)	
Subquestões	Indicadores	Métodos de recolha de dados	Fontes de dados/informação	Métodos de análise de dados/triangulação		
Relevância						
Como é que o PAM abordou a orientação e a melhoria da pertinência das intervenções de segurança alimentar, incluindo a resposta aos refugiados e as actividades de nutrição, para satisfazer as necessidades dos grupos vulneráveis	<p>Percentagem de grupos vulneráveis visados abrangidos por intervenções de segurança alimentar, incluindo refugiados e populações em risco nutricional.</p> <p>Percentagem de beneficiários que referem melhorias na segurança alimentar e no acesso a uma nutrição adequada.</p> <p>Percentagem da prevalência da subnutrição nas mulheres e nas crianças.</p>	<p>Análise documental e bibliográfica</p> <p>KIIs</p> <p>DGFs</p> <p>Observação</p>	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <p>Relatórios anuais por país</p> <p>Revisão documental do projecto conjunto ACNUR/PAM</p> <p>Relatórios de acompanhamento dos programas do PAM</p>	<p>Comparação entre os objectivos das actividades do PEIP e as necessidades identificadas</p> <p>Triangulação entre métodos e fontes de recolha de dados (dados qualitativos e outras fontes diferentes de informação e da literatura disponível).</p>	Forte	<p>Área temática 2</p> <p>- Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar</p> <p>Área temática 3</p> <p>- Apoio designado aos refugiados</p>

em Angola?	<p>Percentagem de beneficiários que declaram que a assistência recebida corresponde às suas necessidades e preferências específicas.</p> <p>Percentagem de mulheres beneficiárias que participam ativamente nas actividades geradoras de rendimentos e nos processos de tomada de decisão relacionados com a segurança alimentar e a nutrição.</p> <p>Nível de satisfação dos beneficiários relativamente à pertinência e à eficácia das intervenções do PAM.</p>		<p>Relatórios de controlo pós-distribuição</p> <p>Beneficiários das actividades implementadas</p> <p>Principais funcionários do governo</p> <p>Relatórios governamentais</p> <p>Relatórios de actividades e lista de presenças (formação, workshops)</p> <p>ONG</p> <p>WVI</p> <p>ACNUR</p> <p>Doadores</p>			
Em que medida a igualdade entre os sexos, as questões relacionadas com o	Percentagem de mulheres beneficiárias que referem um aumento do rendimento e das	Análise documental e bibliográfica	Escritório do PAM em Angola	Comparação entre as conclusões da análise de género e a integração da GEWE	Forte	Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões

<p>empoderamento das mulheres e as considerações relativas aos direitos humanos foram tidas em conta na concepção e execução das intervenções de segurança alimentar, nomeadamente nas actividades de resposta aos refugiados e de nutrição?</p>	<p>oportunidades económicas em resultado das intervenções.</p> <p># Incidência de violência e abuso com base no género entre os beneficiários, com as correspondentes medidas tomadas para resolver e prevenir tais incidentes.</p> <p>Progressos no sentido de atingir os objectivos nutricionais específicos de cada género, tais como a melhoria do estado nutricional das crianças com menos de cinco anos.</p> <p>Proporção de agregados familiares em que as mulheres, os homens, ou ambos, tomam decisões sobre a utilização de alimentos/dinheiro/vouchers, desagregados por modalidade de transferência.</p> <p>Proporção de membros da entidade decisória da assistência alimentar - comités, conselhos, equipas, etc. - que são mulheres. - que são mulheres.</p>	<p>KIIs</p> <p>DGFs</p> <p>Observação</p>	<p>Relatórios anuais por país</p> <p>Documentos de síntese do programa</p> <p>Beneficiários das actividades implementadas</p> <p>Relatórios de incidentes</p> <p>Principais funcionários do governo</p> <p>Relatórios governamentais</p> <p>Lista de presenças (formação, workshops e fóruns de decisão)</p> <p>Outras partes interessadas</p>	<p>na concepção e execução das actividades do PAM Angola Office</p> <p>Triangulação entre métodos e fontes de recolha de dados (dados qualitativos e outras fontes diferentes de informação e da literatura disponível).</p>		<p>afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar</p> <p>Área temática 3 - Apoio designado aos refugiados</p>
--	--	---	--	--	--	--

	Tipo de transferência (alimentos, dinheiro, vale, sem compensação) recebida pelos participantes nas actividades do PAM, desagregada por sexo e tipo de atividade					
Em que medida as estratégias de prestação de assistência técnica ao Governo angolano estão alinhadas com as suas prioridades e são consideradas como respondendo efetivamente às necessidades de segurança alimentar do país?	<p>Percentagem de iniciativas de assistência técnica que se alinham com as prioridades e objectivos dos planos nacionais de segurança alimentar e desenvolvimento do Governo angolano.</p> <p>Nível de envolvimento e de participação dos funcionários públicos no planeamento e na execução das iniciativas de assistência técnica.</p> <p># Número de iniciativas de assistência técnica que abordam os desafios da segurança alimentar específicos de cada região e de cada população.</p> <p>Grau de colaboração e coordenação entre os diferentes parceiros de desenvolvimento e as partes interessadas</p>	<p>Análise documental e bibliográfica</p> <p>KIIs</p> <p>Observação</p>	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <p>Políticas Públicas Governamentais (Políticas Nacionais, Estratégias, Programas e Regionais)</p> <p>UNSDCF</p> <p>UNCT</p> <p>Análise comum por país</p> <p>Doadores</p> <p>Parceiros</p>	<p>Comparação entre as principais prioridades das políticas nacionais e regionais, o UNSDCF e os objectivos do PEIP.</p> <p>Triangulação entre métodos e fontes de recolha de dados (dados qualitativos e outras fontes diferentes de informação e da literatura disponível).</p>	Forte	Área temática 1 - Assistência técnica ao governo

	<p>envolvidas na prestação de assistência técnica para a segurança alimentar em Angola.</p> <p><i>Feedback</i> dos funcionários governamentais e das partes interessadas sobre a eficácia e o impacto da assistência técnica recebida na resposta às necessidades de segurança alimentar.</p> <p>Alinhamento entre os objectivos e as actividades dos programas de assistência técnica e as prioridades do governo em matéria de segurança alimentar, tal como constam dos documentos políticos ou dos planos nacionais</p>					
Pergunta de avaliação 2: Em que medida os programas e as actividades de assistência técnica executados pelo PAM em Angola foram coerentes na sua conceção, execução e coordenação com os intervenientes relevantes?					Disponibilidade/fiabilidade das provas	Área temática
2.1. Em que medida os programas e as actividades de assistência técnica foram coordenados e integrados com outros actores humanitários, agências governamentais e organizações não governamentais em Angola?					Forte (bom)	
					Médio (satisfatório)	
					Pobre (semana)	
Subquestões	Indicadores	Métodos de recolha de dados	Fontes de dados/informação	Métodos de análise de dados/triangulação		
Coerência						

<p>Em que medida as intervenções do PAM nos domínios da segurança alimentar, da nutrição, da assistência técnica e do apoio aos refugiados foram coerentes com as políticas e os programas do Governo de Angola e respeitaram os princípios humanitários?</p>	<p>Percentagem de intervenções de segurança alimentar e nutrição do PAM que se alinham com as principais prioridades e objectivos das políticas e programas nacionais do Governo de Angola.</p> <p>Nível de alinhamento entre as iniciativas de assistência técnica do PAM e os planos e estratégias do Governo em matéria de segurança alimentar e nutrição.</p> <p>Em que medida as intervenções de apoio aos refugiados do PAM respeitam as políticas e orientações do Governo em matéria de resposta e protecção dos refugiados.</p> <p>Grau de adesão aos princípios humanitários, comprovado pelo cumprimento dos códigos de conduta e das normas éticas pertinentes.</p>	<p>Análise documental e bibliográfica</p> <p>KIIs</p> <p>Observação</p>	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <p>Políticas Públicas Governamentais (Políticas Nacionais, Legislação, Estratégias e Programas)</p> <p>Quadro lógico do PEIP e RAC</p> <p>Relatórios das reuniões de coordenação</p> <p>ONG</p>	<p>Comparação entre as principais prioridades dos princípios nacionais e regionais e humanitários e os objectivos do PEIP</p> <p>Triangulação entre métodos e fontes de recolha de dados (dados qualitativos e outras fontes diferentes de informação e da literatura disponível).</p>	<p>Forte</p>	<p>Área temática 1 - Assistência técnica ao governo</p> <p>Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar</p> <p>Domínio temático 3 Apoio designado aos refugiados</p>
<p>Que sinergias foram observadas entre as várias intervenções de assistência</p>	<p>Frequência e eficácia da coordenação e colaboração entre o PAM e os ministérios/agências</p>	<p>Análise documental e bibliográfica</p>	<p>Escritório do PAM em Angola</p>	<p>Triangulação entre métodos e fontes de recolha de dados (dados qualitativos e</p>	<p>Forte</p>	<p>Área temática 1 - Assistência</p>

<p>técnica que estão a ser avaliadas nos domínios da segurança alimentar, da nutrição e do apoio aos refugiados?</p>	<p>governamentais no planeamento e execução das intervenções.</p> <p># Número de iniciativas conjuntas ou de esforços de colaboração entre as equipas que trabalham no domínio da segurança alimentar, da nutrição e do apoio aos refugiados.</p> <p>Percentagem de recursos (financeiros, humanos e logísticos) partilhados entre as diferentes iniciativas de assistência técnica.</p> <p>Nível de coordenação e colaboração entre as equipas de assistência técnica, tal como referido pelos membros da equipa e pelas partes interessadas envolvidas nas intervenções.</p> <p># Número de actividades de fortalecimento de capacitações ou de sessões de formação organizadas conjuntamente para melhorar as competências e os conhecimentos do pessoal nas diferentes intervenções,</p>	<p>KIIs</p> <p>Observação</p>	<p>Relatórios anuais por país</p> <p>Acordos e MOU</p> <p>Relatórios das reuniões de coordenação</p> <p>Quadro lógico do PEIP e RAC</p> <p>Relatórios (formação, workshops e fóruns de decisão)</p> <p>Outras partes interessadas</p>	<p>outras fontes diferentes de informação e da literatura disponível).</p>		<p>técnica ao governo</p> <p>Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar</p> <p>Área temática 3 - Apoio designado aos refugiados</p>
--	--	-------------------------------	---	--	--	---

	incluindo a diferença de participação de homens e mulheres.					
Pergunta de avaliação 3: Em que medida os programas e as actividades de assistência técnica implementados pelo PAM em Angola foram eficazes para alcançar os resultados pretendidos e enfrentar os desafios da segurança alimentar?					Disponibilidade/fiabilidade das provas	Área temática
Que provas existem para demonstrar a eficácia dos programas e das actividades de assistência técnica na melhoria dos indicadores de segurança alimentar, tais como o acesso a alimentos nutritivos, a diversidade dos regimes alimentares e a redução das taxas de subnutrição entre a população-alvo em Angola?					Forte (bom)	
					Médio (satisfatório)	
					Pobre (semana)	
Subquestões	Indicadores	Métodos de recolha de dados	Fontes de dados/informação	Métodos de análise de dados/triangulação		
Eficácia						
Em que medida a prestação de assistência técnica do PAM ao Governo está a contribuir para a realização do ODS2 e do ODS 17?	Alteração percentual da prevalência da fome e da subnutrição nas zonas onde é prestada assistência técnica. Percentagem de produtividade agrícola e de produção alimentar em resultado da assistência técnica, contribuindo para as metas do ODS2. # Número de parcerias e colaborações estabelecidas com entidades governamentais e outras partes interessadas, indicando progressos no sentido	Análise documental e bibliográfica KIIs Observação	Escritório do PAM em Angola Relatórios anuais por país Beneficiários das actividades implementadas Principais funcionários do governo Relatórios governamentais	Comparação entre as realizações, os resultados e os resultados estratégicos planeados (Quadro Lógico do PEIP) para alcançar o ODS2 e o ODS17 Triangulação entre métodos e fontes de recolha de dados (dados qualitativos e outras fontes diferentes de	Forte	Área temática 1 - Assistência técnica ao governo Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar Área temática 3 - Apoio

	do ODS17 sobre parcerias para o desenvolvimento sustentável.		Análise comum por país	informação e da literatura disponível).		designado aos refugiados
Em que medida foram alcançados os objectivos, os resultados e os resultados estratégicos da assistência técnica e dos refugiados ao Governo, à CMAM e ao programa de alimentação escolar?	<p>Percentagem de resultados planeados entregues a tempo e dentro do orçamento atribuído.</p> <p>Mudança nos indicadores de nutrição (número e percentagem), frequência escolar e taxas de matrícula.</p> <p>Percentagem de refugiados que referem ter melhorado a segurança alimentar e o acesso a serviços essenciais.</p> <p>Nível de melhoria da capacidade governamental e dos quadros políticos relacionados com a segurança alimentar.</p> <p>Redução percentual da prevalência de desnutrição aguda entre as populações-alvo como resultado das intervenções da CMAM.</p>	<p>Análise documental e bibliográfica</p> <p>KIIs</p> <p>Modelo Kirkpatrick</p> <p>Observação</p>	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <p>Relatórios anuais por país</p> <p>Relatórios de acompanhamento dos programas do PAM</p> <p>Relatórios de controlo pós-distribuição</p> <p>Beneficiários</p> <p>Principais funcionários do governo</p> <p>Relatórios governamentais</p> <p>ONG</p> <p>WVI</p>	Comparação entre as realizações, os efeitos e os resultados estratégicos planeados e alcançados	Forte	<p>Área temática 1 - Assistência técnica ao governo</p> <p>Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar</p> <p>Área temática 3 - Apoio designado aos refugiados</p>

	Rácio entre a participação das mulheres e dos homens nas actividades do programa, nos processos de tomada de decisão e nas sessões de formação		ACNUR Doadores			
Quais foram os principais factores (internos e externos) que influenciaram a realização e a não realização dos objectivos das intervenções e da assistência técnica do PAM e quais foram os desafios enfrentados?	# Número de factores externos (por exemplo, catástrofes naturais, instabilidade política) que influenciaram a execução e os resultados das intervenções do PAM. Factores internos (por exemplo, lacunas de capacidade, problemas de coordenação) que afectaram a realização dos objectivos. # de desafios identificados, tais como recursos limitados, restrições logísticas ou falta de envolvimento da comunidade, e o seu impacto na eficácia das intervenções.	Análise documental e bibliográfica KIIs DGFs Observação	Escritório do PAM em Angola Relatórios anuais por país Beneficiários e participantes nas actividades do PAM Principais intervenientes governamentais ONG UNCT WVI ACNUR Doadores	Triangulação entre métodos e fontes de recolha de dados (dados qualitativos e outras fontes diferentes de informação e da literatura disponível).	Forte	Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar Área temática 3 - Apoio designado aos refugiados
Pergunta de avaliação 4: Em que medida os programas e as actividades de assistência técnica implementados pelo PAM em Angola foram eficientes na utilização dos recursos para alcançar os resultados pretendidos e maximizar o impacto na segurança alimentar?					Disponibilidade/fiabilidade das provas	Área temática
					Forte (bom)	

4.1. Com que eficácia foram atribuídos e utilizados os recursos, nomeadamente financeiros, humanos e logísticos, na execução dos programas e das actividades de assistência técnica, tendo em conta os resultados e as realizações alcançados?					Médio (satisfatório)	
					Pobre (semana)	
Subquestões	Indicadores	Métodos de recolha de dados	Fontes de dados/informação	Métodos de análise de dados/triangulação		
Eficiência						
Que lições podem ser retiradas no que respeita à relação custo/benefício e à relação custo/eficácia das intervenções no domínio da segurança alimentar, incluindo a seleção dos beneficiários e a prestação de assistência técnica ao Governo.	<p>Custo por beneficiário atingido nas intervenções de segurança alimentar, incluindo a prestação de assistência alimentar e de serviços de nutrição.</p> <p>Custo por unidade de mudança nos principais indicadores de nutrição, como a redução da prevalência de desnutrição aguda.</p> <p>Percentagem de fundos afectados à orientação dos beneficiários e eficácia com que as estratégias de orientação identificaram e atingiram as populações mais vulneráveis.</p> <p>Comparação da relação custo-eficácia das diferentes intervenções em matéria de segurança alimentar para a obtenção de resultados</p>	<p>Análise documental e bibliográfica</p> <p>KIIs</p>	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <p>Relatórios anuais por país</p> <p>Beneficiários e participantes nas actividades do PAM</p> <p>Relatórios financeiros</p> <p>Relatórios de revisão do orçamento</p> <p>Relatórios de auditoria</p> <p>Doadores</p>	Triangulação entre métodos e fontes de recolha de dados (dados qualitativos e outras fontes diferentes de informação e da literatura disponível).	Fraco - As informações financeiras relativas à utilização dos recursos não estão suficientemente disponíveis	<p>Área temática 1 - Assistência técnica ao governo</p> <p>Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar</p> <p>Área temática 3 - Apoio designado aos refugiados</p>

	<p>específicos e de resultados estratégicos.</p> <p>Percentagem de fundos utilizados para a execução do programa em comparação com os custos administrativos e operacionais.</p> <p>Eficiência da selecção: percentagem de beneficiários que pertencem aos grupos mais vulneráveis e marginalizados.</p> <p>Comparação da eficiência da selecção de beneficiários em diferentes intervenções ou áreas geográficas para identificar a eficácia dos métodos de selecção de beneficiários.</p> <p>Pontualidade na afectação e desembolso dos recursos, minimizando os atrasos e assegurando uma execução eficaz dos programas.</p>					
Pergunta de avaliação 5: Em que medida os programas e as actividades de assistência técnica implementados pelo PAM em Angola são sustentáveis e expansíveis, garantindo impactos a longo prazo na segurança alimentar para além do período de intervenção?					Disponibilidade/fiabilidade das provas	Área temática
					Forte (bom)	
					Médio (satisfatório)	

5.1. Que mecanismos ou estratégias foram postos em prática para assegurar a sustentabilidade e a escalabilidade dos programas e das actividades de assistência técnica para além do período de intervenção em termos de apropriação local, fortalecimento de capacitações e institucionalização?					Pobre (semana)	
Subquestões	Indicadores	Métodos de recolha de dados	Fontes de dados/informação	Métodos de análise de dados/triangulação		
Sustentabilidade/Escalabilidade						
Em que medida os benefícios dos programas de assistência técnica e dos programas para refugiados do PAM são sustentáveis e susceptíveis de continuar após o termo das intervenções do PAM?	<p>Percentagem de beneficiários do programa que declaram continuar a ter acesso a alimentos nutritivos e a melhorar a segurança alimentar após o fim da intervenção do PAM.</p> <p>Percentagem de agregados familiares visados que demonstram uma adoção sustentada de práticas agrícolas melhoradas ou de actividades geradoras de rendimentos.</p> <p>Percentagem de beneficiários-alvo que demonstram ter melhorado os seus conhecimentos e competências para manter os benefícios obtidos através dos programas de assistência técnica.</p>	<p>Análise documental e bibliográfica</p> <p>KIIs</p> <p>DGFs</p> <p>Modelo Kirkpatrick</p> <p>Observação</p>	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <p>Relatórios anuais por país</p> <p>Beneficiários das actividades implementadas</p> <p>Principais funcionários do governo</p> <p>Relatórios governamentais</p> <p>Quadro lógico e concepção do PEIP</p> <p>Outras partes interessadas</p>	Triangulação entre métodos e fontes de recolha de dados (dados qualitativos e outras fontes diferentes de informação e da literatura disponível).	Média - A maior parte destes dados será recolhida através de KIIs e de análise documental.	<p>Área temática 1 - Assistência técnica ao governo</p> <p>Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar</p> <p>Área temática 3 - Apoio designado aos refugiados</p>

	<p>Existência de uma estratégia ou de um plano governamental de segurança alimentar e nutricional que integre elementos dos programas de assistência técnica do PAM.</p> <p>Integração das componentes de segurança alimentar e nutrição do PAM nos seus orçamentos e planos operacionais regulares, o que indica um empenhamento e um financiamento sustentados.</p> <p># Número de parcerias sustentáveis formadas entre o PAM, entidades governamentais e outros parceiros de desenvolvimento para continuar a apoiar iniciativas de segurança alimentar e nutrição.</p>					
Em que medida é que o apoio do PAM fortaleceu de capacitações das instituições governamentais nacionais e locais, das comunidades e de outros parceiros?	# Número de funcionários e agentes governamentais formados através dos programas de assistência técnica, seminários e iniciativas de fortalecimento de capacitações do PAM.	Análise documental e bibliográfica KIIs Modelo Kirkpatrick	Escritório do PAM em Angola Relatórios anuais por país Beneficiários das actividades implementadas	Triangulação entre métodos e fontes de recolha de dados (dados qualitativos e outras fontes diferentes de informação e da literatura disponível).	Média - A maior parte destes dados será recolhida através de KIIs e análise documental	Área temática 1 - Assistência técnica ao governo Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões

	<p>Mudança no nível de conhecimentos e competências dos funcionários públicos e do pessoal local, comprovada por avaliações pré e pós-formação.</p> <p>Nível das taxas de participação e envolvimento dos membros da comunidade nas actividades do programa e nos processos de tomada de decisão.</p>	Observação	<p>Principais funcionários do governo</p> <p>Relatórios governamentais</p> <p>Quadro lógico e conceção do PEIP</p> <p>Outras partes interessadas</p>			<p>afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar</p> <p>Área temática 3 - Apoio designado aos refugiados</p>
<p>Que lições podem ser retiradas da implementação da resposta aos refugiados, da CMAM e das intervenções de assistência técnica com vista a aumentar ou reproduzir as intervenções para atingir um maior número de beneficiários no contexto de Angola e noutros locais?</p>	<p># de boas práticas, histórias de sucesso e abordagens inovadoras das intervenções.</p> <p># Número de lições aprendidas ou recomendações identificadas através de avaliações, reacções das partes interessadas ou revisões da documentação do programa.</p> <p>Grau de transferibilidade e adaptabilidade das estratégias de intervenção a outros contextos, medido pela replicação bem-sucedida em contextos semelhantes.</p>	<p>Análise documental e bibliográfica</p> <p>KIIs</p> <p>Modelo Kirkpatrick</p> <p>Observação</p>	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <p>Relatórios anuais por país</p> <p>Beneficiários das actividades implementadas</p> <p>Funcionários-chave do governo</p> <p>Relatórios governamentais</p> <p>Quadro lógico e conceção do PEIP</p>	<p>Triangulação entre métodos e fontes de recolha de dados (dados qualitativos e outras fontes diferentes de informação e da literatura disponível).</p>	<p>Média - A maior parte destes dados será recolhida através de KIIs</p>	<p>Área temática 1 - Assistência técnica ao governo</p>

			Outras partes interessadas			
Pergunta de avaliação 6: Qual foi o impacto global dos programas e das actividades de assistência técnica implementados pelo PAM em Angola nos resultados da segurança alimentar, nos meios de subsistência e no bem-estar da população-alvo?					Disponibilidade/fiabilidade das provas	Área temática
6.1. Como é que os programas e as actividades de assistência técnica contribuíram para melhorias mensuráveis nos resultados da segurança alimentar, nos meios de subsistência e no bem-estar geral da população-alvo em Angola?					Forte (bom)	
					Médio (satisfatório)	
					Pobre (semana)	
Subquestões	Indicadores	Métodos de recolha de dados	Fontes de dados/informação	Métodos de análise de dados/triangulação		
Impacto						
Que diferença fizeram os programas, no âmbito das áreas temáticas de segurança alimentar (refugiados, CMAM e alimentação escolar), nos beneficiários visados, incluindo especificamente os grupos mais vulneráveis e marginalizados e os seus agregados familiares? Como é	<p>Redução percentual da prevalência de desnutrição aguda entre as crianças com menos de cinco anos de idade nas zonas visadas</p> <p>Aumento percentual da frequência escolar e das taxas de retenção entre os alunos-alvo que beneficiaram do programa de alimentação escolar.</p> <p># Número de agregados familiares classificados como tendo segurança alimentar, insegurança alimentar ou insegurança alimentar grave com base na Escala de Acesso à</p>	<p>Análise documental e bibliográfica</p> <p>KIIs</p> <p>DGFs</p> <p>Observação</p>	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <p>Relatórios anuais por país</p> <p>Revisão documental do projecto conjunto ACNUR/PAM</p> <p>Relatórios de acompanhamento dos programas do PAM</p> <p>Relatórios de controlo pós-distribuição</p>	Triangulação entre métodos e fontes de recolha de dados (dados qualitativos e outras fontes diferentes de informação e da literatura disponível).	Média - Existem dados disponíveis, mas a maioria das intervenções foi implementada num contexto de emergência sem qualquer base de referência	<p>Área temática 1 - Assistência técnica ao governo</p> <p>Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar</p> <p>Área temática 3 - Apoio</p>

<p>que o programa alterou as suas vidas e meios de subsistência? Houve algum impacto específico em termos de género?</p>	<p>Insegurança Alimentar do Agregado Familiar (HFIAS).</p> <p>Aumento percentual do rendimento familiar e das oportunidades de subsistência entre os grupos vulneráveis e marginalizados visados.</p> <p>Percentagem de mulheres que declaram ter poder de decisão sobre os recursos e as finanças do agregado familiar</p> <p>Nas matrículas escolares, comparando as taxas de matrícula de rapazes e raparigas que beneficiaram do programa de alimentação escolar.</p> <p>Aumento percentual do nível de participação das mulheres e dos grupos marginalizados nas actividades comunitárias e nos processos de tomada de decisão.</p> <p>Aumento percentual da utilização de serviços de saúde por mulheres e grupos vulneráveis nas áreas visadas.</p>		<p>Beneficiários e participantes das actividades implementadas</p> <p>Políticas públicas e relatórios governamentais</p> <p>Relatórios das partes interessadas</p> <p>ONG</p> <p>WVI</p> <p>ACNUR</p> <p>Doadores</p>			<p>designado aos refugiados</p>
--	--	--	---	--	--	---------------------------------

	<p>Aumento percentual da participação das mulheres nas acções de formação e nos programas de assistência técnica da CMAM.</p> <p>Percentagem ou número de rendimentos das mulheres, posse de activos produtivos, poder de decisão e participação em actividades geradoras de rendimentos</p>					
<p>Em que medida a assistência técnica ao Governo de Angola teve impacto nas instituições públicas e privadas? Houve algum impacto específico em termos de género?</p>	<p># Número de funcionários do governo e de instituições privadas que receberam formação em domínios técnicos relevantes através dos programas de assistência técnica.</p> <p># Número de políticas, programas ou iniciativas influenciadas pela assistência técnica que foram adoptadas e implementadas por instituições governamentais e privadas.</p> <p>Alteração percentual na afetação de orçamentos públicos e privados a actividades</p>	<p>Análise documental e bibliográfica</p> <p>KIIs</p> <p>DGFs</p> <p>Observação</p>	<p>Escritório do PAM em Angola</p> <p>Relatórios anuais por país</p> <p>Revisão documental do projecto conjunto ACNUR/PAM</p> <p>Relatórios de acompanhamento dos programas do PAM</p> <p>Relatórios de controlo pós-distribuição</p>	<p>Triangulação entre métodos e fontes de recolha de dados (dados qualitativos e outras fontes diferentes de informação e da literatura disponível).</p>	<p>Média - Existem dados disponíveis, mas a maioria das intervenções foi implementada num contexto de emergência sem qualquer base de referência</p>	<p>Área temática 1 - Assistência técnica ao governo</p> <p>Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar</p> <p>Área temática 3 - Apoio</p>

	<p>relacionadas com a segurança alimentar e a nutrição depois de receber assistência técnica.</p> <p># Número de políticas, práticas ou diretrizes sensíveis ao gênero introduzidas ou melhoradas nas instituições governamentais e privadas na sequência da assistência técnica.</p> <p>Aumento percentual da representação das mulheres em cargos de liderança e de tomada de decisão nas instituições governamentais e privadas.</p> <p>Melhoria percentual da qualidade e da acessibilidade dos serviços de segurança alimentar e nutricional prestados por instituições públicas e privadas depois de receberem assistência técnica.</p> <p># Número de parcerias público-privadas sustentáveis estabelecidas ou reforçadas no domínio da segurança alimentar e nutricional na sequência da assistência técnica.</p>		<p>Beneficiários e participantes das actividades implementadas</p> <p>Políticas públicas e relatórios governamentais</p> <p>Relatórios das partes interessadas</p> <p>ONG</p> <p>WVI</p> <p>ACNUR</p> <p>Doadores</p>			designado aos refugiados
--	---	--	---	--	--	--------------------------

	<p># Número de abordagens ou tecnologias inovadoras adotadas por instituições governamentais e privadas para melhorar a segurança alimentar e os resultados nutricionais após a assistência técnica.</p> <p># Aumento da participação das mulheres em programas de formação e de fortalecimento de capacitações facilitados por instituições governamentais e privadas após terem recebido assistência técnica.</p>					
--	---	--	--	--	--	--

Anexo 4. Ferramentas de recolha de dados

DATA [dd/mm/aa]	
HORA DE INÍCIO DA ENTREVISTA	
HORA DE FIM DA ENTREVISTA	
LOCAL DA ENTREVISTA	
NOME DO INQUIRIDO	
FILIAÇÃO E CARGO DO INQUIRIDO	
NOME DO ENTREVISTADOR	

Seleccione a área temática em que a entrevista se centrará:

Área temática 1.a: Assistência técnica prestada ao governo no tratamento da desnutrição aguda moderada em resposta à COVID-19 na cidade de Luanda.

Área temática 1.b: Actividades de assistência técnica à alimentação escolar, incluindo o apoio aos preparativos para a criação de um comité interministerial para coordenar a participação multi-setorial na alimentação escolar a nível nacional e local.

Área temática 1.c: Fortalecimento de capacitações do MINAGRIP, que envolveu a prestação de formação no local de trabalho sobre avaliação e análise da segurança alimentar e assistência técnica no desenvolvimento da segunda estratégia nacional de segurança alimentar e do diálogo sobre o sistema alimentar.

Área temática 1.d: Assistência técnica prestada ao governo no desenvolvimento de políticas de alimentação escolar e de saúde, bem como assistência técnica no desenvolvimento de directrizes para a alimentação escolar cultivada em casa.

Área temática 1.e: Fortalecimento de capacitações de protecção civil, que envolve a prestação de formação em matéria de cadeia de abastecimento, gestão de operações e logística relacionada com a resposta de emergência à seca.

Área Temática 2.a: Gestão Comunitária da Malnutrição Aguda (CMAM) Luanda. Assistência técnica ao governo no tratamento da desnutrição aguda em resposta à COVID-19, em colaboração com o Banco Mundial,

World Vision, Gabinete Provincial e Municipal de Saúde implementado em Cacuaco, Viana, Talatona, Kilamba Kiaxi e Cazenga.

Área temática 2.b: Gestão Comunitária da Desnutrição Aguda (CMAM) na Huíla: De Novembro de 2021 a Abril de 2022, o PMA implementou o tratamento DAM e CMSC em resposta à seca em sete municípios: Caconda, Caluquembe, Quilengues, Gambos, Quipungo, Jamba e Cuvango.

Área Temática 2.c: Tratamento de Gestão Comunitária da Desnutrição Aguda no Cunene: De Novembro de 2021 a Abril de 2022, com o apoio do fundo IR-R, o PAM implementou o tratamento DAM e CMSC em resposta à seca em todos os municípios da província do Cunene

Área temática 3: Distribuição Geral de Alimentos (DGA) na cidade do Dundo, província da Lunda Norte, em colaboração com a Visão Mundial, o ACNUR e o Departamento Provincial de Acção Social, de 2017 a Junho de 2022.

Introdução

Obrigado por ter disponibilizado o seu tempo para falar comigo hoje sobre a avaliação das Actividades de Assistência Técnica do Programa Alimentar Mundial (PAM) em Angola de 2017 a 2022. Chamo-me [Seu nome] e estou a trabalhar com a Forcier neste projecto de investigação, liderado pelo PAM. O nosso principal objectivo é avaliar e comunicar o desempenho e os resultados das actividades de fortalecimento de capacitações do PAM, analisar os resultados e retirar lições e boas práticas para informar a programação futura.

O objectivo desta entrevista é recolher as suas perspectivas sobre a programação do PAM, no que se refere aos seus pontos fortes e fracos, às melhores práticas que identificou e às potenciais lacunas e pontos cegos. O nosso objectivo é fornecer elementos de prova sobre questões prioritárias para apoiar os objectivos do programa do PAM e formular recomendações que sirvam de base às políticas e às práticas.

A discussão durará cerca de 1 hora. As informações recolhidas hoje serão utilizadas exclusivamente para esta avaliação. Os dados recolhidos serão anonimizados e analisados pela Forcier no âmbito deste projecto de avaliação. Os dados serão tratados com confidencialidade: Nunca partilharemos as suas informações pessoais sem o seu consentimento.

A participação nesta entrevista é totalmente voluntária e tem a liberdade de escolher se quer ou não participar. Não tem qualquer obrigação de responder a todas as perguntas que lhe fizermos e pode recusar-se a responder a qualquer pergunta com a qual não se sinta confortável. Também é livre de terminar esta conversa em qualquer altura se se sentir desconfortável ou se o desejar fazer por qualquer outro motivo.

Se concordar em participar, gostaríamos de gravar esta conversa para garantir uma transcrição exacta. Gostaria de salientar que o conteúdo desta entrevista será estritamente confidencial e que nunca partilharemos o seu nome ou informações de contacto com ninguém fora da equipa de investigação, nem permitiremos que ninguém fora da equipa de investigação ouça a sua gravação.

Tem perguntas para nós?

Obrigado pelo vosso tempo.

Consentimento

Confirmar: O participante deu o seu consentimento para ser entrevistado: Sim Não

Confirmar: O participante deu o seu consentimento para ser gravado: Sim Não

Área temática 1 - Assistência técnica ao governo

1.a Assistência técnica prestada ao governo sobre o tratamento da desnutrição aguda moderada em resposta à COVID-19 na cidade de Luanda.

Perguntas introdutórias

1. Pode dizer-me, por favor, **como é que você / a organização que representa estiveram envolvidos** na assistência técnica prestada pelo PAM sobre o tratamento da desnutrição aguda moderada em resposta à COVID-19 na cidade de Luanda?
2. De que **parcerias ou colaborações** tem conhecimento, ou em que participou?
3. Pode **descrever as actividades** da assistência técnica do PAM para o tratamento da desnutrição aguda moderada na cidade de Luanda?
4. Como é que estas actividades foram **priorizadas e implementadas** no contexto das **políticas e estratégias nacionais e locais**?
5. Quais foram os **principais desafios ou necessidades** relacionadas com o tratamento da desnutrição aguda moderada na cidade de Luanda que a assistência técnica pretendia abordar?
6. Quais foram **os objectivos específicos e os resultados de aprendizagem** da assistência técnica prestada pelo PAM sobre o tratamento da desnutrição aguda moderada em resposta à COVID-19 na cidade de Luanda?
7. Os objectivos e os resultados de aprendizagem da assistência técnica estavam **em conformidade com as prioridades gerais do governo**? Em caso afirmativo ou negativo, como e porquê?

Modelo de avaliação Kirkpatrick

Nível 1: Reacção

1. Qual foi o **feedback geral** do Governo de Angola sobre a assistência técnica prestada pelo PAM no tratamento da desnutrição aguda moderada em resposta à COVID-19 na cidade de Luanda?
2. E o **feedback** dos actores da sua própria organização e de outras partes interessadas envolvidas?
3. Como avalia o apoio prestado neste domínio?

Nível 2: Aprendizagem

4. Que **novos conhecimentos, aptidões ou atitudes** adquiriram o PAM e as outras partes interessadas com a assistência técnica prestada pelo PAM? Esses conhecimentos foram **aplicados no vosso trabalho**?

Nível 3: Comportamento

5. Como é que a assistência técnica prestada pelo PAM influenciou **o comportamento organizacional** de [a organização que representa] e o de outros intervenientes envolvidos no tratamento da desnutrição aguda moderada na cidade de Luanda? Levou a alguma **mudança nas acções organizacionais ou nos processos de tomada de decisões**?

Nível 4: Resultados

6. Qual foi o **impacto** da assistência técnica prestada pelo PAM no tratamento da desnutrição aguda moderada na cidade de Luanda?
7. Foram observadas **melhorias ou mudanças mensuráveis** no tratamento da desnutrição aguda moderada na cidade de Luanda como resultado da assistência técnica prestada pelo PAM?

8. Foram feitas **adaptações ou ajustamentos** à abordagem ou às actividades de assistência técnica com base em comentários anteriores ou na alteração das circunstâncias?
9. Quais foram **as principais lições aprendidas e as melhores práticas** da prestação de assistência técnica no tratamento da desnutrição aguda moderada em resposta à COVID-19 na cidade de Luanda?
10. Na sua opinião, como é que estas lições e práticas podem ser **aplicadas em futuros programas e intervenções** dentro e fora de Angola?
11. A **eficácia** da assistência técnica prestada pelo PAM ao governo no âmbito desta actividade foi medida e avaliada? Em caso afirmativo, como?

Perguntas finais

12. Houve alguma consideração de **sustentabilidade** na abordagem de assistência técnica, como a criação de capacidade local ou o reforço de sistemas para o tratamento contínuo da desnutrição aguda moderada para além da resposta à COVID-19?
13. Existiram desafios ou oportunidades de melhoria neste domínio?
14. Como é que **a questão do género** foi considerada e abordada na abordagem e nas actividades da assistência técnica, em especial no que se refere ao tratamento da desnutrição aguda moderada das mulheres e das raparigas, e qual foi o impacto que teve nos resultados da assistência técnica?
15. Tem algum **comentário adicional** sobre os temas desta entrevista?

Área temática 1 - Assistência técnica ao governo

1.b As actividades de assistência técnica à alimentação escolar, incluindo o apoio aos preparativos para a criação de um comité interministerial para coordenar a participação multi-setorial na alimentação escolar a nível nacional e local.

Perguntas introdutórias

1. Pode dizer-me **como é que o senhor / a organização que representa participaram** na assistência técnica prestada pelo PAM para apoiar os programas de alimentação escolar em Angola, incluindo o apoio aos preparativos para a criação de um Comité Interministerial para coordenar a participação multisectorial na alimentação escolar a nível nacional e local?
2. De que **parcerias ou colaborações** tem conhecimento, ou em que participou?
3. Pode **descrever as actividades** de assistência técnica do PAM para apoiar os programas de alimentação escolar em Angola, incluindo o apoio aos preparativos para a criação de um comité interministerial?
4. Como é que estas actividades foram **priorizadas e implementadas** no contexto das políticas e estratégias **nacionais e locais**?
5. Quais foram os **principais desafios ou necessidades** relacionadas com:
 6. o programa de alimentação escolar em Angola
 7. a criação de um comité interministerial para coordenar a participação multisectorial na alimentação escolar a nível nacional e local?
8. Quais foram **os objectivos** específicos **e os resultados** da assistência técnica prestada pelo PAM para apoiar os programas de alimentação escolar e a criação de um comité interministerial em Angola?
9. Os objectivos e os resultados de aprendizagem da assistência técnica estavam **em conformidade com as prioridades gerais do governo**? Em caso afirmativo ou negativo, como e porquê?

Modelo de avaliação Kirkpatrick

Nível 1: Reacção

10. Qual foi a **feedback geral** do Governo de Angola à assistência técnica à alimentação escolar e aos preparativos para a criação de um comité interministerial?
11. E o **feedback** dos actores da sua própria organização e de outras partes interessadas envolvidas?
12. Como avalia o apoio prestado neste domínio?

Nível 2: Aprendizagem

13. Que **novos conhecimentos, aptidões ou atitudes** adquiriu, bem como outras partes interessadas, com a assistência técnica prestada pelo PAM para apoiar os programas de alimentação escolar e a criação de um Comité Interministerial em Angola? Estes conhecimentos foram **aplicados no seu trabalho**?

Nível 3: Comportamento

14. Como é que a assistência técnica prestada pelo PAM influenciou **o comportamento organizacional** de [a organização que representa] e de outras partes interessadas envolvidas no apoio aos programas de alimentação escolar e na criação de um Comité Interministerial em Angola?

15. Conduziu a quaisquer alterações nas acções organizacionais ou nos processos de tomada de decisão?

Nível 4: Resultados

16. Qual foi o **impacto** da assistência técnica prestada pelo PAM para apoiar os programas de alimentação escolar e a criação de um comité interministerial?
17. Foram observadas **melhorias ou mudanças mensuráveis** no tratamento da desnutrição aguda moderada na cidade de Luanda como resultado da assistência técnica prestada pelo PAM?
18. Foram feitas **adaptações ou ajustamentos** à abordagem ou às actividades de assistência técnica com base em comentários anteriores ou na alteração das circunstâncias?
19. Quais foram as **principais lições aprendidas e as melhores práticas** da assistência técnica de apoio aos programas de alimentação escolar e da criação de um comité interministerial?
20. Na sua opinião, como é que estas lições e práticas podem ser **aplicadas em futuros programas e intervenções** dentro e fora de Angola?
21. A **eficácia** da assistência técnica prestada pelo PAM ao governo no âmbito desta actividade foi medida e avaliada? Em caso afirmativo, como?

Perguntas finais

22. Foram tidas em conta considerações **de sustentabilidade** na abordagem da assistência técnica, tais como a criação de capacidades locais ou o reforço dos sistemas para esforços contínuos de apoio aos programas de alimentação escolar e a criação/reforço do Comité Interministerial?
23. Existiram desafios ou oportunidades de melhoria neste domínio?
24. Como é que a questão **do género** foi considerada e abordada na abordagem e nas actividades da assistência técnica, em especial no que se refere ao tratamento da desnutrição aguda moderada das mulheres e das raparigas, e qual foi o impacto que teve nos resultados da assistência técnica?
25. Tem algum **comentário adicional** sobre os temas desta entrevista?

Área temática 1 - Assistência técnica ao governo

1.c Fortalecimento das capacitações do Ministério da Agricultura e das Pescas, que envolveu a prestação de formação em exercício sobre avaliação e análise da segurança alimentar e assistência técnica ao desenvolvimento da segunda estratégia nacional de segurança alimentar e do diálogo sobre o sistema alimentar.

Perguntas introdutórias

1. Pode dizer-me, por favor, como é que **o senhor / a organização que representa participaram** no fortalecimento de capacitações proporcionado pelo PAM ao Ministério da Agricultura e Pescas, que envolveu a prestação de formação em exercício sobre avaliação e análise da segurança alimentar e assistência técnica no desenvolvimento da segunda estratégia nacional de segurança alimentar e do diálogo sobre o sistema alimentar?
2. De que **parcerias ou colaborações** tem conhecimento, ou em que participou?
3. Pode **descrever as actividades de fortalecimento de capacitações** do PAM no Ministério da Agricultura e Pescas?
4. Como é que estas actividades foram **priorizadas e implementadas** no contexto das políticas e estratégias nacionais e locais?
5. Quais foram os **principais desafios ou necessidades** relacionadas com:
6. avaliação da segurança alimentar e dos sistemas alimentares e o diálogo nacional em torno deles,
7. necessidades de formação do pessoal e outros desafios encontrados pelo Ministério da Agricultura e Pescas?
8. Quais foram **os objectivos** específicos e **os resultados** da **aprendizagem** do fortalecimento de capacitações proporcionado pelo PAM ao Ministério da Agricultura e Pescas?
9. Os objectivos e os resultados de aprendizagem das actividades de fortalecimento de capacitações estavam **alinhados com os governos e as prioridades gerais do Ministério?** Em caso afirmativo ou negativo, como e porquê?

Modelo de avaliação Kirkpatrick

Nível 1: Reação

10. Qual foi a **feedback geral** dos intervenientes do Ministério sobre as actividades de fortalecimento de capacitações proporcionadas pelo PAM ao Ministério da Agricultura e Pescas de Angola?
11. Que tal o **feedback** de outros actores envolvidos?
12. Como avalia o apoio prestado nestes domínios?

Nível 2: Aprendizagem

13. Que **novos conhecimentos, aptidões ou atitudes** adquiriu, bem como outras partes interessadas, com as actividades de fortalecimento de capacitações proporcionadas pelo PAM para reforçar as capacidades do Ministério da Agricultura e Pescas?
14. Algum destes conhecimentos foi **aplicado** no trabalho de [a organização que representa] ou no seu trabalho?

Nível 3: Comportamento

15. Como é que as actividades de fortalecimento de capacitações proporcionadas pelo PAM influenciaram o **comportamento organizacional** do Ministério da Agricultura e Pescas/ [a organização que representa] e de outros intervenientes envolvidos na avaliação e análise da

segurança alimentar em Angola? Conduziram a alguma **mudança nas acções organizacionais ou nos processos de tomada de decisão?**

Nível 4: Resultados

16. Qual foi o **impacto** das actividades de fortalecimento de capacitações prestadas pelo PAM ao Ministério da Agricultura e Pescas em termos de formação em exercício sobre a avaliação e análise da segurança alimentar e de assistência técnica ao desenvolvimento da segunda estratégia nacional de segurança alimentar e do diálogo sobre o sistema alimentar?
17. Foram observadas **melhorias ou alterações mensuráveis** nas políticas e práticas pré-existentes no que respeita ao desempenho das funções, à avaliação e análise da segurança alimentar e ao desenvolvimento da segunda estratégia nacional de segurança alimentar e do diálogo sobre o sistema alimentar, em resultado da assistência ao fortalecimento de capacitações prestada pelo PAM?
18. Foram feitas **adaptações ou ajustamentos** à abordagem ou às actividades de assistência técnica com base em comentários anteriores ou na alteração das circunstâncias?
19. Quais foram as **principais lições aprendidas e as melhores práticas** das actividades de fortalecimento de capacitações proporcionadas pelo PAM ao Ministério da Agricultura e Pescas?
20. Na sua opinião, como é que estas lições e práticas podem ser **aplicadas em futuros programas e intervenções** dentro e fora de Angola?
21. A **eficácia** da assistência técnica prestada pelo PAM ao governo no âmbito desta atividade foi medida e avaliada? Em caso afirmativo, como?

Perguntas finais

22. Foram tidas em conta considerações **de sustentabilidade** na abordagem do PAM em matéria de fortalecimento de capacitações e de reforço dos sistemas de formação no local de trabalho em matéria de avaliação e análise da segurança alimentar, de desenvolvimento das estratégias e dos sistemas alimentares nacionais e de diálogo com as partes interessadas?
23. Existiram desafios ou oportunidades de melhoria neste domínio?
24. Como é que **a questão do género** foi considerada e tratada na abordagem e nas actividades de fortalecimento de capacitações do PAM, nomeadamente no que se refere à formação em exercício sobre a avaliação e a análise da segurança alimentar das mulheres, ao desenvolvimento das estratégias e dos sistemas alimentares nacionais e ao diálogo com as partes interessadas sobre as necessidades das mulheres e das raparigas? Que impacto teve este facto nos resultados da assistência técnica?
25. Tem algum **comentário adicional** sobre os temas desta entrevista?

Área temática 1 - Assistência técnica ao governo

1.d Assistência técnica prestada ao governo no desenvolvimento de uma política de alimentação escolar e de saúde, bem como assistência técnica no desenvolvimento de diretrizes para a alimentação escolar de origem local.

Perguntas introdutórias

1. Pode dizer-me de que forma **o senhor / a organização que representa participaram** na assistência técnica prestada pelo PAM ao Governo de Angola para a elaboração de uma política de alimentação escolar e de saúde, bem como na assistência técnica do PAM para a elaboração de diretrizes para a alimentação escolar cultivada no país?
2. De que **parcerias ou colaborações** tem conhecimento, ou em que participou?
3. Pode **descrever as actividades** relacionadas com a assistência técnica prestada pelo PAM ao Governo de Angola no domínio do desenvolvimento?
4. Uma política de alimentação escolar e de saúde?
5. Orientações para a alimentação escolar de origem local?
6. Como é que estas actividades foram **priorizadas e implementadas** no contexto das políticas e estratégias nacionais e locais?
7. Quais foram os **principais desafios ou necessidades** relacionadas com o desenvolvimento de uma política de alimentação escolar e de saúde, e com a criação de diretrizes para a alimentação escolar doméstica em Angola?
8. Quais foram os **objectivos e os resultados em termos de fortalecimento de capacitações** da assistência técnica prestada pelo PAM ao Governo de Angola para a elaboração de uma política de alimentação escolar e de saúde e de um conjunto de orientações sobre alimentação escolar cultivada em casa?
9. Considera que os objectivos e os resultados de aprendizagem das actividades de reforço das capacidades **estão em conformidade com os governos e as suas prioridades gerais**? Se sim/não, como/porquê?

Modelo de avaliação Kirkpatrick

Nível 1: Reacção

1. Qual foi o **feedback geral** recebido pelo governo sobre as actividades de reforço das capacidades realizadas pelo PAM?
2. Que tal o **feedback** de outros actores envolvidos?
3. Como avaliaria pessoalmente a assistência prestada nestes domínios?

Nível 2: Aprendizagem

4. Que **novos conhecimentos, aptidões ou atitudes** adquiriram, juntamente com outros intervenientes, com o apoio técnico prestado pelo PAM no que respeita ao desenvolvimento de uma política de alimentação escolar e de saúde e de um conjunto de diretrizes nacionais em matéria de alimentação escolar?
5. Este conhecimento foi **aplicado** nas práticas governamentais e no seu trabalho / [da organização que representa]?

Nível 3: Comportamento

6. Como é que as actividades de fortalecimento de capacitações proporcionadas pelo PAM influenciaram o **comportamento organizacional** das autoridades governamentais / [a

organização que representa] e de outras partes interessadas envolvidas nas políticas de alimentação escolar e de saúde em Angola? Conduziram a alguma **mudança nas acções organizacionais ou nos processos de tomada de decisões**?

Nível 4: Resultados

7. Qual foi o **impacto** das actividades de fortalecimento de capacitações proporcionadas pelo PAM em termos de melhoria dos programas de alimentação escolar e das políticas de saúde a nível nacional e local?
8. Foram observadas **melhorias ou alterações mensuráveis** na eficácia ou eficiência das políticas e práticas pré-existentes?
9. Foram feitas **adaptações ou ajustamentos** à abordagem ou às actividades de assistência técnica com base em comentários anteriores ou na alteração das circunstâncias?
10. Quais foram **os principais ensinamentos retirados** do fornecimento de programas de alimentação escolar pelo PAM e das políticas de saúde conexas, bem como das directrizes internas em matéria de alimentação escolar em Angola?
11. Na sua opinião, como é que estas lições e práticas podem ser **aplicadas em futuros programas e intervenções** dentro e fora de Angola?
12. A **eficácia** da assistência técnica prestada pelo PAM ao governo no âmbito desta actividade foi medida e avaliada? Em caso afirmativo, como?

Perguntas finais

13. Que medidas foram adoptadas para garantir **a sustentabilidade** da assistência técnica prestada pelo PAM, tais como a criação de capacidades locais ou o reforço dos sistemas de apoio contínuo aos programas de alimentação escolar e às políticas de saúde conexas, bem como às directrizes internas em matéria de alimentação escolar em Angola, e como foram aplicadas?
14. Existiram **desafios ou oportunidades** de melhoria neste domínio?
15. Como é que **a questão do género** foi considerada e abordada na abordagem e nas actividades de assistência técnica, em especial no que se refere à consideração das necessidades das raparigas em relação aos programas de alimentação escolar e às políticas de saúde conexas, bem como às directrizes nacionais em matéria de alimentação escolar, e qual foi o impacto que isto teve nos resultados da assistência técnica?
16. Tem algum **comentário adicional** sobre os temas desta entrevista?

Área temática 1 - Assistência técnica ao governo

1.e Fortalecimento de capacitações da protecção civil, que envolve a prestação de formação sobre a cadeia de abastecimento, a gestão das operações e a logística relacionadas com a resposta de emergência à seca.

Perguntas introdutórias

1. Pode dizer-me de que forma **o senhor / a organização que representa estiveram envolvidos** na assistência técnica prestada pelo PAM ao Governo de Angola no que respeita ao fortalecimento de capacitações de protecção civil, que envolve a prestação de formação sobre a cadeia de abastecimento, a gestão de operações e a logística relacionadas com a resposta de emergência à seca?
2. De que **parcerias ou colaborações** tem conhecimento, ou em que participou?
3. Pode descrever as actividades relacionadas com o fortalecimento de capacitações do PAM no domínio da protecção civil, em especial no que se refere à prestação de formação sobre a cadeia de abastecimento, a gestão das operações e a logística relacionadas com a resposta de emergência à seca?
4. Como é que estas actividades foram **priorizadas e implementadas** no contexto das políticas e estratégias nacionais e locais?
5. Na sua opinião, quais foram os **principais desafios ou necessidades** relacionadas com o desenvolvimento de uma política de alimentação escolar e de saúde, e de directrizes para a alimentação escolar doméstica em Angola?
6. Quais foram os **objectivos** específicos e **os resultados em termos de fortalecimento de capacitações** da assistência técnica prestada pelo PAM ao Governo de Angola sobre a capacidade da protecção civil no que respeita à resposta à seca?
7. Os objectivos e os resultados em termos de fortalecimento de capacitações das actividades de assistência técnica **estão em conformidade com as prioridades gerais do governo** em matéria de protecção civil e de resposta de emergência à seca? Em caso afirmativo ou negativo, como e porquê?

Modelo de avaliação Kirkpatrick

Nível 1: Reação

8. Qual foi a **feedback geral** dos intervenientes governamentais às actividades de assistência técnica prestadas pelo PAM?
9. Que tal o *feedback* de outros actores envolvidos?
10. Como avaliaria o fortalecimento de capacitação proporcionado nestes domínios?

Nível 2: Aprendizagem

11. Que **novos conhecimentos, aptidões ou atitudes** adquiriram, bem como outras partes interessadas, com o apoio técnico prestado pelo PAM no que respeita ao reforço das capacidades da protecção civil relacionadas com a resposta de emergência à seca?
12. Este conhecimento foi **aplicado** nas práticas governamentais e no seu trabalho / [da organização que representa]?

Nível 3: Comportamento

13. Como é que as actividades de fortalecimento das capacitações proporcionadas pelo PAM influenciaram o **comportamento organizacional** das autoridades governamentais / [a

organização que representa] e de outras partes interessadas envolvidas na protecção civil relacionadas com a resposta de emergência à seca em Angola? As actividades conduziram a alguma **mudança nas acções organizacionais ou nos processos de tomada de decisões**?

Nível 4: Resultados

14. Qual foi o **impacto** da assistência técnica prestada pelo PAM em termos de melhoria da capacidade da protecção civil para dar resposta de emergência à seca a nível nacional e local?
15. Foram observadas **melhorias ou alterações mensuráveis** na eficácia ou eficiência das políticas e práticas existentes?
16. Foram feitas **adaptações ou ajustamentos** à abordagem ou às actividades de assistência técnica com base em comentários anteriores ou na alteração das circunstâncias?
17. Quais foram as **principais lições aprendidas e as melhores práticas** do fortalecimento das capacitações do PAM em matéria de protecção civil relacionadas com a resposta de emergência à seca em Angola?
18. Na sua opinião, como é que estas lições podem ser **aplicadas em futuros programas e intervenções** dentro e fora de Angola?
19. A **eficácia** da assistência técnica prestada pelo PAM ao governo no âmbito desta actividade foi medida e avaliada? Em caso afirmativo, como?

Perguntas finais

20. Que medidas foram adoptadas para garantir **a sustentabilidade** da assistência técnica prestada pelo PAM, tais como a criação de capacidades locais ou o reforço dos sistemas de apoio contínuo ao fortalecimento das capacitações da protecção civil relacionadas com a resposta de emergência à seca em Angola, e como foram aplicadas?
21. Existiram **desafios ou oportunidades** de melhoria neste domínio?
22. Como é que **a questão do género** foi considerada e abordada na abordagem e nas actividades de assistência técnica, nomeadamente no que se refere à consideração das necessidades das mulheres e das raparigas no âmbito da resposta de emergência à seca em Angola, e qual foi o impacto desta abordagem nos resultados da assistência técnica?
23. Tem algum **comentário adicional** sobre os temas desta entrevista?

Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a) Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar

1.d Gestão Comunitária da Malnutrição Aguda (CMAM) Luanda. Assistência técnica ao governo no tratamento da desnutrição aguda em resposta à COVID-19, em colaboração com o Banco Mundial, World Vision, Gabinete Provincial e Municipal de Saúde implementado em Cacucaco, Viana, Talatona, Kilamba Kiaxi e Cazenga.

Perguntas introdutórias

1. Pode dizer-me como é que **você / a organização que representa estiveram envolvidos** na assistência técnica prestada pelo PAM sobre o tratamento do CMAM em resposta à COVID-19 na cidade de Luanda?
2. Qual foi **o papel** da Visão Mundial e dos gabinetes de saúde provinciais e municipais na implementação desta actividade?
3. De que **outras parcerias ou colaborações** tem conhecimento, ou em que participou?
4. Pode descrever as actividades relacionadas com a assistência técnica prestada pelo PAM relativamente ao tratamento do CMAM na cidade de Luanda?
5. Como é que estas actividades foram **priorizadas e implementadas** no contexto das políticas e estratégias nacionais e locais?
6. Quais foram os **principais desafios ou necessidades** relacionadas com o tratamento da CMAM na cidade de Luanda que a assistência técnica pretendia abordar?
7. Quais foram **os objectivos específicos e os resultados de aprendizagem** da assistência técnica prestada pelo PAM sobre o tratamento do CMAM em resposta à COVID-19 na cidade de Luanda?
8. Os objectivos e os resultados de aprendizagem da assistência técnica alinharam-se com as prioridades do governo no que diz respeito ao tratamento da CMAM na cidade de Luanda?

Modelo de avaliação Kirkpatrick

Nível 1: Reacção

9. Qual foi o **feedback geral** do Governo de Angola sobre a assistência técnica prestada pelo PAM no tratamento do CMAM em resposta à COVID-19 na cidade de Luanda?
10. Que tal o **feedback** de outros actores envolvidos?
11. Como avaliaria pessoalmente o apoio prestado neste domínio?

Nível 2: Aprendizagem

12. Que **novos conhecimentos, aptidões ou atitudes** adquiriu, bem como outras partes interessadas, com a assistência técnica prestada pelo PAM sobre o tratamento do CMAM em Luanda?
13. Algum destes conhecimentos foi aplicado no trabalho de [a organização que representa] ou no seu próprio trabalho?

Nível 3: Comportamento

14. Como é que a assistência técnica prestada pelo PAM influenciou o **comportamento organizacional** de [a organização que representa] e de outros intervenientes envolvidos no tratamento da CMAM em Angola? Levou a alguma **mudança nas acções organizacionais ou nos processos de tomada de decisão**?

Nível 4: Resultados

15. Qual foi o **impacto** da assistência técnica prestada pelo PAM no tratamento do CMAM na cidade de Luanda?
16. Foram observadas **melhorias ou mudanças mensuráveis** no tratamento da CMAM na cidade de Luanda como resultado da assistência técnica prestada pelo PAM?
17. Foram feitas **adaptações ou ajustamentos** à abordagem ou às actividades de assistência técnica com base em comentários anteriores ou na alteração das circunstâncias?
18. Quais foram **as principais lições aprendidas e as melhores práticas** da assistência técnica sobre o tratamento da CMAM em resposta à COVID-19 na cidade de Luanda?
19. Na sua opinião, como é que estas lições podem ser **aplicadas em futuros programas e intervenções** dentro e fora de Angola?
20. A **eficácia** da assistência técnica prestada pelo PAM ao governo no âmbito desta actividade foi medida e avaliada? Em caso afirmativo, como?

Perguntas finais

21. Houve alguma consideração de **sustentabilidade** na abordagem de assistência técnica, como o desenvolvimento de capacidades locais ou o reforço dos sistemas de tratamento da CMAM para além da resposta à COVID-19 e do calendário do projecto?
22. Existiram desafios ou oportunidades para novas melhorias?
23. Como é que a questão **do género** foi considerada e abordada na abordagem e nas actividades da assistência técnica, em especial no que se refere ao tratamento da desnutrição aguda das mulheres e das raparigas no âmbito do programa CMAM, e qual foi o impacto que isso teve nos resultados da assistência técnica?
24. Tem algum **comentário adicional** sobre os temas desta entrevista?

Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a) Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar

2.a. Gestão Comunitária da Desnutrição Aguda (CMAM) Luanda, em colaboração com o Banco Mundial, a Visão Mundial e o Gabinete Provincial e Municipal de Saúde, de 2020 a 2021.

1. Qual era o **grau de desnutrição aguda** na Lunda Norte/Dundo antes da implementação da CMAM, e como é que se relacionava com a situação de seca? Como é que se compara com outras regiões de Angola?
2. Que **actividades** implicaram a assistência relacionada com a CMAM e como foram adaptadas ao contexto local da desnutrição no Dundo?
3. Como é que o PAM atribuiu responsabilidades e coordenou os seus esforços com as **organizações parceiras** para garantir que o programa era executado de forma eficiente e eficaz e satisfazia as necessidades das populações afectadas no Dundo?
4. Tem conhecimento de eventuais **parcerias ou colaborações** do PAM com outras organizações e organismos governamentais para a execução desta ajuda?
5. Quais foram os **resultados mensuráveis e o impacto** do programa DGF em Lunda Norte/Dundo? Como é que este impacto foi **medido**?
6. Quais foram alguns dos **sucessos ou resultados positivos** observados durante a implementação do programa CMAM em Lunda Norte/Dundo?
7. Quais foram alguns dos **principais desafios** que surgiram durante a implementação do programa CMAM em Lunda Norte/Dundo, e como é que o PAM e os seus parceiros abordaram esses desafios?
8. Como é que as considerações **de género** foram tidas em conta no programa CMAM, em especial no que se refere à identificação e ao tratamento da desnutrição aguda das raparigas e mulheres refugiadas?
9. Quais foram as considerações **de sustentabilidade** no programa CMAM e como foi o programa concebido para assegurar o impacto a longo prazo e a continuação para além do calendário do projecto?
10. Quais foram **as principais lições aprendidas e as melhores práticas** da implementação do programa CMAM na Lunda Norte/Dundo, e como podem estas lições ser aplicadas em futuros programas e intervenções em Angola e não só?

Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar

2.b. Gestão Comunitária da Desnutrição Aguda (CMAM) na Huíla: tratamento da MAM e CMSC em resposta à seca em sete municípios: Caconda, Caluquembe, Quilengues, Gambos, Quipungo, Jamba e Cuvango de 2021 a 2022

1. Qual era a **dimensão da desnutrição aguda** na Huíla antes da implementação da CMAM e da CMSC, e qual era a sua relação com a situação de seca? Como é que se compara com outras regiões de Angola?
2. Que **actividades** implicaram a assistência ao governo no âmbito da CMAM e da CMSC e como foram adaptadas ao contexto local da desnutrição na Huíla?
3. Tem conhecimento de quaisquer **parcerias ou colaborações** do PAM com outras organizações e agências governamentais na execução desta actividade?
4. Como é que **o envolvimento e a participação da comunidade** foram assegurados nos programas CMAM e CMSC, e que estratégias (caso existam) foram utilizadas para promover a apropriação e a sustentabilidade pela comunidade?
5. Qual foi a **formação e o fortalecimento de capacitações proporcionados aos intervenientes locais** envolvidos nos programas CMAM e CMSC e qual foi a sua eficácia na melhoria da qualidade dos cuidados prestados às pessoas afectadas pela malnutrição aguda?
6. Quais foram **os resultados mensuráveis e o impacto** dos programas CMAM e CMSC na Huíla em termos de redução das taxas de desnutrição aguda e de melhoria do estado nutricional da população afectada?
7. Existiram diferenças assinaláveis na implementação ou nos resultados dos programas CMAM e CMSC nos diferentes municípios? Em caso afirmativo, quais e porquê?
8. Quais foram alguns dos **sucessos ou resultados positivos** observados durante a implementação dos programas CMAM e CMSC na Huíla?
9. Quais foram alguns dos **principais desafios** que surgiram durante a implementação dos programas CMAM e CMSC na Huíla, e como é que o PAM e os seus parceiros abordaram esses desafios?
10. Como é que as considerações **de género** foram tidas em conta nos programas CMAM e CMSC, particularmente em relação à identificação e tratamento da malnutrição aguda entre as raparigas e as mulheres?
11. Quais foram as considerações **de sustentabilidade** nos programas CMAM e CMSC e como foi o programa concebido para garantir o impacto a longo prazo e a continuação para além do calendário do projecto?
12. Quais foram **as principais lições aprendidas e as melhores práticas** da implementação dos programas CMAM e CMSC na Huíla, e como é que estas lições podem ser aplicadas em futuros programas e intervenções em Angola e não só?

Área temática 2 - Resposta de emergência nas regiões afectadas pela seca a: Nutrição (CMAM) e b) Assistência alimentar

2.c. Tratamento da Malnutrição Aguda com base na comunidade no Cunene: Tratamento da DAM e CMSC com apoio do fundo IR-R, em resposta à seca em todos os municípios da Província do Cunene de 2021 a 2022

1. Qual era a **dimensão da desnutrição aguda** no Cunene antes da implementação da CMAM e da CMSC, e qual era a sua relação com a situação de seca? Como é que se compara com outras regiões de Angola?
2. Que **actividades** implicaram a assistência ao governo relacionada com a CMAM e a CMSC e como foram adaptadas ao contexto local da desnutrição no Cunene?
3. Tem conhecimento de quaisquer **parcerias ou colaborações** do PAM com outras organizações e agências governamentais na execução desta actividade? Em caso afirmativo, como é que os parceiros atribuíram responsabilidades e coordenaram os seus esforços para garantir que o programa era executado de forma eficiente e eficaz e satisfazia as necessidades dos beneficiários no Cunene?
4. Como é que **o envolvimento e a participação da comunidade** foram assegurados nos programas CMAM e CMSC, e que estratégias (caso existam) foram utilizadas para promover a apropriação e a sustentabilidade pela comunidade?
5. Qual foi a **formação e o fortalecimento de capacitações proporcionados aos intervenientes locais** envolvidos nos programas CMAM e CMSC e qual foi a sua eficácia na melhoria da qualidade dos cuidados prestados às pessoas afectadas pela malnutrição aguda?
6. Quais foram **os resultados mensuráveis e o impacto** dos programas CMAM e CMSC no Cunene em termos de redução das taxas de desnutrição aguda e de melhoria do estado nutricional da população afectada?
7. Existiram diferenças assinaláveis na implementação ou nos resultados dos programas CMAM e CMSC nos diferentes municípios? Em caso afirmativo, quais e porquê?
8. Quais foram alguns dos **sucessos ou resultados positivos** observados durante a implementação dos programas CMAM e CMSC no Cunene?
9. Quais foram alguns dos **principais desafios** que surgiram durante a implementação dos programas CMAM e CMSC no Cunene, e como é que o PAM e os seus parceiros abordaram esses desafios?
10. Como é que as considerações **de género** foram tidas em conta nos programas CMAM e CMSC, particularmente em relação à identificação e ao tratamento da malnutrição aguda entre as raparigas e as mulheres?
11. Quais foram as considerações **de sustentabilidade** nos programas CMAM e CMSC e como é que o programa foi concebido para garantir um impacto a longo prazo e a sua continuação para além do calendário do projecto?
12. Quais foram **as principais lições aprendidas e as melhores práticas** da implementação dos programas CMAM e CMSC no Cunene, e como é que estas lições podem ser aplicadas em futuros programas e intervenções em Angola e não só?

Área temática 3 - Apoio designado aos refugiados

Distribuição Geral de Alimentos (DGF) na cidade do Dundo, província da Lunda Norte, em colaboração com a Visão Mundial, o ACNUR e o Departamento Provincial de Ação Social, de 2017 a Junho de 2022.

1. Qual era a **situação de** segurança alimentar dos refugiados **antes da implementação do** DGF na Lunda Norte/Dundo, e como se relacionava com a situação de seca? Como é que se compara com outras regiões de Angola?
2. Que **actividades** implicaram a assistência do DGF aos refugiados e como foram adaptadas ao contexto local de desnutrição em Lunda Norte/Dundo?
3. Como é que as actividades **se alinharam com os** resultados estratégicos 1 e 2 **do Plano Estratégico Nacional Intercalar do PAM para Angola** (PEIP)?
4. Como é que as organizações **parceiras** (Visão Mundial, ACNUR e o Departamento Provincial de Acção Social) atribuíram responsabilidades e coordenaram os seus esforços para garantir que o programa fosse implementado de forma eficiente e eficaz e satisfizesse as necessidades dos refugiados em Lunda Norte/Dundo?
5. Tem conhecimento de quaisquer **parcerias ou colaborações** do PAM com outras organizações e organismos governamentais para a execução desta ajuda?
6. Quais foram os **resultados mensuráveis** e o impacto do programa DGF em Lunda Norte/Dundo? Como é que este impacto foi medido?
7. Quais foram alguns dos **sucessos ou resultados positivos** observados durante a implementação do programa DGF em Lunda Norte/Dundo?
8. Quais foram alguns dos **principais desafios** que surgiram durante a implementação do programa DGF em Lunda Norte/Dundo, e como é que o PAM e os seus parceiros responderam a esses desafios?
9. Como é que as considerações **de género** foram tidas em conta no programa DGF, em especial no que se refere à identificação e ao tratamento da desnutrição aguda das raparigas e mulheres refugiadas?
10. Quais foram as considerações **de sustentabilidade** no programa DGF e como foi o programa concebido para assegurar o impacto a longo prazo e a continuação para além do calendário do projecto?
11. Quais foram **as principais lições aprendidas e as melhores práticas** da implementação do programa DGF na Lunda Norte/Dundo, e como podem estas lições ser aplicadas em futuros programas e intervenções em Angola e não só?
12. Como é que os ensinamentos retirados destas actividades vão contribuir para os processos de conceção do Plano Estratégico do País (PEP) de segunda geração do PAM?

Mapeamento das partes interessadas

Introdução:

O mapeamento das partes interessadas ajudará a ET a identificar e analisar as partes interessadas envolvidas na Assistência Técnica e no Apoio aos Refugiados do PAM em Angola de 2017 a 2022, incluindo a definição de objectivos no contexto do actual Plano Estratégico Interino do País (PEIP) para o período 2020-2022.

O processo de mapeamento envolverá as seguintes etapas:

Identificação das partes interessadas internas e externas: A ET começará por identificar os indivíduos, grupos e organizações envolvidos ou afectados pelo projecto/programa, com base nos Termos de Referência, na documentação relevante do projecto e em discussões com os homólogos do PAM, que também serão convidados a preencher o seguinte formulário.

Determinação do nível de envolvimento e interesse: Uma vez identificadas as partes interessadas, será avaliado o seu nível de interesse e influência no projecto/programa e será determinada a sua pegada no projecto. As partes interessadas de alta prioridade serão convidadas a participar em entrevistas com informadores-chave ou a preencher uma versão adaptada do seguinte formulário.

Entrevistas com os principais interessados: Uma vez determinada a pegada do projecto das partes interessadas, as de maior prioridade serão convidadas a participar em entrevistas com informadores-chave e/ou a preencher o seguinte formulário, para ajudar a equipa técnica a compreender melhor as suas perspectivas, contribuições e preocupações em relação ao programa avaliado.

Uma pessoa de cada organização de partes interessadas preencherá este formulário de mapeamento de partes interessadas para registar os objectivos actuais da organização, os actores mais importantes para as suas actividades e o estado da sua interação com os indivíduos mais importantes para atingir os seus objectivos. Por favor, dê respostas pormenorizadas a cada pergunta.

Data	
Organização	
Localização	
População-alvo/constituente	
Área de incidência	
Nome do inquirido	
Posição do inquirido	

Perguntas para o PAM

1. Quem são as principais partes interessadas envolvidas na execução do actual Plano Estratégico Interino do País (PEIP)?
2. Que funções e responsabilidades têm estas partes interessadas no processo de implementação do PEIP?
3. Até que ponto as partes interessadas estão envolvidas no processo de implementação do PEIP?
4. Quais são as expectativas e as percepções das partes interessadas em relação às actividades e intervenções do PAM?
5. Como é que o PAM interage e colabora com as partes interessadas durante o processo de execução do PEIP?
6. Quais são os pontos fortes e fracos das partes interessadas que podem afectar o processo de implementação do PEIP?
7. Quais são os principais desafios e oportunidades no envolvimento com as partes interessadas durante o processo de implementação do PEIP?
8. Como é que o PAM poderia melhorar o seu envolvimento com as partes interessadas para alcançar os resultados desejados do PEIP?
9. Existem lacunas ou sobreposições na participação das partes interessadas que devam ser abordadas?
10. Como é que as prioridades das partes interessadas se coadunam com os objectivos do PAM?

Perguntas para as partes interessadas:

1. Quem são as principais partes interessadas envolvidas no programa e como contribuem para a sua execução?
2. Quais são as suas funções e responsabilidades enquanto parte interessada no processo de implementação do programa?
3. Em que medida se sente envolvido no processo de implementação do programa?
4. Quais são as suas expectativas e percepções das actividades e intervenções do programa?
5. Como é que o PAM interage e colabora convosco durante o processo de execução do programa?
6. Quais são, na sua opinião, os seus pontos fortes e fracos que podem afectar o processo de execução do programa?
7. Quais são os principais desafios e oportunidades no envolvimento com o programa e as suas partes interessadas?
8. Em sua opinião, como é que o PAM poderia melhorar a sua colaboração consigo e com outras partes interessadas para alcançar os resultados pretendidos do programa?
9. Existem lacunas ou sobreposições na participação das partes interessadas que devam ser resolvidas?
10. Como é que as suas prioridades se articulam com os objectivos do programa do PAM?

Anexo 5. Agenda do trabalho de campo

Legenda das cores:

Trabalho de campo na capital, Luanda
Trabalho de campo na Província da Lunda Norte
Trabalho de campo na província da Huíla
Trabalho de campo na Província do Cunene
Fins-de-semana

Calendário das visitas ao terreno (chefe de equipa/consultor nacional/avaliador júnior + assistente de terreno)

Data		Actividade de campo	
Dia 1	Segunda-feira	Manhã	<ul style="list-style-type: none"> Briefing de Segurança (UNDSS)
		Manhã	<ul style="list-style-type: none"> Escritório do PAM em Angola: Sessão breve com CD
		Tarde	<ul style="list-style-type: none"> Escritório do PAM em Angola: Sessão de grupo com gestores de avaliação do CO (Co-Ems)
Dia 2	Terça-feira	Manhã	<ul style="list-style-type: none"> Formação dos enumeradores e preparação da recolha de dados - Teste e revisão dos instrumentos
		Tarde	
Dia 3 - 5	De quarta a sexta-feira	Manhã &	<ul style="list-style-type: none"> Entrevista com CO - Chefe dos gestores de actividades e avaliação (Co-Ems)
		Tardes	<ul style="list-style-type: none"> Entrevista com os principais intervenientes governamentais
			<ul style="list-style-type: none"> Entrevista com agências da ONU e World Vision
Dia - 6	Sábado		
Dia - 7	Domingo	Viajar para Lunda Norte	
Dia 8	Segunda-feira	Manhã	<ul style="list-style-type: none"> Reunião com o chefe do gabinete no terreno (PAM)
			<ul style="list-style-type: none"> Reunião com o chefe provincial da saúde/agricultura/protecção civil/administrador local
		Tarde	<ul style="list-style-type: none"> Discussões em grupo - com beneficiários refugiados

			<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas com informadores-chave - com dirigentes de campos de refugiados visados, parceiros (World Vision International, Governo), PAM, peritos externos e académicos.
Dia 9	Terça-feira	Manhã	<ul style="list-style-type: none"> Discussões em grupo - com beneficiários refugiados
		Tarde	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas com informadores-chave - com dirigentes de campos de refugiados visados, parceiros (World Vision International, Governo), PAM, peritos externos e académicos
Dia - 10	Quarta-feira	Manhã	<ul style="list-style-type: none"> Reunião com o chefe provincial da saúde/agricultura/protecção civil/administrador local
		Tarde	Viajar para a Huíla
Dia - 11	Quinta-feira	Manhã	<ul style="list-style-type: none"> Sessões de trabalho/com o pessoal do gabinete de campo do PAM (Huíla) Reunião com o chefe provincial da saúde/agricultura/protecção civil/administrador local
		Tarde	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas com informadores-chave - com líderes de campos de refugiados visados, parceiros (World Vision International, Governo), peritos externos e académicos
Dia - 12	Sexta-feira	Manhã	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas com informadores-chave - com líderes de campos de refugiados visados, parceiros (World Vision International, Governo), peritos externos e académicos
		Tarde	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas com informadores-chave - com líderes de campos de refugiados visados, parceiros (World Vision International, Governo), peritos externos e académicos
Dia - 13	Sábado	Manhã	<ul style="list-style-type: none"> <i>Feedback</i> da recolha de dados da equipa
Dia - 14	Domingo		
Dia - 15	Segunda-feira	Manhã	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas com informadores-chave - com líderes de campos de refugiados visados, parceiros (World Vision International, Governo), peritos externos e académicos
		Tarde	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas com informadores-chave - com líderes de campos de refugiados visados, parceiros (World Vision International, Governo), peritos externos e académicos
			Viajar para o Cunene

Dia 16	Terça-feira	Manhã	• Sessões de trabalho/Com o pessoal do Gabinete de Campo do PAM (Cunene)
			• Reunião com o chefe provincial da saúde/agricultura/protecção civil/administrador local
			• Entrevistas com informadores-chave - com líderes de campos de refugiados visados, parceiros (World Vision International, Governo), peritos externos e académicos
Dia - 17	Terça-feira	Manhã	• Entrevistas com informadores-chave - com líderes de campos de refugiados visados, parceiros (World Vision International, Governo), peritos externos e académicos
		Tarde	
Dia - 18	Quarta-feira	Manhã	• Reunião com o chefe provincial da saúde/agricultura/protecção civil/administrador local
		Tarde	• Entrevistas com informadores-chave - com líderes de campos de refugiados visados, parceiros (World Vision International, Governo), peritos externos e académicos
Dia -19	Quinta-feira	Tarde	Viagem para Luanda (Capital)
Dia - 20	Sexta-feira	Manhã	• Discussão em equipa e análise das conclusões preliminares
		Tarde	
Dia - 21	Sábado	Manhã	1) Líder da equipa Resumo das conclusões preliminares
		Tarde	
Dia - 22	Domingo	Manhã	• Líder da equipa Resumo das conclusões preliminares
		Tarde	
Dia - 23	Segunda-feira	Manhã	• Apresentar as conclusões preliminares aos responsáveis pela avaliação do CO (Co-Ems)
		Tarde	Relatório de fim de trabalho de campo

Anexo 6. Visão geral dos informadores-chave

110. Foram realizadas entrevistas KII com representantes das seguintes organizações:

CÓDIGO	Entidade
KII01MAL	WVI - Cunene
KII02FEM	Departamento Municipal de Saúde Cuanhama
KII03MAL	Gabinete Provincial de Saúde Cuanhama
KII 04FEM	Departamento Municipal de Saúde Ombadja
KII05FEM	Serviço Municipal de Saúde Quilengues
KII06FEM	Gabinete Provincial de Saúde
KII07MAL	PAM - Lunda Norte
KII08FEM	PAM RB
KII09MAL	Protecção Civil e Bombeiros
KII10FEM	ACNUR - Lunda Norte
KII11MAL	WVI - Lunda Norte
KII12MAL	WVI - Cunene
KII13FEM	Escritório do PAM em Angola
KII14MAL	WVI - Lunda Norte
KII15MAL	Protecção Civil e Bombeiros
KII16MAL	Igreja CDC Campo de Refugiados de Lovua
KII17FEM	Escritório do PAM em Angola
KII18MAL	Escritório do PAM em Angola
KII19FEM	Gabinete de Assistência Social, Família e Igualdade de Género (GASFIG) - Nível nacional
KII20MAL	FAO Angola
KII21FEM	Gabinete Provincial de Saúde
KII22MAL	Serviço Provincial de Saúde - Huíla
KII23FEM	Escritório do PAM em Angola
KII24FEM	MINED/Direcção Nacional de Educação e Pré-escolar - Luanda
KII25MAL	MINAGRIF (Ministério da Agricultura e Pescas)
KII26FEM	Gabinete de Assistência Social, Família e Igualdade de Género (GASFIG) - Lunda Norte
KII 27MAL	WVI - Huíla

Sessões de discussão em grupo

Código	Localização	Designação
FGD01MAL Dundo	Dundo	Beneficiários refugiados do sexo masculino
FGD02FEM Dundo	Dundo	Mulheres refugiadas beneficiárias

Anexo 7. Bibliografia

Tipo de documento	Comentário/ títulos e datas dos documentos recebidos	Recebido - S/N (N/A)	Ligação à matriz de avaliação
Documentos relacionados com o projecto [se aplicável]			
Documento do plano estratégico nacional (incluindo a linha de visão) <ul style="list-style-type: none"> WFP PEIP 2020-2022 	17.06.2023	Sim	1, 3 e 7
Relatórios anuais por país <ul style="list-style-type: none"> Relatório anual sobre o país 2017 Relatório anual por país 2018 Relatório anual por país 2019 Relatório anual por país 2020 Relatório anual por país 2021 Relatório anual por país 2022 	17.06.2023	Sim	1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14
Orçamento <ul style="list-style-type: none"> Proposta FLA Orçamento e Cronograma Huíla e Cunene CMAM Proposta do Cunene Orçamento e Cronograma_WVI PAM CMAM Out 2021 FLA NO- Extensão de custos.pdf WVI FLA Orçamento_ Alimentação Escolar WVI FLA_ Alimentação escolar.22.06.2022 Cenário de Orçamentos Piloto HGsf_ última versão 	17.06.2023	Sim	6 e 9
Outros <ul style="list-style-type: none"> 2017_05_09_IRA_AOCO_IR-EMOP_201076 Memorando de Entendimento 2019 PAM - Governo de Angola (MIREX) Acordo de Base PAM0001 Angola EMOP 201083 BR1 aprovado Angola PEIP 2020-2022 [PT] Contrato World Food Programme assinado PFSS LC assinado inicializado-2 Contrato World Food Programme assinado PFSS LC assinado inicializado 	17.06.2023	Sim	6, 9

<ul style="list-style-type: none"> ER Angola EMOP assinado Assinatura do MdE Versão Portuguesa 			
Documentos estratégicos da delegação nacional (se aplicável)			
<p>Estratégias sectoriais por país (caso existam)</p> <ul style="list-style-type: none"> Plano_de_Desenvolvimento_Industrial_Angola_2025_para_consulta Regiões Agrícolas (1) Lei 10 15, 17 de junho -101758-Texto do artigo-461106-1-10-20210218 Apresentacao-Resultados-Definitivos-Censo-2014-V12_22032016_19h28_IMPRESSÃO ENSAN Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016 Projecção Nacional_2014_2050 Decreto 226,20 - MASFAMU _decreto_presidencial_hoje_76167566561092a974aca3 PND - NDP _ 2013-2017 PND - PND _ 2018-2022 Ministério da Agricultura e das Pescas. 2021. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional. Versão Preliminar Ministério da Agricultura e das Pescas. 2021. Avaliação Nutricional das Províncias do Cunene, Huíla e Namibe. Angola Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC). 2021. Relatório Técnico sobre a Seca em Angola 	17.06.2023	Sim	1, 2, 3, 4 e 14
Relatórios de avaliação [se aplicável]			
<ul style="list-style-type: none"> 2015 - Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde de Angola (IIMS) _ Apresentação_ Indicadores Básicos IPC_Report_Draft-Agost_2019_Draft29_08_2019 (final er) Avaliação WFP_CBT. Estudo de viabilidade - Parte II - Produção alimentar vs. viabilidade da procura escolar (Raul Saenz) Piloto de HGFS - Monitorização e avaliação - Raul, Caterine Estudo de Viabilidade - Vfinal_PT. Estudo de viabilidade_WFP Angola_HGFS_ENG PAM Angola Outubro de 2020 Relatório de situação do PAM em Angola n.º 02, agosto de 2020 	17.06.2023	Sim	6, 7, 8, 9 e 13

<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Situação do PAM em Angola #1, Julho de 2020 • Resposta aos Refugiados Angola PDM - Julho de 2019 • Resposta aos Refugiados Angola PDM - Novembro de 2019 • PDM_CMAM_CERF1_Cunene_Maio2022.sav • Dados_PDM_Avaliação_de_Subsistência_Refugiado_Maio2022 • Instituto Nacional de Estatística. 2015. INE. Inquéritos de Indicadores Múltiplos por Agregados (MICS), Angola. • Instituto Nacional de Estatística. 2019. INE. Inquérito de despesas (IDR), Angola. • Instituto Nacional de Estatística. 2019. INE Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP), Angola. • Instituto Nacional de Estatística. 2019. Inquérito do INE sobre Despesas, Rendimento e Emprego (IDREA), Angola. • Banco Mundial. 2018. Panorama de Angola • FAO. 2015. Escala de experiência de insegurança alimentar, 2015. • FAO/STAT. (2020). O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI) 2020 • Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (GCNF). (2023). Inquérito Global sobre Programas de Refeições Escolares: República de Angola. • IPC. 2021.in Classificação da fase de segurança alimentar integrada • IPC. 2021. Sudoeste de Angola: Snapshot de Segurança Alimentar e Nutricional do IPC. • Ceita, C & Larsen, H. F. 2020. Angola: O Primeiro País em África a Desenvolver um Índice de Pobreza Multidimensional Municipal, Multidimensional Poverty Peer Network • OMS. 2001. Iron Deficiency Anaemia Assessment, Prevention and Control (Avaliação, Prevenção e Controlo da Anemia por Carência de Ferro). A guide for programme managers. Genebra, Organização Mundial de Saúde • Programa Alimentar Mundial. 2012. Política de Protecção Humanitária do PAM. • PAM. 2017. Avaliação das actividades de Assistência Técnica e Apoio aos Refugiados do PAM em Angola de 2017 a 2022. 			
--	--	--	--

<ul style="list-style-type: none"> • PAM. 2017. Estratégia do PAM para a responsabilização perante as populações afectadas • Missões de avaliação conjunta (ACNUR/PAM) 			
Controlo e relatórios (se aplicável)			
<p>Relatórios de controlo da distribuição e pós-distribuição de alimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dados da actividade - etiquetas de actividade, códigos PEP • CMAM Huíla e Cunene - 2021-2022 (004) • FLA DATA - Cunene • FLA DATA - Huíla • Resposta aos refugiados - Dados de distribuição_2017-Atualidade (2) • TA - DE_ Dados • Data_PDM_Refugee_Apr2019 • Data_PDM_Refugee_Nov2019 • Resposta aos Refugiados Angola PDM - abril de 2019 		Sim	6, 7, 8, 9 e 13

ACNUR. 2024. Estatísticas Mensais da População de Refugiados, Colónia de Refugiados do Lovua, Angola, maio de 2024. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/angola/angola-monthly-refugee-population-statistics-lovua-refugee-settlement-may-2024-enpt>

Banco Mundial. 2018. Angola: Diagnóstico Sistemático do País: Criação de activos para os pobres.

CIMA/UNISDR .2018. Perfil de Risco de Desastres para Angola.

Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC). Relatório Técnico sobre a Seca em Angola. março de 2021

Decreto Presidencial. 35/22. Criação do Prémio Nacional para "Mulheres de Mérito" e respectivo Regulamento. 226/20. Aprovação da Estrutura Orgânica do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

FAO. 2023. Perfil nacional de género da agricultura e dos meios de subsistência rurais: Angola. [Disponível em: https://www.fao.org/3/cc7104en/cc7104en.pdf](https://www.fao.org/3/cc7104en/cc7104en.pdf)

FAO. 2020. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI) 2020.

FAOSTAT. 2020. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI) 2020.

Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (GCMF). 2023. Inquérito Global sobre Programas de Refeições Escolares: República de Angola. ©2019. Fundação Global para a Nutrição Infantil. Todos os direitos reservados. https://gcnf.org/wp-content/uploads/2023/02/Angola_r1_02132023.pdf

IFAD. 2023. Angola: Agricultura e pescas transformando vidas e meios de subsistência rurais. Available at: https://www.ifad.org/documents/38714170/48054569/angola-booklet_e.pdf/b81b3fbd-a021-8362-1468-2d384a3f7358?t=1701444906367

IMF. 2023. IMF Country Report No. 18/370. [Disponível em: https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/CR/2018/cr18370.ashx](https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/CR/2018/cr18370.ashx)

INE. Instituto Nacional de Estatística. 2025. Inquéritos de Indicadores Múltiplos por Agregados (IIMS 2015-2016), 2015 Angola.

INE (2018-2019). Inquérito às receitas e despesas (IDR)

Instituto Nacional de Estatística (Angola): Relatório de pobreza para Angola - Inquérito sobre despesas e receitas 2018/2019, página 29. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/images/Relatorio_PobrezaIDR_FINAL_Portugues_DID.pdf

IPC. 2021. Angola: Desnutrição aguda Abril - Setembro de 2021 e Projecção para Outubro de 2021 - Fevereiro de 2022 Disponível em: <https://www.ipcinfo.org/ipc-country-analysis/details-map/en/c/1155300/?iso3=AGO>

MINAGRIP . Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional. Versão Preliminar.2021. Decreto Presidencial de Angola. 35/22. Criação do Prémio Nacional para "Mulheres de Mérito" e seu Regulamento

Njuguna RG, Berkley JA e Jemutai J. 2020. Análise de custo e custo-eficácia do tratamento da subnutrição infantil em países de baixo e médio rendimento: Uma revisão sistemática [versão 2; revisão interpares: 2 aprovados]. Welcome Open Res 2020, 5:62

República de Angola, Lei -º 25/12 - Lei sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança. Disponível em: <https://extranet.who.int/mindbank/item/3455>

República de Angola. 2023. Lei Geral do Trabalho de Angola, Lei n.º 12/23. Promulgada em 27 de Dezembro de 2023. "Disponível em: <http://www.parliament.am/library/ashxatanqayinorensgreger/ANGOLA.pdf>

República de Angola: Lei n.º 10 de 2015, Lei sobre o Direito de Asilo e o Estatuto de Refugiado. [Disponível em: https://www.refworld.org/legal/legislation/natlegbod/2015/en/122780](https://www.refworld.org/legal/legislation/natlegbod/2015/en/122780)

PAM. 2022. Compêndio de indicadores do PAM (2022-2025)

PAM. 2022. Nota conceptual sobre alimentação escolar WVA, 29 de Maio de 2022.

PAM/GoA. 2020. Acordo para a prestação de assistência técnica. Nutrição da alimentação escolar, sistema de alerta precoce e resposta à desnutrição aguda moderada (DAM).

Sudoeste de Angola: Snapshot de Segurança Alimentar e Nutricional do IPC. 2021

UNCTAD. 2023. Perfil de Vulnerabilidade: Angola. [Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/aldc2022-vp-angola_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/aldc2022-vp-angola_en.pdf)

UNCTAD. Impacto económico e social da COVID-19 em Angola 2021 (unctad.org)

UNICEF. Perfis dos países: Angola. [Disponível em: https://data.unicef.org/country/ago/](https://data.unicef.org/country/ago/)

UNICEF, OMS, Banco Mundial: Estimativas conjuntas de subnutrição infantil (JME). A agregação baseia-se no conjunto de dados harmonizados da UNICEF, da OMS e do Banco Mundial (dados ajustados e comparáveis) e na metodologia. Disponível em: <https://genderdata.worldbank.org/en/indicator/sh-sta-stnt-zs?gender=total>

Universidade de Gotemburgo. 2021. Environmental disaster and civic responses in Angola. [Disponível em: https://www.gu.se/en/research/environmental-disaster-and-civic-responses-in-angola](https://www.gu.se/en/research/environmental-disaster-and-civic-responses-in-angola)

Anexo 8. Considerações éticas, riscos e salvaguardas

Recrutamento e consentimento voluntário informado

111. A todos os entrevistados selecionados será pedido o seu consentimento informado antes de serem entrevistados. O consentimento informado inclui uma breve introdução ao exercício de recolha de dados, o seu objectivo, a forma como os dados serão recolhidos e utilizados, o reconhecimento de que a entrevista é voluntária e não afectará de forma alguma o seu futuro recebimento de prestações. Os inquiridos foram também informados da duração aproximada da entrevista e de que podem interrompê-la a qualquer momento sem qualquer penalização. Não foram concedidos quaisquer benefícios imediatos ou presentes aos participantes por terem participado no inquérito. Foi pedido aos participantes que dessem o seu consentimento numa língua que compreendessem e que este lhes fosse explicado de forma adequada à sua idade e formação académica. O recenseador traduziu o consentimento informado para a língua local sempre que necessário.

112. Dadas as elevadas taxas de analfabetismo nas áreas de estudo, os enumeradores analisam verbalmente as informações de consentimento com os inquiridos, se for caso disso, e registam devidamente o consentimento dado para a participação. O inquirido assinou (ou imprimiu de outra forma) o consentimento. Os formulários de consentimento foram mantidos em segurança e confidenciais. Dada a natureza dos dados recolhidos, não prevemos que os inquiridos sofram danos. No entanto, o processo de recolha de dados poderia suscitar respostas imprevistas, e era fundamental que qualquer dano potencial fosse atenuado tanto quanto possível. Consequentemente, foi criado um sistema para efectuar o encaminhamento necessário, como se explica a seguir. O chefe de equipa será responsável por garantir que os enumeradores cumprem rigorosamente os requisitos éticos acima referidos.

Referências

113. **Esperava-se que todos os inquiridos recebessem informações de encaminhamento anónimas.** A ET esperava que alguns indivíduos da amostra pudessem beneficiar de serviços especializados. Por conseguinte, foi fornecida a todos os inquiridos uma lista de serviços de cuidados e assistência acessíveis localmente. A lista de serviços incluía informações básicas (incluindo dados de contacto) dos serviços sociais e de saúde relevantes. A lista de serviços foi compilada em colaboração com o PAM para garantir a máxima qualidade dos serviços de encaminhamento relevantes. O PAM telefonou ou visitou cada um dos serviços de encaminhamento antes do inquérito, para garantir que os números estavam a funcionar e que os prestadores de serviços tinham conhecimento do inquérito de base, bem como do mecanismo de encaminhamento acima referido.

114. **Acções especiais de encaminhamento em caso de experiência de eventos adversos e/ou problemas de saúde graves.** Para além da informação de encaminhamento anónima, pode ter havido necessidade de uma intervenção adicional nos casos em que 1) uma reacção adversa é provocada durante as entrevistas; e/ou 2) um ou mais participantes necessitam claramente de intervenção nutricional e/ou protecção. Consequentemente, no final das entrevistas, esperava-se que os enumeradores avaliassem se o inquirido cumpria algum dos seguintes critérios:

- A pessoa entrevistada ficou perturbada durante a entrevista (por exemplo, chorosa, zangada, triste, com o corpo a tremer, dificuldade em respirar, etc.).
- O inquirido partilhou durante a entrevista que não se sente seguro na sua situação de vida actual, incluindo na sua casa ou comunidade, devido à violência.
- O inquirido informou que ele próprio ou qualquer uma das crianças da sua casa correm perigo imediato.

- Os bebés e as crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 59 meses presentes no domicílio apresentavam sinais evidentes de malnutrição grave
- O bem-estar de qualquer criança dentro de casa estava em risco imediato.

115. Os inquiridos que preenchessem qualquer um destes critérios deveriam ser encaminhados diretamente para as instituições distritais e provisórias relevantes, dependendo da questão em causa. No caso de problemas de desnutrição infantil, seriam feitos acordos prévios com os supervisores para transportar as crianças e as suas respectivas mães/cuidadores para o centro de saúde mais próximo. Para questões de protecção infantil e de violência doméstica, seriam tomadas providências junto das autoridades competentes. Se o inquirido declarar que não quer esse apoio, a sua opinião deve ser respeitada, excepto nos casos em que o bem-estar de uma criança esteja em perigo iminente. Se o inquirido indicar que deseja um encaminhamento:

- O processo de encaminhamento deve ser explicado na íntegra e todas as questões ou preocupações devem ser claramente respondidas.
- Os enumeradores deviam pedir autorização para obter as informações de contacto do inquirido, incluindo o nome e uma forma segura de ser contactado. É importante notar que os entrevistadores não dariam nenhuma das informações partilhadas pelo inquirido durante a entrevista à instituição referida em questão, a menos que o inquirido o solicitasse. Além disso, as informações de contacto seriam registadas num formulário separado que não estaria ligado ao inquérito. Uma vez registados todos os dados de contacto, os entrevistadores indicarão também os dados de contacto da instituição de referência em questão, para que o inquirido possa contactar directamente o seu representante.
- Uma vez concluído o encaminhamento, o entrevistador deveria entregar o formulário ao seu supervisor logo que possível após a entrevista ter sido concluída, de modo a que o entrevistador e outros membros da equipa não tivessem quaisquer documentos que identificassem qualquer dos participantes no estudo. O supervisor não deveria ter qualquer outro contacto com a entrevistada que solicitava o encaminhamento, para melhor respeitar e proteger a sua confidencialidade.
- O supervisor deveria então contactar o representante da instituição de referência por telefone (ou pessoalmente) no prazo de 24 horas. O supervisor deveria fornecer todas as informações sobre o encaminhamento e fornecer as informações de contacto do inquirido que solicitou o encaminhamento directo. O supervisor devia então enviar uma mensagem de texto SMS ao gestor de campo da Forcier para o alertar de que tinha sido feito um encaminhamento directo. Para facilitar os encaminhamentos a partir do terreno, todos os supervisores de terreno traziam consigo um cartão com os dados de contacto dos representantes designados das instituições de encaminhamento. Do mesmo modo, os representantes de todas as instituições de encaminhamento tinham os dados de contacto de todos os supervisores no terreno.
- Em caso de complicações ou circunstâncias invulgares que exijam uma consulta, o supervisor deve contactar imediatamente o gestor no terreno, Forcier, e o representante do PAM para mais consultas.
- O chefe de equipa devia contactar os representantes designados das instituições de encaminhamento no prazo de 48 horas para saber se o encaminhamento directo tinha sido dado seguimento.
- Em relação às informações obtidas junto do prestador de cuidados primário, deveria ser iniciado um encaminhamento directo automático para a Equipa do Plano de Resposta, de acordo com os passos descritos acima, quando:
 - O enumerador identificou uma criança como estando severamente ou agudamente subnutrida e em risco de sofrer traumas de saúde.

- O prestador de cuidados revelou que a criança é vítima de violência grave (psicológica, física, sexual ou de negligência).
- O prestador de cuidados indicou que a criança está em perigo imediato.
- Todos os encaminhamentos para serviços de apoio deveriam ser coordenados e monitorizados pela equipa de gestão da Forcier, que deveria estar de serviço durante o horário de trabalho (8-12 e 2-5 de segunda a sábado) durante o trabalho de campo. A direcção da Forcier devia envia todos os esforços possíveis para que os representantes das instituições de encaminhamento acima referidas contactassem o inquirido e/ou a criança no prazo de 48 horas após terem recebido o encaminhamento do terreno.
- A direcção da Forcier devia acompanhar todos os encaminhamentos para confirmar se os representantes das instituições de encaminhamento em questão tinham conseguido reunir-se com os inquiridos e/ou as crianças e assegurar uma resposta atempada e adequada, bem como outros encaminhamentos, se necessário.

Riscos e Salvaguardas

Fases	Questões éticas	Riscos	Salvaguardas
Todas as fases	Considerações sobre género e vulnerabilidade	Potenciais preconceitos e dinâmicas de poder desiguais: Existe o risco de que os preconceitos e as dinâmicas de poder possam influenciar a recolha, a análise e a interpretação dos dados, distorcendo potencialmente as conclusões da avaliação.	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de uma recolha de dados sensível ao género e à vulnerabilidade • Garantir o equilíbrio entre os géneros na avaliação • Promover a participação inclusiva e diversificada • Sensibilização do pessoal para as questões de género • As investigadoras serão incumbidas de recolher dados junto das mulheres • As KIIs e DGFs serão realizadas em ambientes privados e seguros
	Questões de neutralidade, privacidade e confidencialidade	Violações da confidencialidade: Existe o risco de violação da confidencialidade e da privacidade dos participantes, especialmente quando se trata de informações sensíveis relacionadas com o género.	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção rigorosa dos protocolos de privacidade e confidencialidade. • Obtenção do consentimento informado dos participantes
	Participação voluntária	<ul style="list-style-type: none"> • Dados incompletos ou tendenciosos se os indivíduos não forem representativos da população em geral • Viés de auto-selecção: <ul style="list-style-type: none"> ○ Sobre-representação ou ○ Sub-representação 	<ul style="list-style-type: none"> • Consentimento informado • Informação clara e transparente aos potenciais participantes sobre a avaliação • Evitar a coacção • Estratégias de recrutamento diversificadas

Fases	Questões éticas	Riscos	Salvaguardas
		<ul style="list-style-type: none"> ○ Diversidade limitada de perspectivas 	<ul style="list-style-type: none"> • Métodos de selecção cuidadosamente considerados
	Não prevaricação	<ul style="list-style-type: none"> • Danos psicológicos ou emocionais • Estigmatização ou discriminação • Violações de dados ou de confidencialidade • Enviesamento involuntário ou má interpretação 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de directrizes e protocolos éticos • Protecção da confidencialidade e da privacidade • Protecção de dados e medidas de segurança • Controlo e supervisão regulares • Atenuação dos riscos de danos para os participantes • As KIIs e DFGs serão realizadas em ambientes privados e seguros.
	Limitações dos métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> • As discussões dos grupos de discussão podem ser influenciadas pela dinâmica do grupo e pela vontade dos participantes de expressarem abertamente os seus pontos de vista. • As entrevistas com informadores-chave baseiam-se nas perspectivas e experiências de um número limitado de indivíduos, que podem não representar totalmente a diversidade das partes interessadas. • A análise de documentos depende da disponibilidade e da qualidade dos documentos relevantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estas limitações devem ser tidas em conta na interpretação dos resultados. • Deve ser seleccionada uma gama diversificada de informadores para captar diferentes perspectivas • Esforços para criar uma relação e confiança com os entrevistados • Criação de ambientes seguros e inclusivos que incentivem a participação durante as discussões dos grupos de centragem • Utilização de múltiplas fontes e cruzamento de informações para garantir a exactidão e a exaustividade durante a análise dos documentos • Triangulação de dados provenientes de múltiplas fontes e métodos

Anexo 9. Actualização dos membros do grupo de referência para a avaliação

116. **Papel e composição do Comité de Avaliação:** O objectivo do comité de avaliação (CE) é assegurar uma avaliação credível, transparente, imparcial e de qualidade, em conformidade com a política de avaliação do PAM. Para o efeito, o comité apoiará o gestor da avaliação na tomada de decisões, analisará os projectos de documentos (TdR, relatório inicial e relatório de avaliação) e submetê-los-á à aprovação do Diretor do País (DC), que presidiu ao comité. Os membros do CE também faziam parte do grupo de referência da avaliação.

117. **Composição:** O comité de avaliação era composto pelo seguinte pessoal:

- O Chefe do Escritório do PAM em Angola (Presidente do Comité de Avaliação), José Ferrão
- Gestores de avaliação (secretário ou presidente delegado): Maria Tati e Jennifer Sakwiya
- Chefe de Programa, Domingos Cunha
- Responsável regional pela avaliação (REO): Jean Providence Nzabonimpa
- Chefe da Unidade da Cadeia de Abastecimento, Chris Liswaniso
- Responsável VAM & GIS, António Paulo,
- Nutrição e Fortificação, Gracy Heijblom,
- Alimentação Escolar, Neide Pereira
- Transformação rural, Jorge Machanguana
- Parcerias e Comunicações, Inaara Gulamhussen
- Representante do Gabinete no Terreno/Refugiados, José Sana

Papel e composição do grupo de referência para a avaliação

118. **Objectivo e função:** O grupo de referência para a avaliação (ERG) é um grupo consultivo que presta aconselhamento e *feedback* ao gestor da avaliação e à equipa técnica em momentos-chave do processo de avaliação. É estabelecido durante a fase preparatória da avaliação e é obrigatório para todas as avaliações descentralizadas.

119. **O objectivo geral do grupo de referência da avaliação** é contribuir para a credibilidade, utilidade e imparcialidade da avaliação. Para o efeito, a sua composição e papel são orientados pelos seguintes princípios:

- **Transparência:** Manter os intervenientes relevantes envolvidos e informados durante as etapas principais garante a transparência em todo o processo de avaliação
- **Apropriação e utilização:** A participação das partes interessadas aumenta a apropriação do processo e dos produtos da avaliação, o que, por sua vez, pode ter impacto na sua utilização.
- **Exactidão:** As *feedback* dos intervenientes em etapas fundamentais das fases de preparação, recolha de dados e elaboração de relatórios contribuem para a exactidão dos factos e números apresentados na avaliação e da sua análise.

120. Espera-se que os membros analisem e comentem os projectos de resultados da avaliação e partilhem ideias relevantes nos principais pontos de consulta do processo de avaliação.

121. **As principais responsabilidades** do grupo de referência para a avaliação são as seguintes

- Análise e comentários sobre o projecto de TdR
- Sugerir referências e fontes de dados fundamentais na sua área de especialização

- Participar em sessões de informação presenciais ou virtuais para a ET durante a fase de arranque e/ou a fase de avaliação
- Rever e comentar o projecto de relatório inicial
 - Participar em reuniões de balanço no terreno (facultativo)
 - Participar em workshops de aprendizagem para validar as conclusões e discutir recomendações (se planeado)
- Fornecer orientações sobre os produtos de comunicação sugeridos para divulgar os resultados da avaliação.
- Analisar e comentar o projecto de relatório de avaliação e os respectivos anexos, com especial incidência nos seguintes aspectos
 - Erros factuais e/ou omissões susceptíveis de invalidar os resultados ou alterar as conclusões
 - Questões de sensibilidade política que precisam de ser aperfeiçoadas na forma como são abordadas ou na linguagem utilizada
 - Recomendações.

Composição da CE e do ERG

Apresentamos de seguida os membros do CE e do ERG:

Membros do Comité de Avaliação	Nome
Comité de Avaliação Membros do núcleo: A. Escritório do PAM em Angola: 1. Chefe do Escritório do PAM em Angola (Presidente) 2. Co-gestor da avaliação (secretário ou presidente delegado) 3. Director do programa, 4. Chefe da unidade da cadeia de abastecimento, 5. VAM 6. Nutricionista 7. Alimentação escolar 8. Parcerias e comunicações 9. Representante do Gabinete no Terreno / Refugiados 10. Transformação rural B. Gabinete Regional: 11. Responsável regional pela avaliação 12. Responsável pela avaliação (Co-gestor da avaliação)	<ul style="list-style-type: none"> • José Ferrao • Maria Tati • Domingos Cunha • Chris Liswaniso • António Paulo • Gracy Hejblom • Neide Pereira • Inaara Gulamhussen • José Sana • Jorge Machanguana • Jean Providence Nzabonimpa • Jennifer Sakwiya
Membros do ERG	Nome
Todos os membros da CE acima referidos Gabinete Regional: <ul style="list-style-type: none"> • Assessor regional de acompanhamento • Unidade do Programa Regional/Resiliência • Fortalecimento de capacidades regionais dos países PQ • Conselheiro Regional para o Género • Responsável sénior pela preparação e resposta a emergências • Conselheiro regional sénior em matéria de nutrição 	<ul style="list-style-type: none"> • Caterina Kireeva • Ashraful Amin • Chipo Chipudhla • Jane Remme • Romina Woldemariam • James Kingori
Membros externos do ERG	Nome
GPS-Luanda (Gabinete Provincial de Saúde) GPS-Huila MINAGRIP (Ministério da Agricultura e Pescas) MINED/Direção Nacional de Educação Pré-escolar e Ensino Primário (Direção da Educação Pré-escolar e do Ensino Básico)	<ul style="list-style-type: none"> • Ana Isabel • Luciana Guimarães • Fernando André • Soraya de Jesus • Esther Isabel Epalanga

Educação-Huíla MASFAMU-Lunda Norte MASFAMU-Huíla UNICEF- Luanda UNICEF - Huíla Visão Mundial - Luanda WVI - Huíla WVI - Lunda Norte ACNUR-Dundo	<ul style="list-style-type: none">• Berta Morais• Odete Fernandes• Dra Catarina• Ciara Hogan• Paulo Mendes• Robert Bulten• Artur Caires• Nsanza Madros• Clementine Toutche
---	--

Anexo 10. Plano de Comunicação e Gestão do Conhecimento

122. **Principais objectivos do plano de comunicação e de gestão dos conhecimentos:** O plano de comunicação e de gestão dos conhecimentos tem por objectivo assegurar um fluxo de informação estruturado e com impacto, tanto a nível interno como externo, para as partes interessadas visadas. O plano propõe igualmente funções e responsabilidades bem definidas, calendários e canais de comunicação, a fim de assegurar a sua adopção. Os principais objectivos incluem:

123. **Melhorar a programação:** Para o Escritório do PAM em Angola, a avaliação será utilizada para aperfeiçoar ou ajustar as actividades em curso e para informar a concepção de novas actividades ou para aprender a introduzir actividades noutros contextos.

124. **Apoiar a direcção estratégica:** Os resultados serão igualmente utilizados para fundamentar a concepção do próximo documento de estratégia nacional. As lições aprendidas com as operações relativas aos refugiados serão igualmente utilizadas para informar alguns dos debates sobre a política nacional e os desafios da capacidade institucional nacional.

125. **Divulgação dos resultados:** O Escritório do PAM em Angola assegurará que os resultados sejam amplamente divulgados a todas as partes interessadas, incluindo os beneficiários do programa. Esta acção visa garantir que todas as partes interessadas tenham conhecimento dos resultados da avaliação e forneçam informações para uma aprendizagem e melhoria contínuas.

126. **Chegar às populações de base e afectadas:** Os resultados da avaliação servirão de base e de orientação para a selecção dos beneficiários dos programas de segurança alimentar, bem como para a tomada de decisões relativas ao reforço das intervenções da CMAM.

O projecto de plano de comunicação e de gestão dos conhecimentos está dividido em duas componentes (para as partes interessadas internas e externas). Ver Tabela 8 e 9.

Tabela 8: Plano de Comunicação Interna e Gestão do Conhecimento

Quando Fase de avaliação	O que é que Produto	Para quem Público-alvo	De quem Chumbo do criador	Como (de que forma) Canal de comunicação	Porquê Objectivo da comunicação
Planeamento	Calendário provisório e âmbito da avaliação	Gestão de escritórios em Angola Pessoal do programa e de M&A do Gabinete de Angola	Gestor de avaliação Unidade Regional de Avaliação	Reunião Correio electrónico	Para garantir que a avaliação se reflecte nos planos de trabalho do serviço, as equipas relevantes, incluindo o gestor da avaliação
Preparação/ TdR	Projecto de caderno de encargos	Principais partes interessadas através do Grupo de Referência para a Avaliação (ERG) Angola Gestão de escritórios Pessoal do programa	Gestor da avaliação em nome do Comité de Avaliação apoiado pela Unidade Regional de Avaliação	Correio electrónico	Obter comentários e reacções sobre os vários componentes dos TdR
	TdR final	Principais partes interessadas através do ERG Angola Gestão de escritórios Pessoal do programa	Gestor de avaliação apoiado pela Unidade Regional de Avaliação	Correio electrónico Reunião virtual Correio electrónico, WFPgo, WFP.org	Informar o pessoal relevante do plano global da avaliação, incluindo as datas críticas e os objectivos intermédios. Informar o pessoal de apoio sobre a opção seleccionada para a contratação da ET
Incepção	Projecto de relatório inicial	Principais partes interessadas através do ERG Pessoal do programa	Gestor de avaliação apoiado pela Unidade Regional de Avaliação	Correio electrónico Reunião virtual (Teams)	Obter comentários das partes interessadas sobre o projecto de relatório inicial 2
	Relatório final de arranque	Principais partes interessadas através do Grupo de Referência para a Avaliação	Gestor de avaliação apoiado pela Unidade Regional de Avaliação	Correio electrónico	Informar o pessoal relevante do plano pormenorizado da avaliação, incluindo datas e marcos críticos;

Quando Fase de avaliação	O que é que Produto	Para quem Público-alvo	De quem Chumbo do criador	Como (de que forma) Canal de comunicação	Porquê Objectivo da comunicação
		Angola Gestão de escritórios Programa e M&A do Gabinete de Angola Pessoal do gabinete local			locais a visitar; partes interessadas a envolver, etc. Assegurar que existe um entendimento comum das expectativas descritas nos TdR. Proporcionar uma compreensão inicial da abordagem metodológica, dos instrumentos de recolha de dados, do calendário de trabalho no terreno, da matriz das partes interessadas, da concepção global da avaliação e finalizar o plano de comunicação e aprendizagem Informar o pessoal de apoio (especialmente a administração) do apoio logístico necessário
Recolha de dados	Calendário da recolha de dados/missão de campo e selecção do local	Principais partes interessadas: Gabinetes no terreno Gabinete de Angola (M&A, Gestor de Actividades do Programa, Comunicação, Administração, Ponto Focal de Segurança) Equipa de avaliação	Gestor de avaliação	Reunião das equipas	Confirmar as datas das missões em cada distrito, bem como a selecção das alas Calendário pormenorizado da missão Recomendações dos gabinetes no terreno sobre quais as comunidades e actividades/activos específicos que devem ser visitados nas alas seleccionadas Logística do alojamento e acessibilidade às alas seleccionadas Assegurar que as instruções de segurança são dadas ao ET antes de partir para o trabalho de campo

Quando Fase de avaliação	O que é que Produto	Para quem Público-alvo	De quem Chumbo do criador	Como (de que forma) Canal de comunicação	Porquê Objectivo da comunicação
					Reconfirmar a data/hora e o formato da reunião de balanço do fim do trabalho de campo
	Apresentação dos resultados preliminares	Principais partes interessadas internas através dos membros do Grupo de Referência para a Avaliação (ERG): Equipa do Gabinete de Angola, Avaliação do RB, Ponto Focal de Resiliência/Serviços Climáticos, Unidade Técnica da Sede e pessoal do Programa	Chefe de equipa (Com o apoio do Gestor de Avaliação)	Correio electrónico Reunião virtual <i>Power-point</i> de avaliação	Permitir a reflexão sobre as conclusões preliminares e chegar a acordo sobre o conteúdo do PPT antes da reunião de balanço Para interagir com as partes interessadas e discutir os resultados preliminares antes da elaboração do projecto de relatório de avaliação
Análise de dados e Relatórios	Projecto de relatório de avaliação	Principais partes interessadas internas através dos membros do ERG (equipa do Gabinete de Angola, Avaliação do RB, Ponto Focal de Resiliência/Serviços Climáticos, Unidade Técnica da Sede e pessoal do Programa)	Gestor de avaliação	Correio electrónico	Solicitar comentários sobre o projecto de relatório de avaliação Assegurar a garantia de qualidade da avaliação
	Avaliação final Relatório	Gestão de escritórios em Angola Principais partes interessadas internas através dos membros do	Gestor da avaliação através do Comité de Avaliação	Correio electrónico Publicações nas plataformas internas do PAM (por exemplo, WFPgo)	Informar as partes interessadas internas sobre o principal produto final da avaliação Assegurar que o relatório de avaliação seja amplamente

Quando Fase de avaliação	O que é que Produto	Para quem Público-alvo	De quem Chumbo do criador	Como (de que forma) Canal de comunicação	Porquê Objectivo da comunicação
		ERG (equipa do Gabinete de Angola, avaliação do RB, assistência técnica, CMAM e pontos focais das actividades de segurança alimentar, unidade técnica da sede e pessoal do programa)	R4 Gestor de actividades da iniciativa para a resiliência rural Ponto de contacto da organização parceira Ponto Focal das Comunicações do Gabinete de Angola	Comunidades de prática (Yammer)	divulgado internamente em plataformas como as comunidades e as equipas do PAM e na intranet do PAM (WFPGo)
Divulgação e acompanhamento	Apresentação em PowerPoint dos resultados da avaliação Relatório de avaliação, relatório sumário de avaliação/resumo, discussão dos resultados da avaliação	Angola Gestão de escritórios Pessoal do programa Pessoal M&E Membros do ERG e representante da unidade técnica da sede Gabinete Regional - Programa, Produção de Provas, Unidades de Avaliação	Gestor de avaliação Líder ET Gabinete de Angola M&E Assistência técnica, CMAM e actividades de segurança alimentar e comunicações Unidade Regional de Avaliação	Sessões organizadas presenciais e virtuais Impresso 2-4 pager Relatório de avaliação resumido Relatórios de síntese adaptados a públicos específicos, conforme necessário Redes sociais (feeds do Twitter) e hashtags	Resultados da avaliação divulgados às partes interessadas Disponibilização do relatório de avaliação sucinto e da ligação para o relatório de avaliação completo publicado Assegurar a divulgação das conclusões e a incorporação das lições aprendidas noutros sistemas e processos relevantes de partilha de lições aprendidas.
	Projecto de resposta da administração (RM) às recomendações da avaliação	Angola Gestão de escritórios Pessoal do programa Pessoal M&E Gabinete Regional - Equipas de assistência técnica, CMAM e actividades de segurança alimentar Gabinetes no terreno	DCD ou Chefe de Programa apoiado pelo Gestor de Avaliação, em nome do Comité de Avaliação	Correio electrónico Sessões organizadas presenciais e virtuais	Comunicar as acções sugeridas para as recomendações e suscitar comentários Discutir e documentar as acções do PAM Angola para responder a todas as recomendações da avaliação Responder às recomendações da avaliação, indicando as medidas que serão tomadas e os prazos previstos para o acompanhamento

Quando Fase de avaliação	O que é que Produto	Para quem Público-alvo	De quem Chumbo do criador	Como (de que forma) Canal de comunicação	Porquê Objectivo da comunicação
					dessas medidas pelas partes interessadas.
	Resposta final da direcção	Angola Gestão de escritórios Pessoal do programa e de M&A do Gabinete de Angola Gabinete de Avaliação Controlo RB	Gestor de avaliação Assistência Técnica, CMAM e Gestores de Actividades de Segurança Alimentar Unidade Regional de Avaliação	Correio electrónico Lançamento na WFPgo Pastas partilhadas	Garantir que todo o pessoal relevante seja informado dos compromissos assumidos para implementar as recomendações da avaliação Tornar o RM aprovado acessível na intranet do PAM (WFPGo)
	Relatório intercalar sobre a aplicação das recomendações da avaliação	Angola Gestão de escritórios RB Gestão	Risco e recomendações da Mesa Regional (R2) ponto focal apoiado pela Unidade Regional de Avaliação Ponto focal R2 do Gabinete de Angola	Correio electrónico Virtual	Acompanhar e comunicar os progressos efectuados em matéria de implementação das acções previstas na resposta da administração

Tabela 9: Plano de comunicação externa e de gestão dos conhecimentos

Quando Fase de avaliação	O que é que Produto	Para quem Público-alvo	De quem Chumbo do criador	Como (de que forma) Canal de comunicação	Porquê Objectivo da comunicação
Incepção	Projecto de relatório de avaliação 0	GPS-Luanda MINAGRIP MINED/Direcção Nacional para Educação Pré-escolar e Ensino Primário Educação	Gestor de avaliação ET	Correio electrónico Reunião virtual (Teams)	Contactar os membros do ERG para obter as suas reflexões e comentários sobre o segundo projecto de relatório inicial; Rever a metodologia e a abordagem da avaliação

Quando Fase de avaliação	O que é que Produto	Para quem Público-alvo	De quem Chumbo do criador	Como (de que forma) Canal de comunicação	Porquê Objectivo da comunicação
		<p>MASFAMU</p> <p>UNICEF</p> <p>Visão Mundial Internacional</p> <p>ACNUR</p>			
Recolha de dados	Apresentação dos resultados preliminares	<p>GPS</p> <p>MINAGRIP</p> <p>MINED/Direcção Nacional para Educação Pré-escolar e Ensino Primário</p> <p>Educação</p> <p>MASFAMU</p> <p>UNICEF</p> <p>Visão Mundial Internacional</p> <p>ACNUR</p>	<p>Gestor de avaliação</p> <p>ET</p>	<p>Correio eletrónico</p> <p>Reunião virtual</p>	Para interagir com as partes interessadas e discutir os resultados preliminares antes da elaboração do projecto de relatório de avaliação
Análise de dados e relatórios	Projecto e relatório final de avaliação	<p>Comentário sobre o projecto 2 ER:</p> <p>GPS</p> <p>MINAGRIP</p> <p>MINED/Direcção Nacional para Educação Pré-escolar e Ensino Primário</p> <p>Educação</p>	<p>Gestor da avaliação através do Comité de Avaliação</p> <p>Assistência Técnica, CMAM e Gestores de Actividades de Segurança Alimentar</p> <p>Ponto de contacto da organização parceira</p>	<p>Correio electrónico Virtual (Equipas)</p> <p>Publicações internas</p> <p>Plataformas do PAM (WFPGo)</p> <p>Feeds de notícias das redes sociais</p>	<p>Obter comentários das partes interessadas sobre o projecto de relatório de avaliação</p> <p>Informar as partes interessadas sobre o principal produto final da avaliação</p> <p>Garantir que as partes interessadas possam aceder ao relatório de avaliação aprovado</p>

Quando Fase de avaliação	O que é que Produto	Para quem Público-alvo	De quem Chumbo do criador	Como (de que forma) Canal de comunicação	Porquê Objectivo da comunicação
		MASFAMU UNICEF Visão Mundial Internacional ACNUR Distribuir o relatório aprovado: GPS MINAGRIP MINED/Direcção Nacional para a Educação Pré- escolar e Ensino Primário (Direcção da educação pré- escolar e do ensino básico) Educação MASFAMU UNICEF Visão Mundial Internacional ACNUR	Comunicações do escritório do PAM em Angola Ponto Focal	Plataforma externa do PAM (wfp.org) Plataformas de redes de avaliação (por exemplo, UNEG, ALNAP)	através do sítio Web externo do PAM (wfp.org) e dos sítios Web das partes interessadas
Divulgação e Acompanhamento	Apresentação em PowerPoint dos resultados da avaliação	GPS-Luanda MINAGRIP	Gestor de avaliação Líder ET Escritório do PAM em Angola	Virtual e/ou presencial, consoante o público-alvo Impresso 2-4 pager	Resultados da avaliação divulgados às partes interessadas Relatório de avaliação resumido e ligação ao relatório de avaliação completo publicado e

Quando Fase de avaliação	O que é que Produto	Para quem Público-alvo	De quem Chumbo do criador	Como (de que forma) Canal de comunicação	Porquê Objectivo da comunicação
	Relatório de avaliação, relatório sumário de avaliação/resumo	MINED/Direcção Nacional para a Educação Pré- escolar e Ensino Primário (Direcção do ensino pré- escolar e do ensino básico) Educação MASFAMU UNICEF Visão Mundial Internacional ACNUR Meios de comunicação social (jornais e estações de rádio)	Equipas de M&A, Assistência Técnica, CMAM e Actividades de Segurança Alimentar e Comunicações ET regional	Relatório de avaliação resumido Relatórios de síntese adaptados a públicos específicos, conforme necessário Redes sociais (feeds do Twitter/YouTube) e hashtags	disponibilizado às partes interessadas Envolver o público e os meios de comunicação social, conforme adequado
	Relatório de avaliação, avaliação sumária Relatório/resumo, resultados da avaliação Discussão	GPS MINAGRIP MINED/ Direcção Nacional de Educação Pré-escolar e Ensino Primário (Direcção da educação pré- escolar e do ensino básico) Educação MASFAMU UNICEF	Gestores de Co- Avaliação e ET Apoiados pela Equipa de Comunicação do Escritório do PAM em Angola (para orientar a redacção de mensagens, quando necessário) PAM Angola Office & RB Pontos focais de género	Reuniões presenciais (durante a execução do programa e as actividades de acompanhamento) Relatório de avaliação resumido de 2 a 4 páginas Produtos de avaliação adaptados, conforme necessário Vídeos curtos Rádio comunitária	Mensagens específicas, simplificadas e sensíveis às questões de género sobre as conclusões e recomendações da avaliação para informar e obter <i>feedback</i> das partes interessadas para uma aprendizagem e melhoria contínuas. Documentar o efeito e o impacto de aspectos seleccionados da Assistência Técnica, da Gestão Comunitária da Desnutrição

Quando Fase de avaliação	O que é que Produto	Para quem Público-alvo	De quem Chumbo do criador	Como (de que forma) Canal de comunicação	Porquê Objectivo da comunicação
		<p>Visão Mundial Internacional ACNUR</p> <p>Assistência técnica, CMAM e actividades de segurança alimentar Beneficiários (mulheres, homens e jovens, consoante o caso)</p>			<p>Aguda e das Actividades de Segurança Alimentar em Angola sobre a qualidade de vida das populações indígenas em Angola através de histórias de interesse humano e recolha de conteúdos (redes sociais)</p>

Anexo 11. Análise das partes interessadas

127. O mapeamento e a análise das partes interessadas constituíram uma componente fundamental desta avaliação, esclarecendo as relações complexas entre um vasto leque de partes interessadas e a sua influência na eficácia e sustentabilidade das actividades do PAM em Angola.

128. Para realizar uma análise do poder do mapeamento das partes interessadas fornecido, cada grupo foi examinado com base em duas dimensões: influência (a capacidade de afectar decisões ou acções) e interesse (o nível de preocupação em relação aos resultados do projecto). Este quadro ajuda a identificar os principais intervenientes, os potenciais apoiantes e as partes interessadas que podem exigir um maior envolvimento ou acompanhamento.

129. Durante a fase inicial, foi efectuada uma análise preliminar das partes interessadas, tal como se apresenta a seguir:

Tabela 10: Análise das partes interessadas

Stakeholders	Interesse e Participação na Avaliação	Como foram envolvidos
Intervenientes internos (PAM)		
Escritório do PAM em Angola	Responsável pelo planeamento e implementação das intervenções do PAM a nível nacional. O escritório de Angola tem interesse em aprender com a experiência para fundamentar a tomada de decisões. É igualmente chamado a prestar contas a nível interno, bem como aos seus beneficiários e parceiros, do desempenho e dos resultados dos seus programas. O escritório do PAM participará na utilização dos resultados da avaliação para a execução dos programas e/ou na decisão sobre os domínios de concentração do apoio do PAM ao governo e na definição das parcerias. Esta avaliação servirá igualmente de base para a concepção do PEP de segunda geração, a começar pelo seminário de definição da visão do PEP, previsto para Junho de 2023.	Os principais funcionários do PAM Angola são membros do comité de avaliação, pelo que participaram nas sessões relativas ao processo de avaliação. Outros foram entrevistados durante a recolha de dados.
Escritórios de campo do PAM em Angola	Responsável pela execução quotidiana do programa. Os gabinetes no terreno estabelecem a ligação com as partes interessadas a nível descentralizado e têm contacto directo com os beneficiários. Serão afectados pelos resultados da avaliação.	Os gabinetes no terreno estabelecem a ligação com as partes interessadas e ajudarão a obter contactos directos dos beneficiários. Outros foram entrevistados durante a recolha de dados.

Stakeholders	Interesse e Participação na Zvaliação	Como foram envolvidos
<p>Gabinete Regional (RB) de Joanesburgo</p>	<p>Responsável tanto pela supervisão dos gabinetes nacionais como pela orientação e apoio técnico, a direcção do gabinete regional tem interesse numa descrição independente/imparcial do desempenho operacional, bem como em aprender com os resultados da avaliação para os aplicar a outros gabinetes nacionais. O gabinete regional participará no planeamento do próximo plano estratégico nacional, pelo que se espera que utilize os resultados da avaliação para fornecer orientação estratégica, apoio ao programa e supervisão. A Unidade de Avaliação Regional apoiará directamente a gestão do gabinete de Angola/do gabinete regional para garantir avaliações descentralizadas de qualidade, credíveis e úteis. Considerando que a unidade de monitorização do gabinete regional é responsável pela supervisão e implementação dos requisitos mínimos de monitorização, a unidade técnica de monitorização do gabinete regional será consultada durante o processo de avaliação, conforme necessário.</p>	<p>O responsável pela avaliação regional está a apoiar a gestão do PAM Angola /RBJ para garantir avaliações descentralizadas de qualidade, credíveis e úteis. Outro pessoal-chave da RB é membro do grupo de referência da avaliação e foi sistematicamente consultado para analisar e comentar os projectos de produtos.</p>
<p>Divisões da sede do PAM: Investigação e Acompanhamento (RAM), Unidade de Resiliência (PROR-L) na sede (HQ)</p>	<p>As divisões da sede do PAM (são responsáveis pela emissão e supervisão da aplicação das orientações normativas sobre temas, actividades e modalidades dos programas da empresa, bem como das políticas e estratégias globais da empresa). Também têm interesse nas lições que resultam das avaliações, uma vez que muitas delas podem ter relevância para além da área geográfica de incidência. As unidades relevantes da sede devem ser consultadas desde a fase de planeamento para garantir que as principais considerações políticas, estratégicas e programáticas são compreendidas desde o início da avaliação. Podem utilizar a avaliação para uma aprendizagem e responsabilização organizacional mais alargada. A avaliação será de interesse para a unidade de Meios de Subsistência e Resiliência (OSZPR) e Investigação e Monitorização (RAM) na sede. As unidades técnicas serão consultadas durante o processo de avaliação, conforme necessário.</p>	<p>As duas divisões, conforme o caso, analisaram e comentaram os projectos de relatório.</p>

Stakeholders	Interesse e Participação na Zvaliação	Como foram envolvidos
Gabinete de Avaliação do PAM (OEV)	O Gabinete de Avaliação tem interesse em assegurar que as avaliações descentralizadas produzam avaliações de qualidade, credíveis e úteis, respeitando as disposições relativas à imparcialidade, bem como as funções e responsabilidades dos vários intervenientes na avaliação descentralizada, tal como identificados na política de avaliação. Pode utilizar os resultados da avaliação, se for caso disso, para alimentar as avaliações centralizadas, as sínteses de avaliação ou outros produtos de aprendizagem.	Os projectos de relatório inicial e de avaliação foram apresentados ao serviço de apoio à qualidade gerido pelo OEV.
Conselho Executivo do PAM (CE)	O Conselho Executivo efectua a supervisão final dos programas do PAM e dá orientações aos programas. O órgão de direcção do PAM tem interesse em ser informado sobre a eficácia dos programas do PAM. A presente avaliação não será apresentada ao Conselho Executivo, mas as suas conclusões poderão ser tidas em conta nas sínteses temáticas e/ou regionais e nos processos de aprendizagem da empresa, bem como no documento de estratégia.	
Partes interessadas externas		
Beneficiários (mulheres, raparigas, rapazes e homens)	Enquanto destinatários finais da ajuda alimentar, os beneficiários têm interesse em que o PAM determine se a sua ajuda é adequada e eficaz. Assim, será determinado o nível de participação na avaliação de mulheres e homens de diferentes grupos. Não serão recolhidas informações diretamente junto de menores (rapazes e raparigas), devido às complexidades desta iniciativa relacionadas com as autorizações. Em vez disso, as perguntas relativas às crianças serão dirigidas aos adultos que cuidam delas durante as discussões dos grupos de centragem. O Gabinete de Angola assegurará que os beneficiários sejam apresentados através das vias adequadas de divulgação dos resultados da avaliação.	Os dados qualitativos foram recolhidos durante as discussões dos grupos de centragem que tiveram lugar no âmbito da avaliação final.
Ministérios do Governo (Ministérios, Governo Provincial e	O Ministério da Agricultura e Florestas, o Ministério da Educação, o Ministério da Acção Social e dos Assuntos da Mulher e o Ministério da Saúde, bem como outros governos provinciais e autoridades municipais, têm interesse directo em	Estes são membros do grupo de referência da avaliação e foram sistematicamente convidados a participar nas reuniões, a analisar e a dar

Stakeholders	Interesse e Participação na Avaliação	Como foram envolvidos
Administração Municipal)	saber se as actividades do PAM no país estão alinhadas com as suas prioridades, harmonizadas com a acção de outros parceiros e se atingem os resultados esperados. As questões relacionadas com o desenvolvimento das capacidades, a transferência e a sustentabilidade serão de especial interesse para os ministérios governamentais competentes.	<i>feedback</i> sobre os projectos de relatório. O pessoal-chave foi consultado durante as KII
Equipa de país das Nações Unidas (UNCT)	A acção harmonizada do UNCT deve contribuir para a realização dos objectivos de desenvolvimento do Governo. Por conseguinte, tem interesse em garantir que os programas do PAM contribuam eficazmente para os esforços concertados das Nações Unidas. Várias agências, como o ACNUR, a FAO e a UNICEF, são também parceiros directos do PAM, a nível político e de actividades.	O pessoal-chave do UNCT participou nas entrevistas aprofundadas que tiveram lugar no âmbito da avaliação final.
Organizações não governamentais (ONG)	As ONG, incluindo a World Vision, são parceiras do PAM para a execução de algumas actividades, ao mesmo tempo que têm as suas próprias intervenções. Os resultados da avaliação poderão afectar as futuras modalidades de execução, as orientações estratégicas e as parcerias. Estas organizações participarão na utilização dos resultados da avaliação para a execução do programa.	As ONG são membros do grupo de referência da avaliação e o pessoal-chave foi entrevistado durante a avaliação final como informadores-chave.
Doadores Banco Mundial, CERF, Conta de Resposta Imediata (IRA)	As intervenções do PAM são financiadas voluntariamente por vários doadores. Estes têm interesse em saber se os seus fundos foram gastos de forma eficiente e se o trabalho do PAM foi eficaz e contribuiu para as suas próprias estratégias e programas.	Durante a avaliação final, os representantes dos doadores foram consultados como informadores-chave.

130. Durante a fase de análise, a ET expandiu a análise das partes interessadas efectuada durante a fase inicial. Os resultados deste processo estão resumidos abaixo e representados graficamente na "**Error! Reference source not found.**":

Tabela 11: Visualização da análise do poder/interesse das partes interessadas

Poder e interesse	Partes interessadas	Papel e justificação
Alta potência, alto interesse	Escritório do PAM em Angola	Na qualidade de prestador de assistência técnica, o PAM tem um controlo significativo sobre a execução do programa e um interesse directo no seu êxito
	Escritórios de campo do PAM em Angola	
	Gabinete Regional (RB) de Joanesburgo	
	Divisões da sede do PAM: Investigação e Acompanhamento (RAM), Unidade de Resiliência (OSZPR) em (HQ)	
	Gabinete de Avaliação do PAM (OEV)	
	Conselho Executivo do PAM (CE)	
	ACNUR	Enquanto organização centrada no bem-estar dos refugiados, têm uma forte influência nos programas concebidos para os refugiados.
	Governo de Angola	O governo é o principal destinatário da assistência técnica e tem influência regulamentar e política, e através dos seus Ministérios (Saúde, Agricultura e Pescas) implementa directamente as políticas. Além disso, as unidades governamentais locais estão envolvidas na implementação de programas e políticas a nível local. Pelo contrário, os agentes comunitários de saúde, sob a alçada do Ministério da Saúde, facilitam a implementação mas têm um poder de decisão limitado.
Doadores	Financiam os programas e, por conseguinte, têm poder, mas o seu interesse reside sobretudo nos resultados e não no processo.	
Alta potência, baixo interesse	Nenhuma parte interessada é abrangida por esta categoria	
Baixa potência, alto interesse	Beneficiários (mulheres, raparigas, rapazes e homens)	Os beneficiários directos têm grande interesse em receber apoio, mas têm pouco poder sobre a execução do programa.
	Organizações não governamentais (ONG)	As ONG parceiras executam programas no terreno e estão muito interessadas nos resultados, com uma influência moderada. As igrejas religiosas e locais contribuem para o apoio alimentar e desempenham um papel na assistência comunitária.
Pouca energia,	Nenhuma parte interessada é abrangida por esta categoria	

pouco interesse		
------------------------	--	--

131. Durante a fase de análise, esta lista foi alargada e aperfeiçoada. Em primeiro lugar, foi compilada uma longa lista de intervenientes após uma identificação sistemática dos intervenientes através de pesquisa documental, consultas iniciais com a EMT, KIIs e DGFs. Posteriormente, estes foram categorizados e foi dada uma explicação pormenorizada das suas funções e importância. As informações obtidas nas entrevistas serviram de base para a realização de uma análise visual do poder, que oferece uma perspectiva estratégica da adequação das actividades do PAM às necessidades das partes interessadas e aos objectivos do PAM. A lista inicial foi depois consolidada e aperfeiçoada, eliminando duplicações e identificando as principais categorias de intervenientes, as suas funções, inter-relações e influência nas actividades em avaliação. Esta categorização ajudou a apoiar a análise, através da clarificação da contribuição, das expectativas e do impacto potencial de cada interveniente nos resultados do programa.

132. Esta abordagem alargou o âmbito da identificação das partes interessadas para além das entidades-chave, abrangendo todas as partes directa ou indirectamente ligadas às actividades do PAM em Angola, tal como mencionado pelos participantes na avaliação. As KIIs e as DGFs forneceram informações sobre os papéis, interesses e influência destes intervenientes, revelando outros, não evidentes na análise documental inicial, mas também esclareceram as complexidades e subtilezas do seu envolvimento. Análise do poder dos intervenientes

133. Para a visualização, é criada uma matriz de dois eixos, que representa as partes interessadas com base na sua influência (eixo Y) e interesse (eixo X). Esta matriz tem quatro quadrantes:

- **Grande influência, grande interesse: Gerir de perto (Quadrante B)**
Principais intervenientes (por exemplo, PAM, ACNUR, doadores).
- **Influência elevada, interesse reduzido: Manter-se satisfeito (Quadrante A)**
Por exemplo, autoridades governamentais, agências da ONU).
- **Baixa influência, elevado interesse: Manter-se informado (Quadrante D)**
(Por exemplo, comunidades locais, liderança local)
- **Pouca influência, pouco interesse: Monitor (Quadrante C)**
(Por exemplo, ONG com um envolvimento menos directo)

134. O tamanho dos círculos que representam cada grupo na matriz reflecte o poder relativo, a influência ou a importância desse grupo de interessados para a programação do PAM em Angola. Em primeiro lugar, foram definidos critérios claros para avaliar a influência (poder para efectuar mudanças ou tomar decisões) e o interesse (nível de interesse ou de participação nos resultados do programa) de cada grupo de intervenientes. A influência foi medida pela capacidade do interveniente de fornecer financiamento, tomar decisões políticas ou ter impacto na implementação do projecto. O interesse foi medido pela medida em que os resultados do programa afectam o interveniente, ou pelo seu nível de interesse no êxito do programa.

135. Com base nestes critérios, foram atribuídas pontuações a cada grupo de partes interessadas utilizando uma escala de 1 a 10, em que 1 representa uma influência/interesse mínimos e 10 significa uma influência/interesse máximos. Após esta análise, as partes interessadas foram pontuadas e foi calculada a média destas pontuações para determinar proporcionalmente a dimensão da representação de cada grupo de partes interessadas na matriz.

Anexo 12. Angola Contexto

pormenorizado do país

Demografia e economia

136. Angola, situada na costa sudoeste de África, tem um perfil demográfico caracterizado por uma população jovem e em rápida expansão. De acordo com as últimas estimativas, a população é de aproximadamente 32,8 milhões de habitantes, com uma trajectória de crescimento rápido.² Este crescimento é impulsionado por taxas de fertilidade elevadas e taxas de mortalidade em declínio, que reflectem as tendências mais amplas observadas na África Subsariana.³ As consequências da guerra civil prolongada em Angola tiveram efeitos duradouros na distribuição da população e nos resultados em matéria de saúde, com uma grande parte da população ainda a viver na pobreza e o país a continuar a enfrentar desafios em matéria de mortalidade materna e gravidez na adolescência.

137. No entanto, esta migração urbana também realçou a necessidade de diversificação económica, particularmente devido à forte dependência do país em relação ao petróleo. As flutuações nos preços do petróleo, como a queda significativa em 2014, afectaram a economia angolana, enfatizando a importância de uma base económica diversificada para mitigar os impactos na segurança alimentar e na estabilidade da população sob o impacto adicional dos padrões de migração regional.⁴

138. Angola viveu um período de rápido crescimento económico desde o fim da guerra civil em 2002, alimentado pela elevada produção e preços do petróleo. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita duplicou de 2.079 USD em 2002 para 4.164 USD em 2014. Este período de crescimento estabeleceu Angola como a terceira maior economia da África Subsariana e o segundo maior produtor de petróleo do continente.⁵

139. No entanto, a queda dos preços internacionais do petróleo em 2014 afectou significativamente a economia de Angola, o que teve efeitos em cascata na segurança alimentar da sua população e nos padrões de migração. Em resposta à recessão económica e à dependência excessiva do petróleo, o Governo angolano iniciou uma série de reformas destinadas a promover a estabilidade macroeconómica e o crescimento sustentável. Estas reformas incluem a adopção de um regime cambial mais flexível, que conduziu à desvalorização do kwanza, o que ajudou a realinhar a taxa de câmbio real sobrevalorizada, que se previa que conduzisse a um regresso a um crescimento económico positivo em Angola, com sectores não petrolíferos como a agricultura e as pescas a mostrarem sinais de expansão.⁶

140. Apesar do crescimento económico de 2002 a 2014, em que o PIB per capita duplicou, o declínio dos preços do petróleo expôs desequilíbrios macroeconómicos significativos. Esta situação levou à projecção do Fundo Monetário Internacional (FMI) de uma queda do PIB real de 4 por cento em 2020, devido a uma queda de 6,8 por cento na economia petrolífera e a uma desaceleração de 2,8 por cento na economia não petrolífera, 7 uma previsão que traça um panorama económico sombrio para o país.

141. Em resposta aos choques acima referidos, o compromisso assumido pelo governo no sentido de criar uma economia resiliente e diversificada constitui um passo no sentido de enfrentar estes desafios, em especial no que diz respeito ao sector agrícola, a fim de reduzir a pobreza e melhorar a segurança alimentar nas zonas rurais, tradicionalmente muito dependentes da agricultura de subsistência, que

² PAM. (2022). Resumo do PAM para Angola.

³ IMF (2023) IMF Country Report No. 18/370. Disponível em: <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/CR/2018/cr18370.ashx>

⁴ UNCTAD (2023) Perfil de Vulnerabilidade: Angola. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/aldc2022-vp-angola_en.pdf

⁵ Banco Mundial. 2018. Angola: Diagnóstico Sistemático do País: Criação de activos para os pobres.

⁶ FMI (2023)

⁷ UNCTAD. Impacto económico e social da COVID-19 em Angola 2021 (unctad.org)

emprega uma grande parte da população, tornando-a vital para o PIB do país.⁸ Existem obstáculos substanciais ao desenvolvimento, com uma elevada taxa de pobreza exacerbada pela falta de empregos de qualidade, em que cerca de 80 por cento do emprego é informal, e um desemprego urbano e juvenil notável.

142. Além disso, os recursos agrícolas de Angola continuam actualmente subutilizados e o país está exposto a vários riscos relacionados com as alterações climáticas. Com as secas cíclicas que afectam o sudoeste do país, a insegurança alimentar grave está a aumentar nestas áreas. A escassez de chuvas no sul e no centro do país reduz significativamente a produção agrícola, que é a principal fonte de alimentos para as famílias rurais.

143. À medida que o governo continua a implementar reformas, existe um optimismo cauteloso de que estas medidas possam conduzir a um panorama económico mais robusto e diversificado, apoiando um crescimento inclusivo. Os desenvolvimentos em curso estão preparados para moldar significativamente o quadro socioeconómico de Angola. A análise incidiu sobre vários aspectos, incluindo a pobreza, a segurança alimentar, a desnutrição, as políticas públicas, a vulnerabilidade, a igualdade de género e as questões humanitárias. No entanto, um dos principais desafios desta avaliação é a escassez de dados recentes sobre insegurança alimentar e nutricional, bem como sobre indicadores de pobreza e bem-estar social, uma vez que os números mais recentes disponíveis são do Instituto Nacional de Estatística (INE) para 2019/2020.

144. O progresso económico de Angola tem implicações significativas no acesso da sua população aos alimentos. Dados do Banco Mundial de 2018 indicam que quase metade dos angolanos vive abaixo do limiar de pobreza internacional, definido como ganhando menos de 1,90 USD por dia com base na paridade do poder de compra de 2011 (pobreza extrema). No entanto, o Inquérito sobre Despesas, Rendimento e Emprego (IDREA) de 2018-2019 apresenta um quadro um pouco diferente, sugerindo uma taxa de pobreza nacional agregada de 40,6 por cento (40,8 por cento para os homens, 40,2 por cento para as mulheres)⁹. Esta discrepância aponta para as diferentes condições económicas nas paisagens urbanas e rurais de Angola, bem como nas suas 11 regiões, conforme detalhado no Tabela 12. Para visualizar estas disparidades, Figura 4 na página seguinte apresenta um mapa detalhado da pobreza por município, ilustrando a distribuição geográfica da riqueza e da privação no país.

Tabela 12: Índice de Pobreza de Angola

	Angola (em percentagem)	Intervalo de confiança 95 por cento	
Incidência	40.6	38.2	43.1
Profundidade	10.1	9.3	10.9
Gravidade	4.4	4.0	4.9

Fonte: INE (2018-2019). *Inquérito às Receitas e Despesas (IDR)*

145. A disparidade entre as taxas de pobreza rural e urbana em Angola é acentuada, sendo a taxa de pobreza rural de 29,8 por cento significativamente inferior à taxa urbana de 57,2 por cento. O país apresenta um elevado nível de desigualdade, indexado a 0,51, com as zonas urbanas a apresentarem uma desigualdade ligeiramente superior (0,48) em comparação com as zonas rurais (0,44); no entanto, estas variações não são estatisticamente significativas. O encargo financeiro da nutrição é considerável; uma dieta adequada custa 3,22 USD por pessoa por dia, enquanto uma dieta saudável custa 4,87 USD. O alcance económico da nutrição é alarmante baixo, com 75 por cento dos angolanos incapazes de pagar

⁸ IFAD (2023) Angola: Agricultura e pescas transformando vidas e meios de subsistência rurais. Available at: https://www.ifad.org/documents/38714170/48054569/angola-booklet_e.pdf/b81b3fbd-a021-8362-1468-2d384a3f7358?t=1701444906367

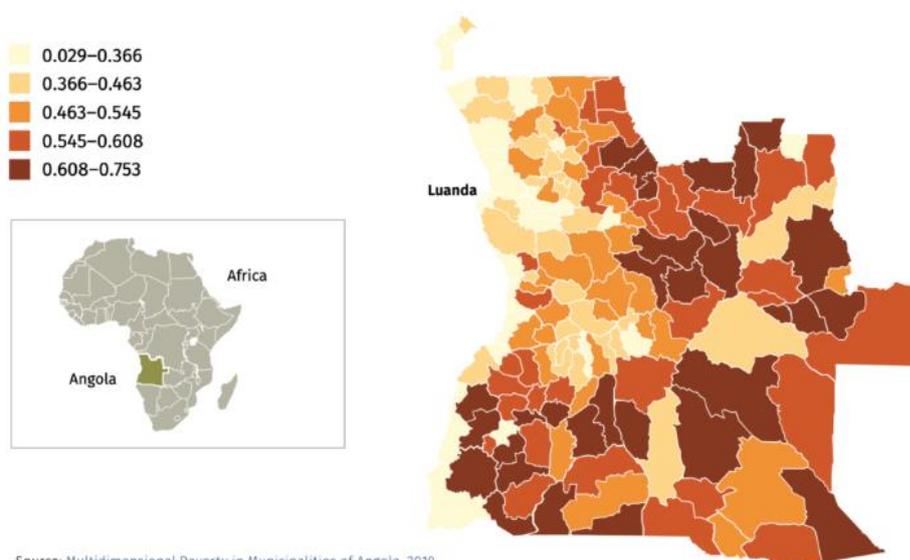
⁹ Instituto Nacional de Estatística (Angola): Relatório de pobreza para Angola - Inquérito sobre despesas e receitas 2018/2019, página 29. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/images/Relatorio_PobrezaIDR_FINAL_Portugues_DID.pdf

uma dieta adequada e 92,2 por cento incapazes de pagar uma dieta saudável, o que revela um desafio significativo para garantir a segurança alimentar da população.¹⁰

146. Em Angola, o rendimento mensal médio, agregado a partir de várias fontes, é de 29,02 dólares americanos. Este rendimento provém de três fontes principais: salários ou rendimentos do trabalho, rendimentos não laborais e auto-consumo ou auto-suficiência. O rendimento do trabalho é a fonte predominante, com uma média de 18,28 dólares por mês. A desigualdade é elevada, com um índice de Gini de 0,55, e é visível uma disparidade significativa na distribuição dos rendimentos, com os 20 por cento da população com rendimentos mais elevados (quinto quintil) a acumularem 91,92 USD, o que corresponde a 63 por cento do rendimento total. Por outro lado, os 20 por cento que ganham menos (primeiro quintil) recebem apenas 3,35 dólares, o que equivale a apenas 3 por cento do rendimento total. Isto indica que um indivíduo no quintil mais rico ganha, em média, pelo menos 20 vezes mais do que alguém no quintil mais pobre, o que realça a forte desigualdade de rendimentos no país.¹¹

147. O consumo médio mensal per capita é calculado em 32,99 USD, o que ultrapassa significativamente o valor reportado pelo IBEP (Inquérito aos Rendimentos e Despesas) em 12,11 USD. A nível regional, Luanda destaca-se com o consumo médio mais elevado de 49,82 dólares por pessoa, seguindo-se a região urbana Centro-Norte com 41,59 USD. Por outro lado, os níveis mais baixos de consumo são registados na região rural do sul. Surge um padrão consistente em que as zonas urbanas, em todas as regiões, apresentam taxas de consumo substancialmente mais elevadas do que as suas congéneres rurais. Esta disparidade evidencia o fosso económico entre os padrões de vida urbanos e rurais no país.¹²

Figura 4: Incidência da pobreza multidimensional em Angola por município (%)



Source: Multidimensional Poverty in Municipalities of Angola, 2019.

Fonte: [Pobreza multidimensional nos municípios de Angola, 2019](#)

Segurança alimentar

148. Nos últimos anos, Angola registou progressos significativos na garantia da segurança alimentar da sua população. O país cumpriu com sucesso a meta 3 do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) 1 até 2015, reduzindo para mais de metade a proporção de indivíduos que passam fome. De 67,5 por cento em 2000, a prevalência da fome em Angola caiu para 19 por cento em 2015,¹³ alinhando-se com a média

¹⁰ FAO (2020). O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI) 2020.

¹¹ INE (2018-2019). Inquérito às receitas e despesas (IDR)

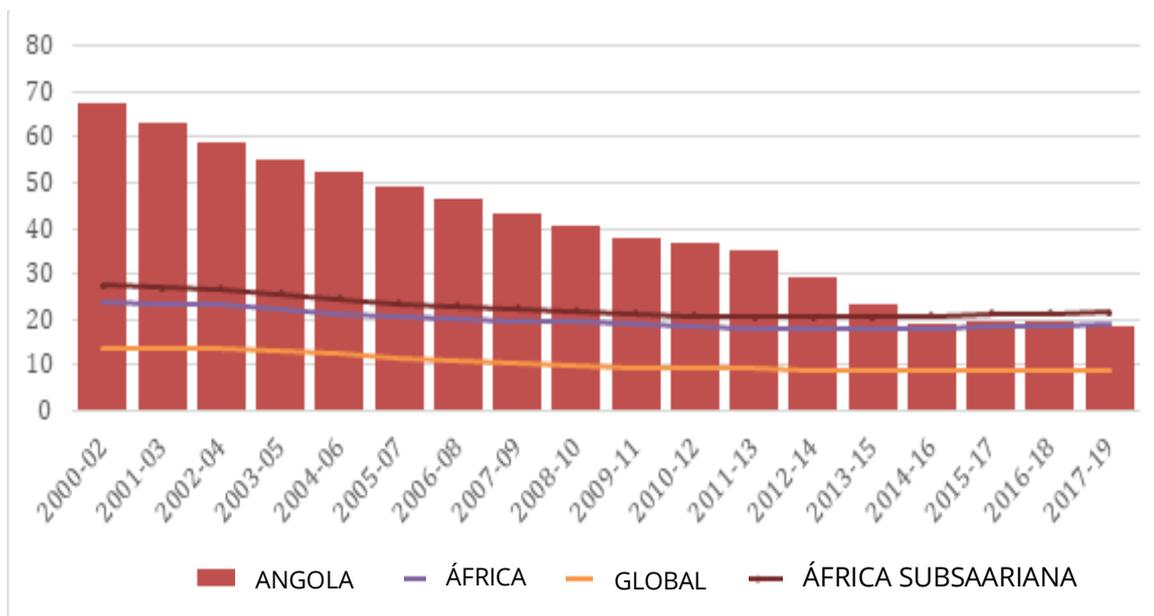
¹² INE (2018-2019). Inquérito às receitas e despesas (IDR)

¹³ Dados de FAOSTAT, SOFI 2020

africana e ficando abaixo do limiar da África Subsaariana. Este progresso, mantido até 2019, reflecte um desafio global mais amplo, uma vez que as taxas de fome têm vindo a aumentar nos últimos anos. No entanto, para cumprir os ODS até 2030, é necessário intensificar a acção colectiva para responder às necessidades dos cerca de 5,7 milhões de angolanos subnutridos.

149. Apesar dos progressos evidentes, nos últimos cinco anos, a redução da subnutrição em Angola estagnou, persistindo acima da marca dos 19 por cento. Actualmente, 5,7 milhões de angolanos enfrentam a subnutrição, com graves efeitos na sua qualidade de vida e potencial económico. Os dados históricos registam uma queda significativa nas taxas de fome, de 70 por cento para 19 por cento ao longo de uma década, reduzindo para metade a prevalência e marcando uma conquista global substancial (ver abaixo). As projecções optimistas sugerem que, até 2025, os esforços em curso poderão resultar numa redução adicional de 10 por cento das taxas de fome em Angola. Estes números realçam tanto os progressos substanciais efectuados como os esforços persistentes necessários para combater a fome no país.

Figura 5: Evolução e projecção do ODS 2: Erradicação da fome



Fonte: FAOSTAT Relatório sobre o estado da segurança alimentar e nutricional no mundo (SOFI) (FAO 2020)

Malnutrição

150. A desnutrição contribui significativamente para a taxa de mortalidade infantil do país, que se situa em 68 mortes por cada mil nados-vivos. Além disso, está implicada em 60 por cento das mortes de crianças com menos de cinco anos. A desnutrição crónica neste grupo etário aumentou de 29 por cento para 38 por cento entre 2007 e 2015, ultrapassando a média regional da África Austral de 29,1 por cento. A desnutrição aguda afecta cerca de 5 por cento das crianças com menos de cinco anos, enquanto a prevalência da anemia é alarmante elevada, com 65 por cento, e a dieta de apenas 13 por cento das crianças satisfaz os padrões mínimos aceitáveis em termos de frequência e qualidade. Com os serviços de nutrição a chegarem a poucos necessitados, existe uma lacuna evidente na prestação e na qualidade do apoio nutricional. O baixo peso à nascença afecta 15,3 por cento das crianças em Angola, e menos de metade dos bebés com menos de 6 meses amamentam exclusivamente, o que afecta a sua nutrição desde cedo. Além disso, a suplementação de vitamina A e ferro é alarmante baixa, com 6 por cento e 11 por cento, respectivamente, sublinhando a necessidade urgente de programas e intervenções nutricionais melhorados, como o apoio ao aleitamento materno e a suplementação de micronutrientes para melhorar o estado nutricional das crianças. Para os principais indicadores de nutrição em Angola, ver Tabela 13 abaixo.

Tabela 13: Principais indicadores de nutrição em Angola

Indicador	Índice	Ano, Fonte
Aleitamento materno exclusivo, bebés dos 0 aos 5 meses de idade.	37%	IIMS 2015- 2016, INE ¹⁴
Prevalência de baixo peso à nascença (peso inferior a 2500g)	11%	IIMS 2015- 2016, INE
Prevalência da desnutrição crónica	38%	IIMS 2015- 2016, INE
Prevalência de desnutrição aguda, relação peso e altura em crianças com menos de 5 anos de idade	5%	IIMS 2015- 2016, INE
Peso a menos ou desnutrição geral	19%	IIMS 2015- 2016, INE
Dieta mínima diversificada em crianças dos 6 aos 23 meses de idade.	32%	IIMS 2015- 2016, INE
Prevalência de anemia em crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 59 meses	65%	IIMS 2015- 2016, INE
Prevalência de anemia em mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos	47%	FAOSTAT, FAO ¹⁵

151. A análise mais recente da Classificação Integrada das Fases de Segurança Alimentar (CIP) da desnutrição aguda em 10 municípios do sul de Angola estimou que cerca de 114 000 crianças com menos de cinco anos estavam em risco de desnutrição aguda em 2022, tendo sido identificadas como necessitando de intervenção (ver Figura 6).¹⁶ De Abril a Setembro de 2021, Humpata e Jamba, na província da Huíla, juntamente com Bibala e Moçâmedes, na província do Namibe, enfrentaram níveis graves de desnutrição aguda (IPC Acute Malnutrition (AMN) Phase 3). Entretanto, Cuanhama e Cuvelai, no Cunene, Chibia e Quilengues, na Huíla, e Camucuio, no Namibe, apresentavam níveis de alerta de DAM (IPC AMN Fase 2), e o município de Namacunde, no Cunene, era o menos afectado e constava como estando num nível aceitável (IPC AMN Fase 1). De acordo com o mesmo relatório, os factores que agravam a desnutrição incluem uma ingestão alimentar deficiente associada a uma insegurança alimentar aguda, cuidados e práticas de alimentação insuficientes e uma elevada incidência de doenças infecciosas, exacerbada por um acesso inadequado a água potável, saneamento, baixas taxas de imunização e comportamentos de procura de saúde.

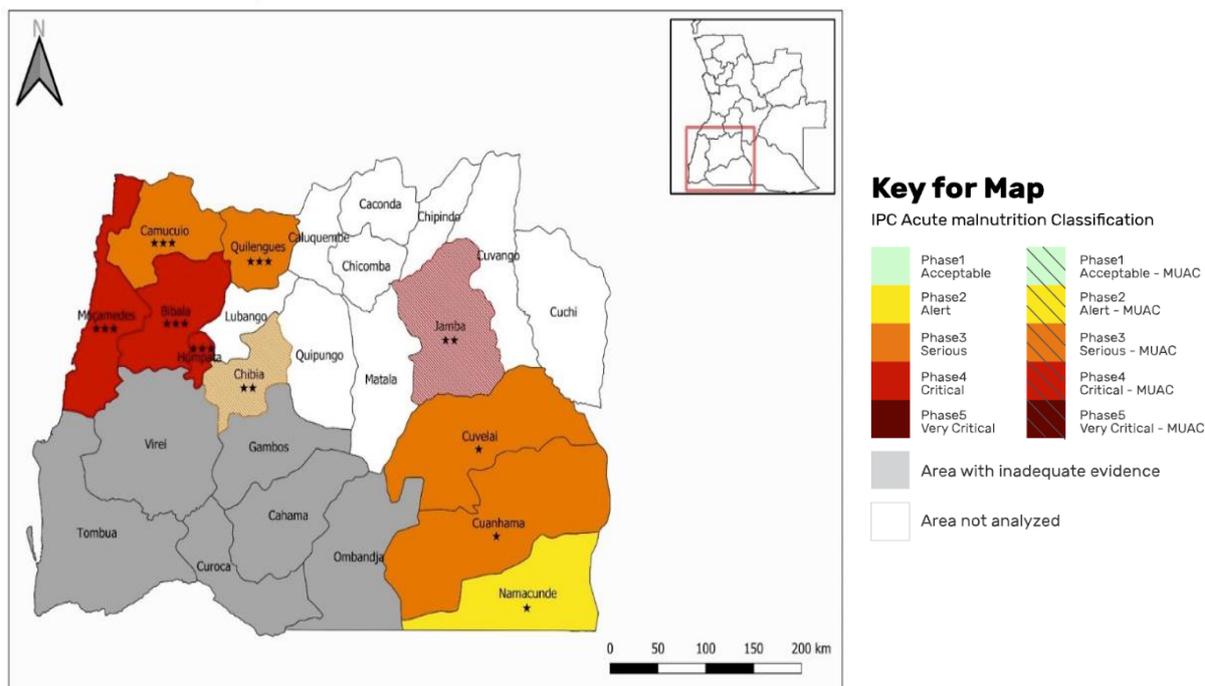
¹⁴ INE. Instituto Nacional de Estatística. Inquéritos de Indicadores Múltiplos por Agregados (IIMS 2015-2016), 2015 Angola.

¹⁵ FAOSTAT. (2020). O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI) 2020.

¹⁶ IPC (2021) Angola: Desnutrição aguda abril - setembro de 2021 e Projeção para outubro de 2021 - fevereiro de 2022 Disponível em: <https://www.ipcinfo.org/ipc-country-analysis/details-map/en/c/1155300/?iso3=AGO>

Figura 6 : Classificação da desnutrição aguda no Sudeste de Angola

October 2021 - February 2022



Fonte: IPC (2021).

Políticas públicas

152. O Governo angolano está ativamente empenhado em ultrapassar os desafios estruturais ao desenvolvimento sustentável da nação. Alinhado com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018-2022,¹⁷ os ODS, e o orçamento nacional plurianual, estão a ser feitos esforços para assegurar uma transição estratégica para o crescimento e o desenvolvimento. O PND foi conscienciosamente elaborado para incluir medidas de igualdade de género, destacando o empoderamento das mulheres rurais como um objectivo central do Ministério da Acção Social, Família e Empoderamento das Mulheres (MASFAMU).

153. Em resposta ao afluxo de refugiados da República Democrática do Congo, Angola criou uma comissão interministerial. Este órgão, composto por funcionários de alto nível dos sectores da defesa, interior, saúde, agricultura e pescas, água e energia, planeamento e economia, bem como pelo Governador Provincial da Lunda Norte, procura racionalizar e coordenar esforços. O MASFAMU foi designado como parceiro do ACNUR para supervisionar todos os aspectos da gestão e assistência aos refugiados.

Alimentação escolar

154. O Programa de Almoço Escolar em Angola, criado em 1999, inicialmente sob a gestão do PAM até 2007, tinha como objectivo melhorar a frequência escolar e reduzir a fome nas áreas afectadas por conflitos. De 2008 a 2012, o Ministério da Educação assumiu a gestão, marcando uma mudança para a apropriação nacional. Desde 2013, o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher gere o programa, que funciona agora sob o controlo descentralizado das administrações municipais. A partir do

¹⁷ GoA (2018) Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola (PND, 2018-2022). Disponível em: <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/njax/~edisp/minfin601408.pdf>

ano lectivo de 2020-2021, o programa atingiu 2018 escolas primárias públicas e público-privadas, atendendo a 1.890.610 alunos, impactando significativamente a educação em áreas rurais e carentes.¹⁸

155. Apesar dos seus sucessos, o programa enfrenta desafios, particularmente no que diz respeito à garantia de financiamento e infra-estruturas consistentes. A descentralização levou a uma eficácia desigual entre os municípios, dependendo dos seus recursos. A pandemia de COVID-19 perturbou ainda mais as operações, salientando a necessidade de estratégias mais resilientes. O programa centra-se no fornecimento de refeições equilibradas que incluem grupos de alimentos essenciais, e a sua cobertura de quase 18 por cento das crianças do ensino primário sublinha a sua importância. O envolvimento da comunidade, com agricultores locais a fornecer alimentos e comités escolares a supervisionar a implementação, tem sido crucial para garantir que o programa satisfaz as necessidades locais e apoia a sustentabilidade.

Compromisso do PAM

156. O PAM tem trabalhado activamente em Angola para apoiar as populações afectadas pela insegurança alimentar e pela subnutrição, especialmente nas zonas atingidas pela seca. As iniciativas do PAM em Angola incluem a prestação de assistência alimentar regular aos refugiados da RDC, a implementação de operações de vales de produtos de base para apoiar as famílias durante a seca grave e o início de intervenções nutricionais para tratar a malária nas crianças. O programa de alimentação escolar tem por objectivo fornecer refeições quentes a crianças vulneráveis do ensino primário em zonas afectadas pela seca, estimulando a produção agrícola local.¹⁹

Análise e cartografia de vulnerabilidades (VAM)

157. A questão da seca em Angola, particularmente nas regiões do sul, tem tido um profundo impacto na população, como detalhado num relatório recente da CNPC²⁰ que estimava que 1,5 milhões de pessoas estavam em risco devido às condições de seca. Estas condições não só afectaram as pessoas, como também tiveram um impacto significativo na agricultura e na pecuária, com centenas de milhares de famílias e um número substancial de animais a serem afectados negativamente.

158. Durante a época agrícola de 2020-2021, a seca e as infestações de gafanhotos afectaram gravemente várias províncias, incluindo Cuando Cubango, Cunene, Benguela, Huíla e Namibe.²¹ A insegurança alimentar e nutricional resultante é particularmente grave nas zonas rurais, com os níveis de DAM a atingirem níveis críticos em certos municípios. Por exemplo, Humpata e Jamba, na província da Huíla, e Bibala e Moçâmedes, na província do Namibe, registaram níveis graves de DAM.

159. Os relatórios da UNICEF ilustram ainda mais as circunstâncias terríveis enfrentadas pelas comunidades durante este período, com as mulheres, as crianças e os idosos a terem frequentemente de percorrer longas distâncias para irem buscar água. Isto tem um efeito de arrastamento na educação e no bem-estar geral da comunidade, com crianças como Tchirinho Vataleni a passarem horas todos os dias a escavar para ir buscar água em vez de irem à escola.

160. Os desafios são vastos e multifacetados, exigindo esforços concertados em termos de intervenção e apoio. Os dados do relatório do IPC em 2019 indicaram que várias comunidades em províncias como Cuando Cubango, Cunene e Huíla 24 comunidades em 8 municípios em três províncias do Sul (Quando Cubango, Cunene e Huíla) têm um total de 424.164 agregados familiares em risco de crise alimentar.²²

¹⁸ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (GCMF). (2023). Inquérito Global sobre Programas de Refeições Escolares: República de Angola https://gcmf.org/wp-content/uploads/2023/02/Angola_r1_02132023.pdf

¹⁹ PAM (n.d.) Angola. Disponível em: <https://www.wfp.org/countries/angola>

²⁰ Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC). Relatório Técnico sobre a Seca em Angola. março de 2021

²¹ Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional do MINAGRIP. Versão Preliminar.2021. Angola

²² Sudoeste de Angola: Snapshot de Segurança Alimentar e Nutricional do IPC. 2021

161. Entre os principais riscos relacionados com a água encontram-se as inundações, a erosão e a desertificação. As cheias são o risco natural predominante, afectando uma média de cerca de 100.000 pessoas por ano, aproximadamente 0,4 por cento da população total do país em 2016.²³

162. Angola também enfrenta desafios significativos relacionados com a água, incluindo inundações, erosão e desertificação.²⁴ As cheias são um perigo natural frequente, afectando cerca de 100.000 pessoas anualmente, cerca de 0,4 por cento da população em 2016.²⁵ As repercussões destas inundações não são apenas humanas, uma vez que também afectam a economia do país, com um impacto médio de 0,7 por cento no PIB nacional total todos os anos. As zonas urbanas, especialmente as províncias mais urbanizadas como Luanda, Cabinda e Huambo, são frequentemente as mais afectadas.

163. As práticas agrícolas em Angola têm-se mantido relativamente estáveis em termos de emissões de CO² nas últimas três décadas,²⁶ com as práticas de queima a contribuírem significativamente, representando cerca de 78,7 por cento do total das emissões. Este facto exige uma redução destas práticas para mitigar o impacto ambiental.

164. Além disso, a insegurança alimentar e a subnutrição são preocupações prementes de saúde pública em Angola. Factores como a pobreza, a diversidade alimentar limitada, a falta de saneamento e de higiene, o acesso aos serviços de saúde, as fontes de água potável e a desigualdade entre os sexos estão na origem destas questões. As secas, especialmente nas regiões sul e centro, agravam a situação de segurança alimentar, e tem havido poucos progressos na redução da desnutrição e das deficiências de micronutrientes. O acesso aos alimentos está estreitamente ligado aos níveis de pobreza e existe uma disparidade entre os géneros no acesso aos alimentos e na tomada de decisões relativas às compras domésticas.²⁷

Igualdade de género e empoderamento das mulheres

165. Embora Angola não esteja incluída no Índice de Desigualdade de Género ou no Índice de Desenvolvimento de Género, o país está listado no Relatório Global de Desigualdade de Género de 2018 do Fórum Económico Mundial, ocupando a posição 125th entre 149 países, significativamente abaixo da média global. Angola é afectada por desigualdades de género estruturais e socioculturais, incluindo a falta de políticas sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos, acesso limitado à educação, violência contra as mulheres, oportunidades de trabalho e equidade salarial limitadas e participação limitada nos domínios público e político, com apenas 31 por cento dos assentos parlamentares ocupados por mulheres.

166. De acordo com a Constituição, ambos os sexos gozam de direitos iguais.²⁸ No entanto, na prática, os papéis restritivos de género limitam os direitos e as oportunidades das mulheres, especialmente das raparigas. A conclusão do ensino secundário duplica as hipóteses de as mulheres obterem um salário mediano. Sem educação, as mulheres estão frequentemente limitadas a empregos agrícolas de baixa produtividade e à economia informal. Além disso, as mulheres têm menos acesso aos factores de produção e ao crédito do que os homens, o que é particularmente importante para os agricultores e empresários. Poucas mulheres são proprietárias de terras, apesar de serem responsáveis por 70 por cento da agricultura

²³ CIMA/UNISDR (2018) Perfil de Risco de Desastres para Angola.

²⁴ Universidade de Gotemburgo (2021) Environmental disaster and civic responses in Angola. Disponível em: <https://www.gu.se/en/research/environmental-disaster-and-civic-responses-in-angola>

²⁵ CIMA/UNISDR (2018) Perfil de Risco de Desastres para Angola.

²⁶ FAOSTAT. 2020. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI) 2020.

²⁷ FAO (2023) Perfil nacional de género da agricultura e dos meios de subsistência rurais: Angola. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc7104en/cc7104en.pdf>

²⁸ Decreto Presidencial. 226/20. Aprovação da Estrutura Orgânica do Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher

tradicional de subsistência e 24 por cento da agricultura comercial.²⁹ O rendimento nacional bruto per capita das mulheres é de 5.497 dólares, em comparação com 8.169 dólares para os homens.

167. Em Angola, para além da vulnerabilidade nutricional das mulheres, existe uma elevada prevalência de anemia entre as mulheres em idade fértil (48 por cento) e uma baixa prevalência de aleitamento materno exclusivo (38 por cento). As mulheres enfrentam limitações em termos de factores de produção, particularmente no acesso à terra, serviços de extensão e desenvolvimento rural, insumos, serviços financeiros, tecnologia, educação, serviços de saúde e cuidados infantis. Estas limitações têm um impacto negativo na sua capacitação económica. Das 20.000 mulheres que participam nas Escolas de Campo (ECAs) em Angola, estima-se que apenas 7 por cento actuam como facilitadoras e menos de 20 por cento recebem formação como Master Trainers (FAO, 2020).

168. As mulheres também registam níveis mais elevados de analfabetismo, com uma taxa de alfabetização de apenas 53 por cento, que é 26 por cento inferior à dos homens. Estes factores limitam ainda mais o seu acesso aos mercados formais de emprego. De acordo com o INE, em 2019, as mulheres representavam 50,5 por cento da população em Angola, com uma taxa de actividade económica de 86,6 por cento. Trabalham predominantemente nos sectores da agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca (59,2 por cento em comparação com 46,9 por cento dos homens), bem como nas actividades comerciais (24,7 por cento em comparação com 11,1 por cento dos homens). A maior parte do seu trabalho é no sector informal (84,7 por cento, o que é 9 por cento superior à média nacional). No entanto, as mulheres são desproporcionadamente afectadas pelo desemprego, com uma taxa de 31 por cento (ou 2.331.886 mulheres).

Questões humanitárias, padrões de migração e protecção humanitária

169. Angola é um país tradicionalmente anfitrião de refugiados e requerentes de asilo, acolhendo actualmente mais de 56.000 pessoas preocupantes. Esta população é maioritariamente composta por refugiados e requerentes de asilo da RDC, dos quais 17 por cento vieram durante o afluxo maciço de 2017 do Grande Kasai. A maioria deles vive agora em locais urbanos, enquanto a população do assentamento de refugiados do Lóvuá, na província de Lunda Norte, diminuiu consideravelmente desde o início da crise da RDC em 2017, com aproximadamente 7.000 refugiados. No entanto, 9 em cada 10 agregados familiares do Lóvuá continuam a depender da assistência alimentar como principal fonte de subsistência.³⁰

170. O país sofreu deslocações internas e transfronteiriças devido a conflitos e catástrofes naturais, o que deu origem a um número substancial de refugiados e de pessoas deslocadas internamente (PDI). A protecção humanitária é crucial para garantir a segurança e o bem-estar destas populações vulneráveis, uma vez que enfrentam numerosos riscos, incluindo a violência, a exploração e a falta de acesso a serviços básicos. O afluxo de refugiados e de pessoas deslocadas internamente pode também sobrecarregar os recursos e as infra-estruturas das comunidades de acolhimento, conduzindo a tensões sociais e à competição por recursos limitados. Respostas humanitárias eficazes exigem a colaboração entre as autoridades governamentais, as organizações humanitárias e as agências internacionais para prestar assistência essencial, promover a coesão social e aliviar as dificuldades enfrentadas por todas as comunidades afectadas em Angola.

171. Para fazer face a uma série de questões humanitárias em Angola, vários agentes humanitários e de desenvolvimento têm participado activamente na prestação de apoio e assistência, paralelamente ao PAM. Doadores e agências de longa data, como o ACNUR, a UNICEF e várias ONG internacionais, têm desempenhado um papel vital na prestação de assistência às comunidades afectadas. Devido à seca recorrente no sul de Angola, especialmente nas províncias do Cunene, Huíla e Namibe, e ao apoio aos refugiados na Lunda Norte, existem projectos e programas de desenvolvimento comunitário e de emergência financiados pelo Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, USAID, CERF, União Europeia e fundos de algumas embaixadas, que criam sinergias e complementaridades entre o PAM e

²⁹ Decreto Presidencial. 35/22. Criação do Prémio Nacional para "Mulheres de Mérito" e respetivo Regulamento

³⁰ IPC. 2021. Além disso, Angola é um país tradicionalmente anfitrião de refugiados e requerentes de asilo, acolhendo atualmente mais de 56 000 pessoas que suscitam preocupação.

outras agências das Nações Unidas (FAO, UNICEF, PNUD, UNFPA, OMS e ACNUR), ONG nacionais (ADRA, ADPP), ONG internacionais (World Vision, CUAMM Africa e JAM), com uma abordagem temática centrada na segurança alimentar, nutrição, saúde, educação, protecção social e agricultura.

172. Estas organizações têm colaborado com o Governo angolano para prestar serviços essenciais, incluindo alimentação, cuidados de saúde, abrigo e protecção a refugiados, deslocados internos e populações vulneráveis. Também se concentraram no combate à malnutrição, implementando programas de nutrição e apoiando as instalações de cuidados de saúde. No entanto, apesar dos esforços destes actores, os desafios persistem devido à escala das necessidades humanitárias e aos recursos limitados. Um financiamento e recursos adequados são cruciais para sustentar e expandir as intervenções humanitárias de modo a chegar às populações mais vulneráveis e garantir o desenvolvimento a longo prazo em Angola.

Anexo 13. Resultados estratégicos e resultados de produção

Resultados estratégicos e resultados de realização: Beneficiários por modalidade (2019-2020).

Resultado A, E* Os refugiados recebem vales incondicionais e/ou transferências de alimentos com mensagens nutricionais para satisfazerem as suas necessidades alimentares e nutricionais básicas.						
Ano	Modalidade	Grupo de beneficiários	Subactividade	Unidade de medida	Planeado	Actual
2019	Beneficiários de transferências alimentares	Todos	Distribuição geral	Feminino	5 084	10 228
				Masculino	4 916	9 889
				Total	10 000	20 117
	Beneficiários de transferências monetárias	Todos	Distribuição geral	Feminino	17 792	0
				Masculino	17 208	0
				Total	35 000	0
	Transferências de alimentos			MT	4 766	3 403
Transferências em dinheiro			USD	4 859 980	0	
Número de pessoas abrangidas por abordagens interpessoais de CMSC (mulheres)			Distribuição geral	Número	5 000	0
Número de pessoas abrangidas por abordagens interpessoais de CMSC (homens)			Distribuição geral	Número	5 000	0
Resultado estratégico 01: Os refugiados e outras populações afectadas por crises em Angola podem satisfazer as suas necessidades alimentares e nutricionais básicas em tempos de crise.						
2020	Beneficiários de transferências alimentares	Todos	Distribuição geral	Feminino	3 304	3 406
				Masculino	3 196	3 292
				Total	6 500	6 698
	Transferências de alimentos			MT	3 733	1 045
Número de pessoas abrangidas por abordagens interpessoais de CMSC (homens)			Distribuição geral	Número	15 000	3 123

	Número de pessoas abrangidas por abordagens interpessoais de CMSC (mulheres)			Número	30 000	5 045
	Beneficiários de transferências alimentares	Todos	Assistência alimentar para o património	Feminino	64	0
Masculino				61	0	
Total				125	0	
	Transferências de alimentos			MT	259	0

Fonte: *Relatórios anuais do PAM para Angola, [2019](#), [2020](#)*

Anexo 14. Beneficiários do programa para refugiados, por sexo e grupo etário

173. O quadro seguinte apresenta uma análise da distribuição dos beneficiários dos programas do PAM de 2017 a 2022, centrando-se principalmente nos refugiados residentes e não residentes. Os dados incluem o total de beneficiários e repartições pormenorizadas por sexo e grupos etários, destacando os números reais em relação aos planeados. Ao longo dos anos, observam-se variações na consecução dos objectivos, com alguns anos a revelarem uma superação, em especial em 2017, enquanto outros anos, como 2018 e 2019, indicam uma sub-execução.

Tabela 14: Beneficiários por sexo e grupo etário (previsto/real) (2017-2022)

Anos	Categoria do beneficiário	Género	Planeado	Actual	Real vs. Planeado
2017	Total de beneficiários	Feminino	11 721	14 410	122.9%
		Masculino	11 279	13 789	122.3%
		Total	23 000	28 199	122.6%
	Adultos (mais de 18 anos)	Feminino	4 703	6 458	137.3%
		Masculino	4 477	6 147	137.3%
		Total	9 180	12 605	137.3%
	Crianças (5-18 anos)	Feminino	3 429	4 709	137.3%
		Masculino	3 183	4 371	137.3%
		Total	6 612	9 080	137.3%
	Crianças (menos de 5 anos)	Feminino	3 589	3 243	90.4%
		Masculino	3 619	3 271	90.4%
		Total	7 208	6 514	90.4%
2018	Total de beneficiários	Feminino	17 885	11 138	62.3%
		Masculino	17 115	10 658	62.3%
		Total	35 000	21 796	62.3%
	Adultos (mais de 18 anos)	Feminino	8 015	4 991	62.3%
		Masculino	7 630	4 752	62.3%
		Subtotal	15 645	9 743	62.3%
	Crianças (5-18 anos)	Feminino	5 845	3 640	62.3%
		Masculino	5 425	3 378	62.3%
		Subtotal	11 270	7 018	62.3%
	Crianças (menos de 5 anos)	Feminino	4 025	2 507	62.3%
		Masculino	4 060	2 528	62.3%
		Subtotal	8 085	5 035	62.3%
2019	Total de beneficiários	Feminino	17 795	10 228	57%
		Masculino	17 205	9 889	57%

Anos	Categoria do beneficiário	Género	Planeado	Actual	Real vs. Planeado	
	Adultos (mais de 18 anos)	Total	35 000	20 117	57%	
		Feminino	7 948	4 570	57%	
		Masculino	7 826	4 498	57%	
	Crianças (5-18 anos)	Subtotal	15 774	9 068	57%	
		Feminino	5 874	3 375	57%	
		Masculino	5 624	3 232	57%	
	Crianças (menos de 5 anos)	Subtotal	11 498	6 607	57%	
		Feminino	3 973	2 283	57%	
		Masculino	3 755	2 159	57%	
	2020	Total de beneficiários	Subtotal	7 728	4 442	57%
			Feminino	3 368	3 406	101%
			Masculino	3 257	3 292	101%
Adultos (mais de 18 anos)		Total	6 625	6 698	101%	
		Feminino	1 504	1 521	101%	
		Masculino	1 481	1 498	101%	
Crianças (5-18 anos)		Subtotal	2 985	3 019	101%	
		Feminino	1 112	1 124	101%	
		Masculino	1 065	1 076	101%	
Crianças (menos de 5 anos)		Subtotal	2 177	2 200	101%	
		Feminino	752	761	101%	
		Masculino	711	718	101%	
2021	Total de beneficiários	Subtotal	1 463	1 479	101%	
		Feminino	3 304	3 632	110%	
		Masculino	3 196	3 455	108%	
	Adultos (mais de 18 anos)	Total	6 500	7 087	109%	
		Feminino	1 475	1 455	99%	
		Masculino	1 454	1 299	89%	
	Crianças (5-18 anos)	Subtotal	2 929	2 754	94%	
		Feminino	1 091	1 224	112%	
		Masculino	1 045	1 175	112%	
	Crianças (menos de 5 anos)	Subtotal	2 136	2 399	112%	
		Feminino	738	953	129%	
		Masculino	697	981	141%	
2022	Total de beneficiários	Subtotal	1 435	1 934	135%	
		Feminino	150 749	37 346	25%	
		Masculino	142 751	35 621	25%	
	Adultos (mais de 18 anos)	Total	293 500	72 967	25%	
		Feminino	69 812	15 811	23%	
		Masculino	64 560	15 405	24%	

Anos	Categoria do beneficiário	Género	Planeado	Actual	Real vs. Planeado
		Subtotal	134 372	31 216	23%
	Crianças (5-18 anos)	Feminino	53 406	12 143	23%
		Masculino	51 370	11 614	23%
		Subtotal	104 776	23 757	23%
	Crianças (menos de 5 anos)	Feminino	27 531	9 392	34%
		Masculino	26 821	8 602	32%
		Subtotal	54 352	17 994	33%

Anexo 15. Acrónimos

Acrónimo	Definição em Português	Acronym	Definition in English
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados	UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees
ACR	Relatório Anual por País	ACR	Annual Country Report
ADRA	Agência Adventista de Desenvolvimento e Assistência	ADRA	Adventist Development and Relief Agency
AF	Agregado Familiar	HH	Household
AFI	Insegurança Alimentar Aguda	AFI	Acute Food Insecurity
AGD	Idade, Género e Diversidade	AGD	Age, Gender and Diversity
ALNAP	Rede de Aprendizagem Activa para a Responsabilidade e o Desempenho	ALNAP	Active Learning Network for Accountability and Performance
AO	Escritório do PAM em Angola	AO	WFP Office in Angola
APM	Associação de Pais e Professores	PTA	Parent-Teacher Association
ASPU	Alimento Suplementar Pronto-para-Usado	RUSF	Ready-to-Use Supplementary Food
AT	Assistência Técnica	TA	Technical Assistance
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	ADB	African Development Bank
BM	Banco Mundial	WB	World Bank
CCA	Classificação do Consumo de Alimentos	FCS	Food Consumption Score
CE	Comité de Avaliação	EC	Evaluation Committee
CERF	Fundo Central de Resposta a Emergências	CERF	Central Emergency Response Fund
CERF DA ONU	Fundo Central de Resposta a Emergências da ONU	UN CERF	UN Central Emergency Response Fund
CFM	Mecanismo de Reclamações e Sugestões	CFM	Complaints and Feedback Mechanism
CMAM	Gestão da desnutrição aguda com base na comunidade	CMAM	Community-based Management of Acute Malnutrition
CMSC	Comunicação sobre Mudanças Sociais e Comportamentais	SBCC	Social and Behavior Change Communication
CNPC	Comissão Nacional de Protecção Civil	CNPC	National Civil Protection Commission
CO₂	Dióxido de Carbono	CO₂	Carbon Dioxide
COVID-19	Doença do Coronavírus 2019	COVID-19	Coronavirus Disease 2019
DA	Desnutrição Aguda	AMN	Acute Malnutrition
DAC	Comissão de Assistência ao Desenvolvimento	DAC	Development Assistance Committee

Acrónimo	Definição em Português	Acronym	Definition in English
DAM	Desnutrição Aguda Moderada	MAM	Moderate Acute Malnutrition
DAS	Desnutrição Aguda Severa	SAM	Severe Acute Malnutrition
DEQAS	Sistema descentralizado de garantia da qualidade da avaliação	DEQAS	Decentralized Evaluation Quality Assurance System
DGA	Distribuição Geral de Alimentos	GFD	General Food Distribution
DGF	Discussão de Grupo Focais	FDG	Focus Group Discussion
EB	Conselho Executivo do PAM	EB	Executive Board
EM	Gestor de Avaliação	EM	Evaluation Manager
ENSAN II	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	ENSAN II	National Food Security and Nutrition Strategy
ERG	Grupo de Referência para a Avaliação	ERG	Evaluation Reference Group
ET	Equipa de avaliação	ET	Evaluation Team
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	FAO	Food and Agriculture Organization
FMI	Fundo Monetário Internacional	IMF	International Monetary Fund
FRESCO	Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola	FRESAN	Strengthening Resilience and Food and Nutrition Security in Angola
FSN	Segurança Alimentar e Nutricional	FSN	Food Security and Nutrition
FSQ	Segurança e Qualidade de Alimento	FSQ	Food Safety and Quality
FSWG	Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar	FSWG	Food Security Working Group
GdA	Governo de Angola	GoA	Government of Angola
GEWE	Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres	GEWE	Gender Equality and Women's Empowerment
GPS	Gabinete Provincial de Saúde / Gabinete Provincial (Departamento) de Saúde	PHO	Provincial Health Office
GSA	Gabinete de Segurança Alimentar	GSA	Office of Food Security
HGSF	Alimentação Escolar Caseira	HGSF	Home-Grown School Feeding
IBEP	Inquérito aos Rendimentos e Despesas	IBEP	Income and Expenditure Survey
IDREA	Inquérito sobre Despesas, Rendimentos e Emprego	IDREA	Income, Expenditure, and Employment Survey
IIMS	Inquérito sobre Indicadores Múltiplos e Saúde em Angola	IIMS	Angola's Multiple Indicator and Health Survey
INE	Instituto Nacional de Estatística	INE	National Institute of Statistics
IPC	Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar	IPC	Integrated Food Security Phase Classification
IRA	Conta de Resposta Imediata	IRA	Immediate Response Account
KII	Entrevista com Informadores-Chave	KII	Key Informant Interview

Acrónimo	Definição em Português	Acronym	Definition in English
MdE	Memorando de Entendimento	MoU	Memorandum of Understanding
MINAGRIP	Ministério da Agricultura e Pescas de Angola	MINAGRIP	Ministry of Agriculture and Fisheries of Angola
MT	Toneladas Métricas	MT	Metric Tons
OCDE-CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico	OECD-DAC	OECD Development Assistance Committee
ODM	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio	MDG	Millennium Development Goal
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável	SDG	Sustainable Development Goals
OEV	Gabinete de Avaliação do PAM		WFP Office of Evaluation
ONG	Organização Não-Governamental	NGO	Non-Governmental Organization
ONU	Organização das Nações Unidas	UN	United Nations
PAM	Programa Alimentar Mundial	WFP	World Food Programme
PBW	Mulheres Grávidas e Lactantes	PBW	Pregnant and Breastfeeding Women
PDA	Política de Desenvolvimento Agrícola	ADP	Agricultural Development Policy
PDI	Pessoa Deslocada Internamente	IDP	Internally Displaced Person
PDM	Monitoria Pós-Distribuição	PDM	Post-Distribution Monitoring
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional	NDP	National Development Plan
PEIP	Plano Estratégico Nacional Provisório	ICSP	Interim Country Strategic Plan
PEP	Plano Estratégico do Pai	CSP	National Strategic Plan
PIB	Produto Interno Bruto	GDP	Gross Domestic Product
PNASE	Política Nacional de Alimentação Escolar e Saúde 2012-2025	PNASE	National School Feeding and Health Policy 2012-2025
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	UNDP	United Nations Development Programme
PSEA	Protecção contra a Exploração e o Abuso Sexual	PSEA	Protection from Sexual Exploitation and Abuse
RAM	Investigação e Acompanhamento do PAM	RAM	WFP Research and Monitoring
RB	Gabinete Regional do PAM	RB	WFP Regional Bureau
RBJ	Gabinete Regional do PAM Joanesburgo	RBJ	WFP Regional Bureau Johannesburg
rCSI	Índice Reduzido de Estratégias de Sobrevivência	rCSI	Reduced Coping Strategies Index
RDC	República Democrática do Congo	DRC	Democratic Republic of Congo

Acrónimo	Definição em Português	Acronym	Definition in English
RGPD	Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados	GDPR	General Data Protection Regulation
RVAA	Programa Regional de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade	RVAA	Regional Vulnerability Assessment and Analysis Programme
SABER	Abordagem Sistémica para melhores Resultados na Educação	SABER	Systemic Approach for Better Results in Education
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral	SADC	Southern African Development Community
SEDE	Sede do PAM	HQ	WFP Headquarters
SMART	Monitorização e Avaliação Normalizadas do Socorro e das Transições	SMART	Standardized Monitoring and Assessment of Relief and Transitions
SOFI	Relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo	SOFI	State of Food Security and Nutrition in the World
SRAC	Comité de Atribuição Estratégica de Recursos do PAM	SRAC	WFP Strategic Resource Allocation Committee
TBC	Transferência em base de valor monetário	CBT	Cash Based Transfer
TdR	Termos de Referência	ToR	Terms of Reference
TL	Chefe de Equipa	TL	Team Leader
ToC	Teoria da Mudança	ToC	Theory of Change
UE	União Europeia	EU	European Union
UN-SWAP	Plano de Acção do Sistema das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres	UM-SWAP	United Nations System-wide Action Plan on Gender Equality and Women's Empowerment
UNCT	Equipa Nacional das Nações Unidas	UNCT	United Nations Country Team
UNEG	Grupo de Avaliação das Nações Unidas	UNEG	United Nations Evaluation Group
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância	UNICEF	United Nations Children's Fund
UNISDR	Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes	UNISDR	United Nations Office for Disaster Risk Reduction
UNSDCF	Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas	UNSDCF	United Nations Sustainable Development Cooperation Framework
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional	USAID	United States Agency for International Development
USD	Dólar dos Estados Unidos	US\$	United States Dollar
VAM	Análise e Mapeamento de Vulnerabilidades	VAM	Vulnerability Analysis and Mapping

Acrónimo	Definição em Português	Acronym	Definition in English
VIH/SIDA	Infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida	HIV/AIDS	Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome
WVI	Visão Mundial Internacional	WVI	World Vision International

WFP Angola Office

Office of Evaluation

World Food Programme

Via Cesare Giulio Viola 68/70

00148 Rome, Italy - T +39 06 65131

wfp.org/independent-evaluation